Governo dos Açores

Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social

Diagnóstico

Atualizado em março de 2018

Índice

Introdução 1
1. Situação Macroeconómica 4
2. População 7
3. Saúde 17
4. Educação 28
5. Trabalho e Emprego 35
6. Habitação 44
7. Solidariedade Social 51
Conclusão 69
Glossário 72
Siglário 77
Bibliografia 78

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução do PIB per capita – Portugal e Açores 2000 – 2016 (milhares €) 4
Gráfico 2 – Taxa de crescimento da população residente, por ilha - Açores 2001 – 2011 (%) 8
Gráfico 3 – Taxa de crescimento da população residente, por concelho - Açores 2001 – 2011 (%) 8
Gráfico 4 – Taxa de crescimento da população residente, por ilha - Açores 2011 – 2016 (%) 9
Gráfico 5 – Taxa de crescimento da população residente, por concelho - Açores 2011 – 2016 (%) 9
Gráfico 6 – Distribuição da população residente, por ilha - Açores 2016.....10
Gráfico 7- Esperança média de vida à nascença 2014-2016 por regiões (anos).....17
Gráfico 8 – Taxa de fecundidade na adolescência por local de residência 2016 (‰) 17
Gráfico 9 – Evolução da taxa de fecundidade na adolescência Açores 2007-2016 (‰).....18
Gráfico 10 – Indicadores de saúde – Açores 2015 (%) 22
Gráfico 11 - Prevalência de obesidade, nas crianças dos 6 aos 8 anos, por região – 2008, 2010, 2013 e 2016 24
Gráfico 12 - Prevalência de excesso de peso, nas crianças dos 6 aos 8 anos por região - 2008, 2010, 2013 e 2016.....24
Gráfico 13 - Prevalência de peso baixo, nas crianças dos 6 aos 8 anos, por região - 2008, 2010, 2013 e 2016 25
Gráfico 14 - Prevalência de categorias de IMC (obesidade), por região, ponderadas para a distribuição da população portuguesa, 2015-2016 25
Gráfico 15 - Prevalências de categorias de IMC (pré-obesidade), por região, ponderadas para a distribuição da população portuguesa, 2015-2016 26
Gráfico 16 - Percentagem de nados-vivos com baixo peso, por regiões - 2012-2016.....26
Gráfico 17 - Taxa bruta de pré-escolarização, por localização geográfica e ano letivo (%) 28
Gráfico 18 - Taxa de pré-escolarização dos 3 aos 5 anos de idade (rede pública e privada) (%), por ano letivo Açores 2002/03-2016/17 29
Gráfico 19 - Taxa de abandono escolar em Portugal, por regiões, à data dos Censos 1991, 2001 e 2011 (%) 30
Gráfico 20 -Taxa de abandono escolar nos Açores, por concelho, à data dos Censos (1991, 2001 e 2011) (%) 31
Gráfico 21 -Taxa de abandono precoce de educação e formação, por localização geográfica, 2011-2017 (%) 32
Gráfico 22 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por localização geográfica e por ano letivo – 2012/13-2015/16 (%) 33
Gráfico 23 – Taxa de desistência no ensino regular, por ciclo - Açores 2002/03 a 2016/17 (%) ..34
Gráfico 24 - Evolução da taxa de desemprego em Portugal e Açores 2007 – 2017 (%) 36

Gráfico 25 – Taxa de atividade feminina - Açores 2007- 2017 36
Gráfico 26 – Nº de desempregados, nº de beneficiários com prestações de desemprego, nº de beneficiários de subsídio de desemprego e ocupados, por mês – Açores (01-2015/10-2017) ...41
Gráfico 27- Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação....44
Gráfico 28 - Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação - Portugal e Açores – 2011 45
Gráfico 29- Análise comparativa de alojamentos familiares clássicos, por lotação, por ilha Açores 2011 46
Gráfico 30- Análise comparativa de alojamentos familiares clássicos sobrelotados, por concelho - Açores 2011 46
Gráfico 31- Número de fogos de habitação social por 100 mil habitantes, por localização geográfica 2012- 2015....47
Gráfico 32 - Percentagem de fogos de habitação social e percentagem de famílias a residir em habitação social, por concelho – Açores 2015 49
Gráfico 33 - Distribuição dos fogos de habitação social por destino - Açores 2011 49
Gráfico 34 - Índice de Gini, (rendimento monetário), por regiões (2005, 2009 e 2014)....52
Gráfico 35 - Evolução do número de titulares (agregados familiares) beneficiários do RMG/RSI Açores 1998 – 2017 53
Gráfico 36 - Evolução do número de beneficiários do RMG/RSI Açores 1998 – 2017 53
Gráfico 37 - Beneficiários do RSI, face à população residente, por regiões dezembro 2016 (%) 54
Gráfico 38 – Percentagem de beneficiários do RSI, por ilha, face ao total de beneficiários Açores – dezembro 2017....55
Gráfico 39 – Proporção de beneficiários do RSI, por concelho, face ao total de beneficiários Açores - dezembro 2017 55
Gráfico 40 – Percentagem de beneficiários do RSI face à população residente, por concelho Açores - dezembro 2017 56
Gráfico 41 - Beneficiários do RSI face à população residente, por ilha - Açores 2006 e 2017 (%) 57
Gráfico 42 - Beneficiários do RSI, por grupo etário - Açores - dezembro 2017 (%) 57
Gráfico 43 - Percentagem de beneficiários do RSI <18 anos de idade, face à população total <18 anos de idade, por ilha – Açores - dezembro 2017....58
Gráfico 44 - Percentagem de beneficiários do RSI <18 anos de idade, face à população total <18 anos de idade, por concelho - Açores - dezembro 2017 58
Gráfico 45 - Prestação média por beneficiário, por regiões (NUTS II) - dezembro 2016 (€)....59
Gráfico 46 - Evolução do número de alunos matriculados e alunos subsidiados pela Ação Social Escolar (ASE), por ano letivo - Açores 2006/7 – 2016/17 60

Gráfico 47 - Evolução do número de alunos subsidiados pela Ação Social Escolar, por ano letivo e por escalão - Açores 2006/7 – 2016/17 61
Gráfico 48 – Evolução do número de beneficiários do CSI - Açores 2006-2017 62
Gráfico 49 – Distribuição dos beneficiários do CSI, por sexo - Açores - dezembro 2017 (%) 62
Gráfico 50 – Distribuição dos beneficiários do CSI, por ilha - Açores - dezembro 2017 (%) 63
Gráfico 51 – Percentagem de beneficiários do CSI em relação à população ≥ 66 anos, por ilha, Açores - dezembro 2017 63
Gráfico 52 – Percentagem de beneficiários do CSI em relação à população ≥ 66 anos, por concelho Açores - dezembro 2017 64
Gráfico 53 – Distribuição dos beneficiários, do CSI, por valor (intervalos) da prestação mensal, Açores - dezembro 2017 65

Índice de Quadros

Quadro 1- Evolução da população residente, por concelho e ilha - Açores 2001 – 2016.....7
Quadro 2 - Estimativa da população residente por ilha, concelho e grupos etários – 2016.....11
Quadro 3 – Famílias clássicas residentes em Portugal, por localização geográfica, segundo a dimensão – 2011 12
Quadro 4 - Famílias clássicas residentes, segundo a dimensão, por ilha e concelho Açores- 2001 e 2011.....13
Quadro 5 – Principais indicadores demográficos - Portugal e Açores – 2011-2016 14
Quadro 6 - Movimento geral da população – taxas por ilha e concelho de residência - Açores 2016 15
Quadro 7 - Nados-vivos de mães adolescentes residentes, por ilha e concelho - Açores 2011 a 2016 19
Quadro 8 - Taxa de fecundidade por grupo etário, por ilha e concelho (‰) Açores 2016.....20
Quadro 9 – Taxa de cobertura de médico de família, por Unidade de Saúde de Ilha (USI) - Açores 2017 27
Quadro 10 - Retenção e desistência no ensino básico e secundário, ensino regular e ensino profissional, por nível de ensino e ano letivo - Açores 2006/07 - 2015/16 (%) 33
Quadro 11 - Evolução dos principais indicadores de emprego em Portugal e Açores 2015 – 2017 35
Quadro 12 - Proporção da população ativa segundo a região de residência, por nível de escolaridade completo - 2017 (%).....37
Quadro 13 - Taxa de atividade feminina (15 e mais anos) segundo a região de residência, por nível de escolaridade – 2017 (%).....38
Quadro 14 - População empregada segundo a região de residência, por atividade principal - 2017 (%) 39
Quadro 15 - População empregada segundo a região de residência e situação na profissão principal 2017 (%).....40
Quadro 16 - Proporção de trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência, por escalão de rendimento salarial mensal líquido – 2017 (%).....40
Quadro 17 - Taxa de desemprego jovem, por grupo etário – por regiões 2012-2017 (%) 42
Quadro 18 - Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação – 2017 (%) 43
Quadro 19 - Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação, por localização geográfica 2001 – 2011.....45
Quadro 20 - Distribuição de alojamentos familiares clássicos e fogos destinados a habitação social por concelho - Açores 2011 48

Quadro 21 – Crianças com 1 e 2 anos de idade, beneficiárias do CAAFCJ, integradas em creche, por escalão e por concelho - Açores 2017 67

Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social

Diagnóstico

Introdução

No momento em que se procura concretizar uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social é, pois, fundamental que se inicie a sua construção precisamente pela base: a revisão dos principais indicadores estatísticos que permita fundamentá-la.

Um primeiro aspeto a ter em consideração é que a pobreza é um fenómeno e um processo social caracterizado: i) pela sua persistência temporal (na vida dos indivíduos e entre gerações); ii) pela complexidade das suas causas e consequências; e iii) pela sua constante mutação (em função das transformações mais vastas da sociedade que a enquadra e que, em boa parte, a determina).

Nesse sentido, procurar formas de a combater, minimizar os seus efeitos na vida dos indivíduos e até erradicá-la tem, necessariamente, de passar pela compreensão do que é e como se caracteriza. Só desta forma é possível desenhar políticas focadas em questões concretas, sem se perder de vista os fatores estruturais que a geraram e que condicionam os indivíduos em situação de pobreza, em contraste com políticas generalistas, de baixa eficácia por procurarem aplicar a mesma solução para problemas distintos.

O presente Diagnóstico pretende ser um contributo, pese embora com limitações, para a produção de uma visão mais clara e precisa do que é a pobreza nos Açores. A primeira dessas limitações deriva das estatísticas oficiais disponíveis, em particular, no que respeita às questões associadas à periodicidade do Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF, inquérito do Instituto Nacional de Estatística, doravante INE, onde constam os dados relativos à pobreza nos Açores) e do facto deste inquérito recorrer apenas a um conjunto limitado de indicadores de carácter monetário (centrados nos rendimentos ou no consumo). A segunda tem que ver com o facto de ter sido tomada a opção de centrar este Diagnóstico na análise das estatísticas oficiais, uma vez que existe pouca produção científica sobre esta matéria que respeite à Região, embora esta não seja, naturalmente, ignorada, dado que funcionará como pano de fundo que orienta a recolha dos dados e a sua leitura.

Ainda assim, o Diagnóstico que agora se apresenta é um contributo obrigatório para a execução da Estratégia, na medida em que concorre para uma melhor compreensão da pobreza nos Açores. No entanto, nada impede que o mesmo venha a ser complementado com mais estudos que ajudem a ajustar as políticas, a desenvolver novas medidas e, até, como contributo para a avaliação da própria Estratégia. Analisar um problema complexo numa sociedade complexa e em constante mutação implica a realização de múltiplos momentos de recolha de informação, de reflexão sobre o que esta nos diz e de avaliação dos resultados das intervenções realizadas.

Introdução

Em termos metodológicos, a primeira questão considerada prendeu-se, conforme já mencionado, com o tipo de indicadores estatísticos mobilizados. Decidiu-se, tendo em conta a multidimensionalidade do problema, analisar a pobreza a partir de sete grupos de indicadores com os quais esta se encontra relacionada na literatura, em particular, o trabalho existente relativo aos Açores: Situação Macroeconómica, População, Saúde, Educação, Habitação, Trabalho e Emprego e, finalmente, Solidariedade Social.

A presente análise é, então, realizada de acordo com uma lógica que procura padronizar a apresentação para cada um deles: i) comparar os Açores com Portugal para os dados mais atuais, por forma a poder situar-se, comparativamente, a Região face ao conjunto do território nacional; ii) avaliar a evolução dos Açores 2007-2017 (últimos 10 anos) ou através dos censos de 1991 e de 2011. Neste caso, é tida em consideração a constante transformação da sociedade que condiciona e transforma a própria pobreza; finalmente, iii) relevar as desigualdades entre ilhas e concelhos a partir dos dados do último ano disponível. Será, assim, possível encontrar os pontos de maior concentração de situações de pobreza e contribuir, de forma significativa, para um dos principais objetivos desta Estratégia: a territorialização da intervenção. Dada a escassez de estatísticas em algumas áreas, não será, por vezes, possível seguir o esquema de exploração e apresentação de dados proposto.

Ainda assim, começa-se por dar conta que a conceção da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social contou, na sua fase preparatória, no decorrer do primeiro semestre de 2017, com os contributos de um conjunto significativo de cidadãos, na qualidade de representantes das mais diversas organizações da sociedade civil, de organismos públicos, de peritos nas matérias em questão e, ainda, de pessoas que vivem ou viveram situações de pobreza e exclusão social.

Estes contributos foram recolhidos por forma a assegurar a presença de uma perspetiva territorial. Assim, foram efetuadas reuniões de auscultação em todos os concelhos da Região, num total de 21 encontros, que contaram com cerca de 430 participantes. Estas tiveram um formato de participação aberta, com convite a todas as associações e organismos públicos locais e sociedade civil, nomeadamente as autarquias (câmaras municipais e juntas de freguesia); associações culturais; desportivas; profissionais e empresariais; sindicais; bandas filarmónicas; instituições particulares de solidariedade social; escolas; unidades de saúde de ilha; representantes da Polícia de Segurança Pública (PSP); representantes dos serviços públicos locais; entre outros, assim como pessoas em situação de pobreza.

A partir destes encontros, foi possível compilar aquelas que são as principais preocupações dos vários participantes. Desde logo a questão do desemprego, nomeadamente o desemprego jovem, sempre referida como o maior constrangimento pelo impacto que a quebra de rendimentos do trabalho tem na qualidade de vida das famílias. A falta de emprego foi parcialmente compensada, em todas as ilhas, através do significativo aumento da integração dos desempregados em programas ocupacionais, tendo sido, contudo, identificada a necessidade de um maior acompanhamento destas ações e a pertinência das mesmas passarem a contemplar, também, formação, quer para a melhoria de competências profissionais, quer para a subida do grau de escolaridade.

A falta de oferta formativa foi referenciada, quer para jovens quer para adultos e, por vezes, a sua desadequação, tanto face às necessidades de mercado, como face às preferências dos potenciais formandos. Também a rede de transportes públicos, de uma forma geral, foi identificada como um obstáculo a uma maior mobilidade dos cidadãos, condicionando, de forma indireta, o acesso ao emprego e à formação profissional.

Foi apontada a inexistência de serviços locais de emprego em todas as ilhas (as três agências existentes situam-se nos Concelhos de Horta, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), a qual condiciona a qualidade do ajustamento do mercado de trabalho por parte deste serviço público.

Ao nível da Saúde, a maior preocupação apresentada - e de forma transversal aos diversos concelhos - foi a falta de resposta na área da Saúde Mental, seguida da morosidade e dificuldade geral no acesso a consultas de especialidade.

Na área das dependências, é partilhada por todos os municípios a preocupação relativamente ao consumo de estupefacientes, nomeadamente de drogas sintéticas, cada vez mais acessíveis e com efeitos ainda pouco conhecidos, além da problemática do alcoolismo.

Relativamente à área da Solidariedade Social, foi frequentemente referenciada a necessidade de estimular a aquisição de competências por parte das famílias identificadas como disfuncionais, que vivem situações de pobreza em função da má gestão do orçamento familiar. A respeito destas famílias foi mencionado que, em muitos casos, se observa falta de competências parentais, contexto que contribui diretamente para a perpetuação da pobreza intergeracional. Relativamente à rede de respostas socias na Região Autónoma dos Açores (RAA), apenas pontualmente e em alguns territórios, foram identificadas necessidades por satisfazer em alguns domínios, quer na área da Infância, quer na área da Terceira Idade.

Foi muito evidente a prevalência de um estigma associado aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Em matéria de Educação, foram identificadas, de forma recorrente, as questões do insucesso escolar e do fraco envolvimento dos pais com a escola. Também a extensão dos programas escolares foi referida como condicionante do sucesso educativo. O Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar - ProSucesso foi mencionado com frequência, tornando-se percetíveis as mudanças que este operou ao nível da organização dos estabelecimentos de ensino.

Além das supramencionadas, foram, ainda, apontadas questões específicas em alguns territórios. Nas ilhas de Santa Maria, Faial e Flores, por exemplo, foi referida a dificuldade de acesso a uma habitação, quer pelo elevado valor das rendas, quer pela escassez de imóveis no mercado de arrendamento. Na ilha das Flores, em particular, foi identificada a escassez de mão de obra para a pesca e, na ilha Graciosa, de mão de obra especializada na vinha que permita responder ao incentivo regional ao desenvolvimento deste setor. Foi referida a falta de respostas sociais, de que é exemplo a falta de vagas em Estruturas Residenciais para Idosos na ilha de S. Miguel e em Centros de Atividades Ocupacionais, no Concelho de Lagoa e na zona norte do Concelho de Ponta Delgada.

O período de auscultação permitiu, igualmente, a consulta de vários peritos em diversas áreas, como a Infância; Pobreza; Economia Social; Desenvolvimento Local; Educação e Envelhecimento, cujos contributos se encontram vertidos na formulação da Estratégia.

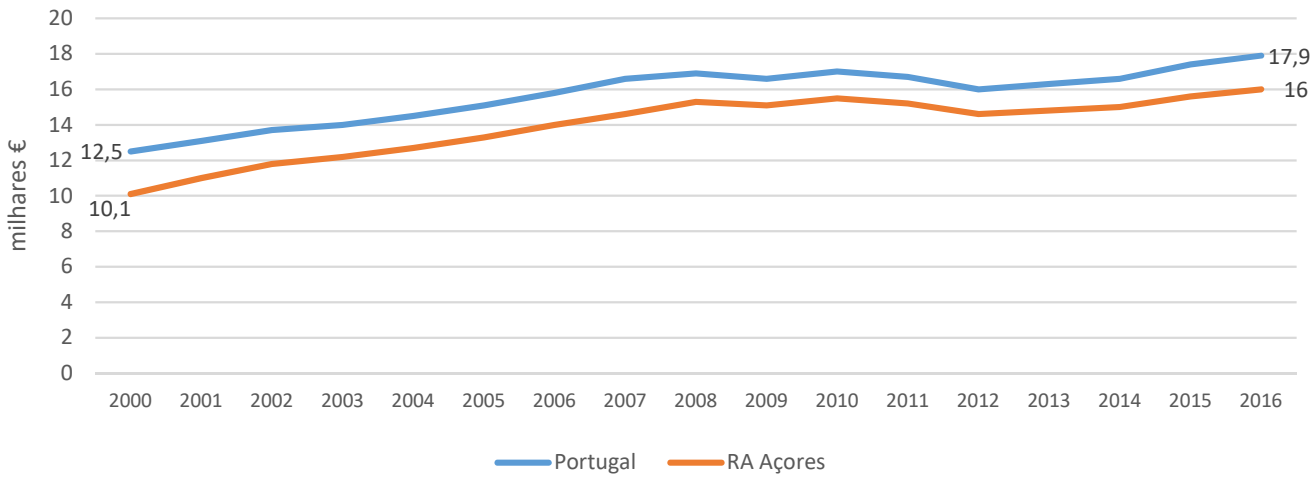
Ao nível do Governo Regional dos Açores, considerando a transversalidade da temática e a necessidade de encontrar soluções integradas entre os vários departamentos, a elaboração deste diagnóstico contou com a auscultação de todos os diretores regionais que, de alguma forma, se relacionam com a questão. O seu envolvimento proporcionou-se através do diagnóstico da situação atual e da análise das medidas em vigor que concorrem diretamente para o combate à pobreza. Foram, ainda, abordadas potenciais formas de maior articulação, aspeto a aprofundar e a concretizar na fase de definição dos planos de ação bianuais.

1.Situação Macroeconómica

A evolução da economia regional, medida através do Produto Interno Bruto (PIB), tem seguido a tendência nacional, tendo entrado em fase recessiva a partir de 2011, com a retoma a fazer-se sentir a partir do ano de 2014, período a partir do qual se tem verificado uma tendência evolutiva consistentemente positiva. Em 2016 verificou-se uma taxa de crescimento do PIB de 1,6%, contra 1,5% de média nacional (SREA, Informação Estatística).

O PIB *per capita* que, em 2010, foi de €15 540, decresceu até 2012, ano em que assumiu o valor de €14 595, voltando, daí em diante, a mostrar uma trajetória crescente, cifrando-se, no ano de 2016, em €16 000, valor inferior à média nacional (17 900€), mas já superior ao registado em 2010.

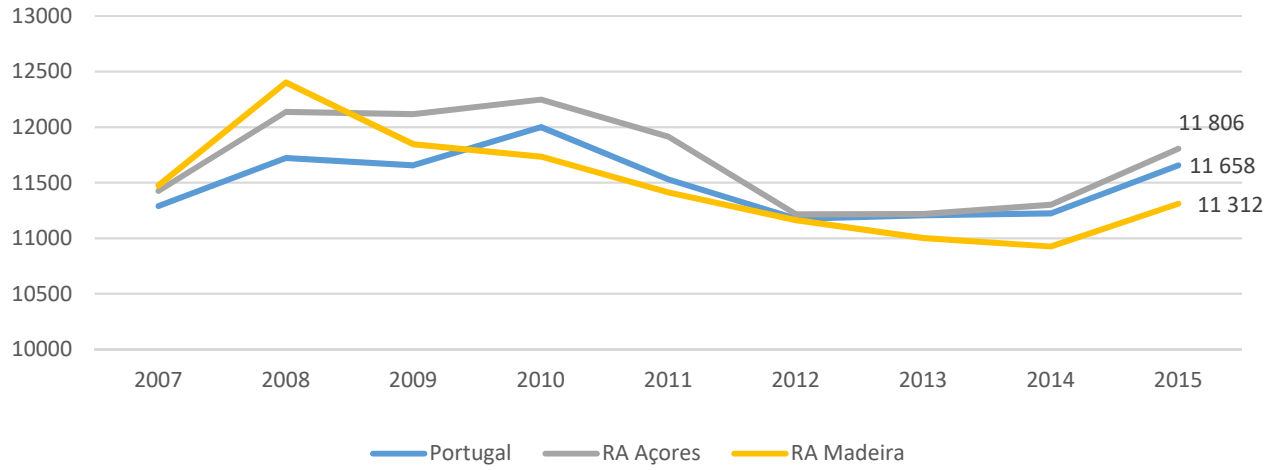
Gráfico 1 – Evolução do PIB per capita – Portugal e Açores 2000 – 2016 (milhares €)



Fonte: INE.

O rendimento disponível bruto das famílias que, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, vinha seguindo, também, uma linha de crescimento até 2010, inverteu essa tendência nos dois anos seguintes, cifrando-se nos €11 216, em 2012. A partir de 2013, voltou a subir, fixando-se em €11 806, no ano de 2015 (INE, últimos dados disponíveis), valor acima da média nacional, mas ainda inferior ao alcançado em 2010.

Gráfico 2 – Rendimento disponível bruto das famílias por habitante, por localização geográfica - 2007-2015



Fonte: INE.

A dinâmica da economia foi, ao longo dos últimos anos, diferenciada nos vários setores. Segundo dados do Observatório do Emprego e Formação Profissional, o número total de empresas não financeiras na Região, no período entre 2009 e 2015, sofreu uma redução de 2,7%. O setor do Alojamento e Restauração aumentou em 12,35%, assim como a área da Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca, registando um aumento de 31,90% no número de empresas. Em sentido inverso, o número de empresas de Comércio por Grosso sofreu uma redução de 14,9%, registando, as empresas de Transporte e Armazenagem também uma redução de 15,97%. Mas foi, sobretudo, o setor da Construção Civil que registou uma quebra mais significativa no número de empresas a operar, passando de 3.308 empresas, em 2009, para 1 452, em 2015, correspondendo a uma redução de 56%. O peso deste setor no número total de empresas existentes passou, assim, de 12,42% para 5,60%. A literatura sobre a pobreza nos Açores mostra que é neste último setor de atividade que boa parte dos trabalhadores que se encontram em situação de pobreza desempenham a sua atividade profissional (a par da Agricultura e das Pescas), pelo que é de esperar que tenham sido particularmente afetados pelo desemprego.

A evolução do pessoal ao serviço nestes setores, para o mesmo período, sofreu uma redução global de 13,13%, correspondendo a 9 218 postos de trabalho. Na generalidade dos setores, a variação acompanhou a tendência acima referida, com destaque para a Construção Civil, em que a redução do número de empresas se traduziu na supressão de 7 381 postos de trabalho. De notar, porém, que o setor do Alojamento e Restauração, apesar do suprarreferido aumento de 12,35% no número de empresas, registou uma redução efetiva de 5,14% ao nível dos recursos humanos, facto que merece uma reflexão e acompanhamento, por forma a garantir que o crescimento expectável neste setor se traduza numa efetiva criação de postos de trabalho, à qual se soma o desafio de promover a qualidade dos mesmos, tendencialmente precários e sujeitos à sazonalidade própria da atividade.

O poder de compra na RAA tem vindo a convergir com o resto do país, passando de 65,5% da média nacional, em 2000, para 86,1%, em 2009, embora com uma redução, em 2013, para 84,6%. Em 2015 o valor subiu para 85,5%. Neste último ano disponível, observa-se uma disparidade assinalável entre os vários concelhos da Região, destacando-se, com os valores mais elevados, Ponta Delgada, com 105,5%, seguido de Angra do Heroísmo, com 94%, e Vila do Porto, com 89%. No extremo oposto, com menor poder de compra, encontram-se os concelhos de Nordeste, com 62,7%, Vila Franca do Campo, com 63%, e Povoação, com 65,9%.

No âmbito da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente – Portugal 2020, a Região Autónoma dos Açores definiu, como áreas temáticas prioritárias, o setor agroalimentar, o turismo e a economia do mar.

O complexo agroindustrial continua a ter uma expressão muito significativa na Região, com particular incidência na produção de carne e leite, com potencial de crescimento assente em produção de qualidade, diferenciação e melhor organização do mercado. Apesar do peso da carne e do leite neste setor, existem oportunidades de crescimento ao nível de outras áreas como a hortifruticultura e a floricultura.

O setor do Turismo, conforme dados veiculados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores, tem registado uma profunda transformação nos últimos anos, nomeadamente a partir de 2013, ano em que a taxa de ocupação média na hotelaria inverteu a tendência de queda que se vinha a verificar desde 2006, mesmo e apesar do aumento da capacidade instalada ao nível da hotelaria. O número de hóspedes e de dormidas começou a crescer de forma acentuada e o perfil dos visitantes a mudar, com o número de hóspedes estrangeiros a ultrapassar, pela primeira vez, os nacionais, situação que se vem mantendo, mesmo com a inversão da tendência de queda do número de visitantes nacionais que se vinha a sentir, verificando-se, assim, crescimentos muito

significativos nestes dois perfis. Ao nível dos mercados estrangeiros emissores, destacam-se a Alemanha, os Estados Unidos da América e o Canadá. Abrem-se, assim, perspetivas de criação de novos postos de trabalho em atividades ligadas a este setor, com impacto direto na redução da taxa de desemprego e bastante evidentes já no peso significativo das ofertas de emprego entretanto recebidas pelos serviços regionais de emprego.

No setor das Pescas, e seguindo a análise efetuada no âmbito do documento estratégico elaborado pela Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia em 2015, intitulado "Melhor pesca, mais rendimento - medidas estratégicas para o sector das pescas dos Açores 2015-2020", verifica-se que as cerca de 50 comunidades piscatórias em que assenta este setor debatem-se com vários constrangimentos que condicionam os rendimentos obtidos, com impacto direto no risco de pobreza. A frota pesqueira é artesanal e dominada por embarcações pequenas, a que acrescem a escassez e pequena dimensão dos pesqueiros tradicionais, a baixa produtividade natural do mar dos Açores e a distância dos principais mercados, fatores que reforçam a necessidade de garantir uma pesca responsável e sustentável. Por forma a minimizar o impacto destas condicionantes, o setor beneficia de um conjunto alargado de apoios estatais, ora no âmbito dos apoios à ultraperiferia, ora através de apoios regionais que, no seu conjunto, permitem reduzir substancialmente os custos da atividade e o impacto do afastamento dos mercados, permitindo, igualmente, a modernização das embarcações.

Na comunidade piscatória, as qualificações são tradicionalmente baixas, apresentando poucas melhorias. Segundo dados disponibilizados pelo INE, através das *Estatísticas da Pesca 2016,* os pescadores com habilitações iguais ou inferiores ao 2º ciclo, representavam, no todo nacional e em 2016, 77,50% do total de pescadores, apresentando, nos Açores, um peso de 87,93% (tomando como referência a população residente e ativa na pesca, com base nos censos 2011). Em 2008, o peso era de 80,12% para o país e de 89,87% para o arquipélago (tomando, como referência para efeitos de cálculo, o Censo anterior, de 2001). Acresce que os jovens (16-34 anos) assumem, de acordo com a mesma fonte, um peso relativo de 34,3%, superior à média nacional.

A escassez de recursos, assim como o elevado número de pescadores por embarcação, conjugado com uma frota por vezes desajustada, cria problemas de sobrepesca e rendimentos reduzidos *per capita*. Ademais, trata-se de uma atividade com condições e direitos no trabalho muito vulneráveis e ainda longe do patamar alcançado pela generalidade das profissões. Ao mesmo tempo, o crescimento do setor do Turismo potencia novas oportunidades.

2.População

Segundo os últimos censos (2011), a população dos Açores representava 2,34% da população portuguesa, sendo que este peso não sofreu variações significativas face aos anteriores dados (2001), registando um aumento, neste período, de 0,01 pontos percentuais (p.p.).

A Região Autónoma dos Açores apresenta uma situação demográfica muito heterogénea, incluindo, simultaneamente, o concelho mais jovem do país e um dos mais envelhecidos, com ilhas que viram crescer o número de residentes e outras que têm vindo a perder população ao longo das últimas décadas.

Quadro 1- Evolução da população residente, por concelho e ilha - Açores 2001 – 2016

Ilha/Concelho	2001 (Censos)	2011 (Censos)	2016 (Estimativa)	Crescimento Valor absoluto 2011 - 2016	Taxa de crescimento 2011-2016
Santa Maria	**5 578**	**5 552**	**5 653**	**101**	**1,8%**
Vila do Porto	5 578	5 552	5 653	101	1,8%
São Miguel	**131 609**	**137 856**	**138 138**	**282**	**0,2%**
Lagoa	14 126	14 442	14 728	286	2,0%
Nordeste	5 291	4 937	4 952	15	0,3%
Ponta Delgada	65 854	68 809	68 352	-457	-0,7%
Povoação	6 726	6 327	6 080	-247	-3,9%
Ribeira Grande	28 462	32 112	32 770	658	2,0%
Vila Franca do Campo	11 150	11 229	11 256	27	0,2%
Terceira	**55 833**	**56 437**	**55 955**	**-482**	**-0,9%**
Angra do Heroísmo	35 581	35 402	34 423	-979	-2,8%
Praia da Vitória	20 252	21 035	21 532	497	2,4%
Graciosa	**4 780**	**4 391**	**4 301**	**-90**	**-2,0%**
Santa Cruz da Graciosa	4780	4391	4301	-90	-2,0%
São Jorge	**9 674**	**9171**	**8 491**	**-680**	**-7,4%**
Calheta	4 069	3 773	3 278	-495	-13,1%
Velas	5605	5 398	5 213	-185	-3,4%
Pico	**14 806**	**14 148**	**13 834**	**-314**	**-2,2%**
Lajes do Pico	5 041	4 711	4 591	-120	-2,5%
Madalena	6 136	6 049	5 948	-101	-1,7%
São Roque do Pico	3 629	3 388	3 295	-93	-2,7%
Faial	**15 063**	**14 994**	**14 759**	**-235**	**-1,6%**
Horta	15 063	14 994	14 759	-235	-1,6%
Flores	**3 995**	**3 793**	**3 692**	**-101**	**-2,7%**
Lajes das Flores	1 502	1 504	1 494	-10	-0,7%
Santa Cruz das Flores	2 493	2 289	2 198	-91	-4,0%
Corvo	**425**	**430**	**460**	**30**	**7,0%**
Vila Nova do Corvo	425	430	460	30	7,0%
RA Açores	**241 763**	**246 772**	**245 283**	**-1 489**	**-0,6%**

Fonte: INE e SREA - Censos 2001 e 2011; INE, Estimativas da População Residente, 2016

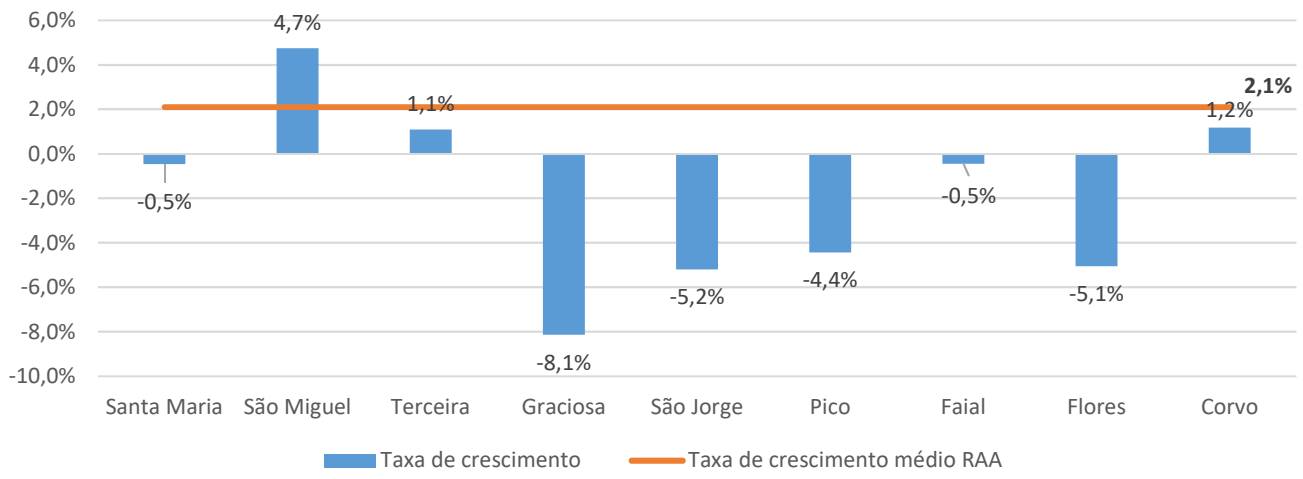
População

Entre 2001 e 2011, a população residente passou de 241.763 habitantes para 246.772 (mais 5.009), o que corresponde a uma taxa de crescimento de 2,1%, valor superior à média nacional (1,9%).

No entanto, de acordo com as estimativas da população residente produzidas pelo INE, os Açores perderam população entre 2011 e 2016, verificando-se um decréscimo de 1 489 pessoas no número total de residentes, o que corresponde a uma redução de 0,6%. Contudo, esta foi menos intensa do que a média do país (-2,1%), pelo que se verifica que o decréscimo populacional tem vindo a atingir a globalidade do território nacional, embora, nos Açores, esse decréscimo se tenha iniciado mais tardiamente e de forma menos acentuada que na maioria das restantes regiões.

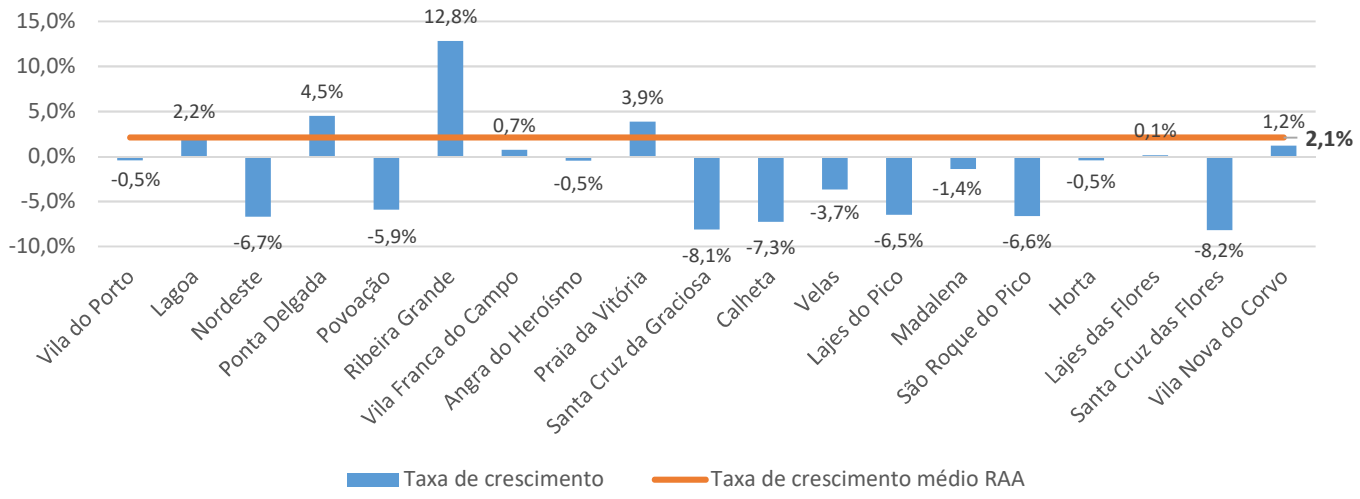
No período compreendido entre os anos de 2001 e 2011, o maior crescimento populacional verificou-se na ilha de São Miguel, apresentando uma taxa de 4,7% (mais 6.247 pessoas). A população da ilha Terceira cresceu 1,1% (ganhando 604 residentes) e, a da ilha do Corvo, 1,2% (um saldo positivo de cinco residentes). As restantes ilhas perderam população, com taxas de crescimento negativas a oscilarem entre -0,5% (Santa Maria e Faial) e -8,1% (Graciosa).

Gráfico 2 – Taxa de crescimento da população residente, por ilha - Açores 2001 – 2011 (%)



Fonte: INE e SREA - Censos 2001 e 2011

Gráfico 3 – Taxa de crescimento da população residente, por concelho - Açores 2001 – 2011 (%)



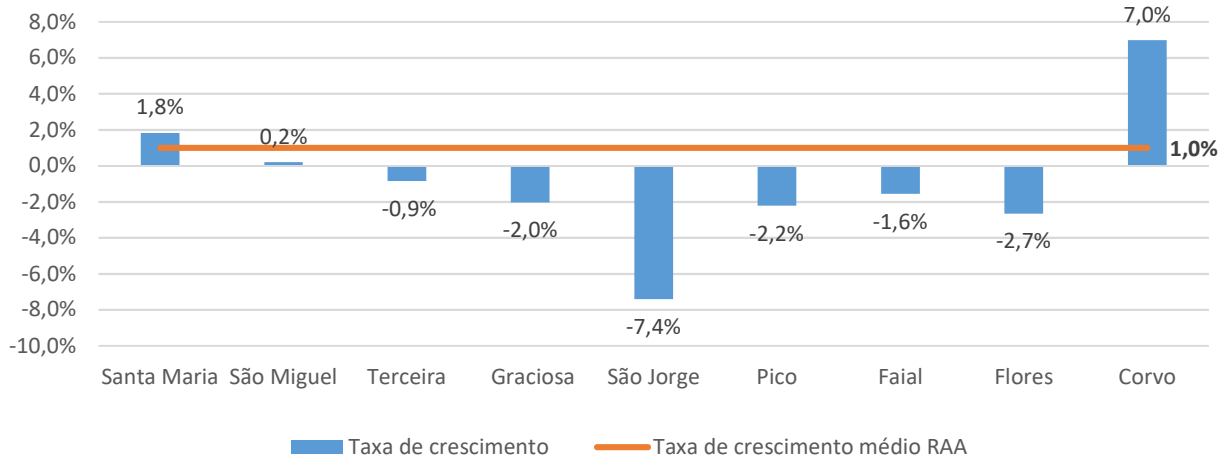
Fonte: INE e SREA - Censos 2001 e 2011

Doze dos dezanove concelhos registaram uma redução da respetiva população residente, dos quais se destacam Santa Cruz das Flores (-8,2%); Santa Cruz da Graciosa (-8,1%); Calheta (-7,3%); Nordeste (-6,7%); São Roque do Pico (-6,6%); Lajes do Pico (-6,5%) e Povoação (-5,9%).

Apenas os concelhos de Ponta Delgada (4,5%), Ribeira Grande (12,8%), Lagoa (2,2%) e Praia da Vitória (3,9%) apresentaram um crescimento significativo.

Releva-se que, mesmo na ilha onde se verificou um crescimento populacional mais positivo (S. Miguel), registou-se um assinalável decréscimo em dois dos seus concelhos, Nordeste e Povoação. De resto, estes movimentos populacionais nas ilhas e nos concelhos reproduzem, na generalidade, as tendências das décadas anteriores.

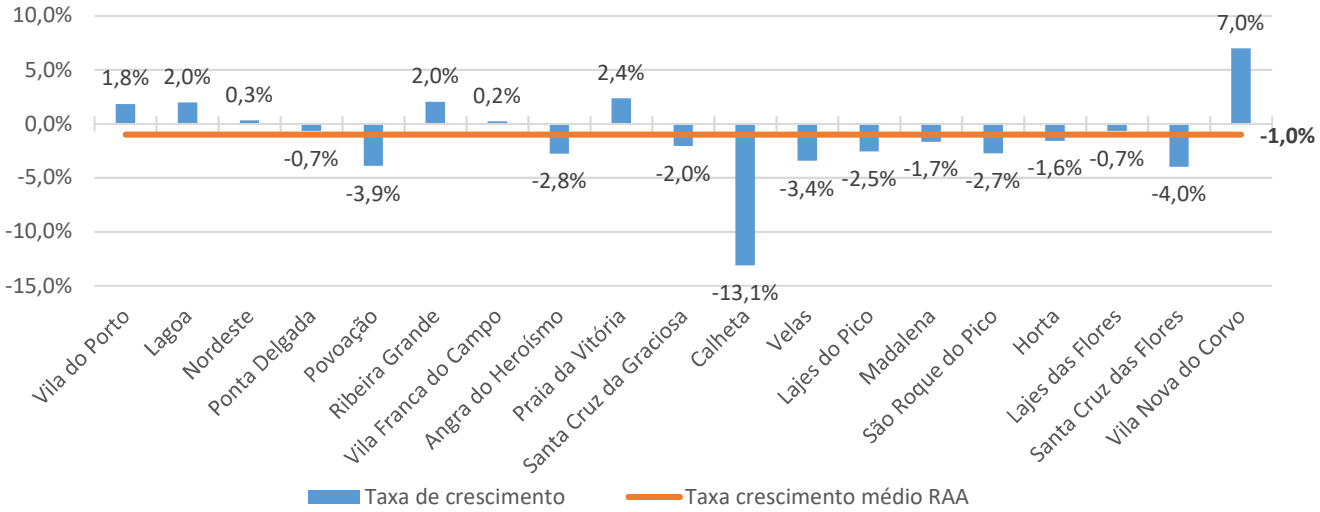
Gráfico 4 – Taxa de crescimento da população residente, por ilha - Açores 2011 – 2016 (%)



Fonte: INE: Censos 2011; Estimativas da População Residente, 2016

Entre 2011 e 2016, estima-se que apenas as ilhas de Santa Maria (1,8%), São Miguel (0,2%) e Corvo (7%) terão visto a sua população crescer. Em sentido inverso, destaca-se a ilha de S. Jorge, com -7,4%, redução essa que, nas restantes ilhas, foi menos acentuada, com valores a oscilar entre -0,9% na ilha Terceira e -2,7% na ilha das Flores.

Gráfico 5 – Taxa de crescimento da população residente, por concelho - Açores 2011 – 2016 (%)

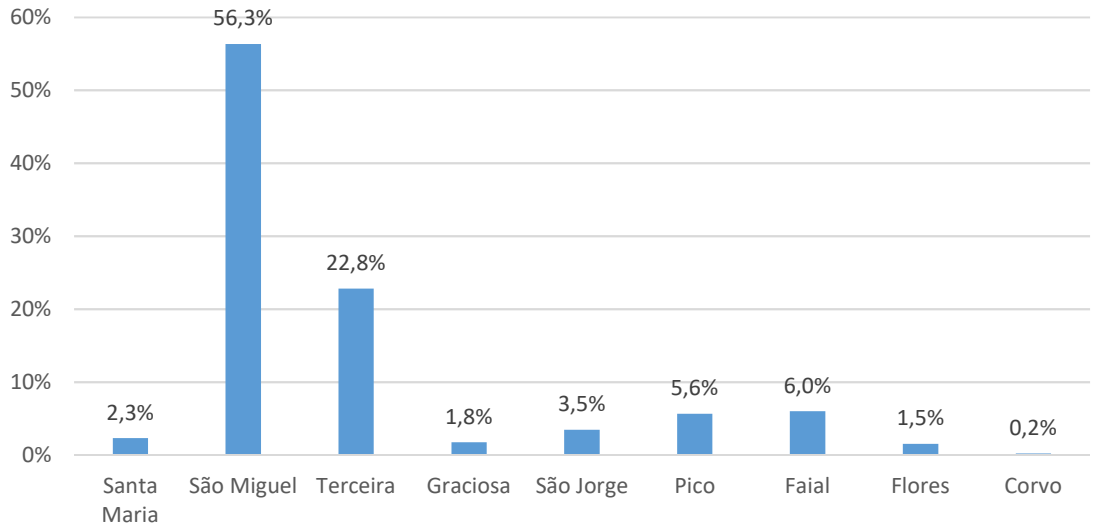


Fonte: INE: Censos 2011; Estimativas da População Residente, 2016

População

Entre 2011 e 2016, estima-se que tenha sido o Concelho de Vila Nova do Corvo aquele que, percentualmente, ganhou mais população (7%) e Calheta de São Jorge o que mais perdeu (-13%), seguindo-se os concelhos de Santa Cruz das Flores e Povoação, ambos com - 4%.

Gráfico 6 – Distribuição da população residente, por ilha - Açores 2016



Fonte: INE: Estimativas da População Residente, 2016

No que respeita à distribuição da população residente, as desigualdades entre ilhas estão associadas a uma característica demográfica específica da Região: a concentração da sua população em duas ilhas. De acordo com as estimativas da população residente, produzidas pelo INE em 2016, 56% da população açoriana residia na ilha de São Miguel e 23% na ilha Terceira. Nas outras sete ilhas (Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Faial, Pico, Flores e Corvo) viviam os restantes 21%.

Esta concentração da população, sobretudo na ilha de São Miguel, mas também na ilha Terceira, acarreta, necessariamente, consequências na forma como os recursos públicos são alocados às diferentes ilhas e tem, sobretudo, impacto sobre a forma como se evidenciam nos Açores, os mais diversos fenómenos e processos sociais, incluindo a pobreza. O peso da ilha de São Miguel é, de tal modo, expressivo que acaba por dissimular importantes diversidades intrarregionais, vindo os dados dos Açores a refletir, maioritariamente, os dados desta ilha. Por si só, esta questão permite perceber que não é possível abordar qualquer problema social sem se compreender como é que este se distribui no território regional.

Através de uma pequena incursão nos números referentes aos principais grupos populacionais, demonstrar-se-á que a pobreza em Portugal tende a ter uma incidência bastante diferenciada entre crianças e jovens, por um lado, e idosos, por outro, sendo bastante mais relevante no primeiro grupo do que no segundo. Os problemas associados a estas duas etapas da vida são, também, bastante distintos, condicionando, naturalmente, os efeitos da pobreza que cada uma sofre.

Quadro 2 - Estimativa da população residente por ilha, concelho e grupos etários – 2016

Localização geográfica	População			Grupos etários											
	Homens	Mulheres	Total (HM)	0-14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		15 - 64 anos		≥65 anos		≥75 anos	
				Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Santa Maria	2 687	2 966	5 653	836	15%	819	14%	3 229	57%	4 048	72%	769	14%	345	6%
Vila do Porto	2 687	2 966	5 653	836	15%	819	14%	3 229	57%	4 048	72%	769	14%	345	6%
São Miguel	67 615	70 523	138 138	24 332	18%	19 818	14%	77 851	56%	97 669	71%	16 137	12%	6 884	5%
Lagoa	7 225	7 503	14 728	2 692	18%	2 185	15%	8 149	55%	10 334	70%	1 702	12%	744	5%
Nordeste	2 447	2 505	4 952	726	15%	637	13%	2 720	55%	3 357	68%	869	18%	483	10%
Ponta Delgada	33 081	35 271	68 352	11 239	16%	9 305	14%	39 194	57%	48 499	71%	8 614	13%	3 505	5%
Povoação	2 921	3 159	6 080	909	15%	853	14%	3 397	56%	4 250	70%	921	15%	444	7%
Ribeira Grande	16 396	16 374	32 770	6 882	21%	5 127	16%	18 073	55%	23 200	71%	2 688	8%	1 097	3%
Vila Franca do Campo	5 545	5 711	11 256	1 884	17%	1 711	15%	6 318	56%	8 029	71%	1 343	12%	611	5%
Terceira	27 045	28 910	55 955	8 359	15%	7 006	13%	31 985	57%	38 991	70%	8 605	15%	3 785	7%
Angra do Heroísmo	16 533	17 890	34 423	5 210	15%	4 245	12%	19 420	56%	23 665	69%	5 548	16%	2 453	7%
Praia da Vitória	10 512	11 020	21 532	3 149	15%	2 761	13%	12 565	58%	15 326	71%	3 057	14%	1 332	6%
Graciosa	2 090	2 211	4 301	564	13%	524	12%	2 388	56%	2 912	68%	825	19%	431	10%
Santa Cruz da Graciosa	2 090	2 211	4301	564	13%	524	12%	2 388	56%	2 912	68%	825	19%	431	10%
São Jorge	4 234	4 257	8 491	1128	13%	932	11%	4 774	56%	5 706	67%	1657	20%	813	10%
Calheta	1 633	1 645	3 278	476	15%	331	10%	1 714	52%	2 045	62%	757	23%	389	12%
Velas	2 601	2 612	5 213	652	13%	601	12%	3 060	59%	3 661	70%	900	17%	424	8%
Pico	6 709	7 125	13 834	1825	13%	1539	11%	7 723	56%	9 262	67%	2747	20%	1381	10%
Lajes do Pico	2 218	2 373	4 591	561	12%	462	10%	2 545	55%	3 007	65%	1 023	22%	493	11%
Madalena	2 854	3 094	5 948	819	14%	707	12%	3 319	56%	4 026	68%	1 103	19%	573	10%
S. Roque do Pico	1 637	1 658	3 295	445	14%	370	11%	1 859	56%	2 229	68%	621	19%	315	10%
Faial	7 177	7 582	14 759	2 110	14%	1 746	12%	8 460	57%	10 206	69%	2 443	17%	1 071	7%
Horta	7 177	7 582	14 759	2 110	14%	1 746	12%	8 460	57%	10 206	69%	2 443	17%	1 071	7%
Flores	1 861	1 831	3 692	454	12%	410	11%	2130	58%	2 540	69%	698	19%	343	9%
Lajes das Flores	799	695	1 494	180	12%	191	13%	829	55%	1 020	68%	294	20%	151	10%
Santa Cruz das Flores	1 062	1 136	2 198	274	12%	219	10%	1 301	59%	1 520	69%	404	18%	192	9%
Corvo	261	199	460	65	14%	32	7%	284	62%	316	69%	79	17%	45	10%
Vila Nova do Corvo	261	199	460	65	14%	32	7%	284	62%	316	69%	79	17%	45	10%
RA Açores	119 679	125 604	245 283	39 673	16%	32 826	13%	138 824	57%	17 1650	70%	33 960	14%	15 098	6%
Portugal	4 882 456	5 427 117	10 309 573	1 442 416	14%	1 096 721	11%	5 593 796	54%	6 690 517	65%	2 176 640	21%	1 059 601	10%

Fonte: INE: Estimativas da População Residente, 2016

População

Ainda atendendo às estimativas da população residente, verifica-se que os Açores eram, em 2016, a região com maior percentagem de população jovem [0-14 anos] (16%) comparativamente à média nacional (14%), e menor percentagem de pessoas idosas [65 ou mais anos] (14%). O país, no seu conjunto, apresenta valores mais elevados, na ordem dos 21%.

Contudo, e como tem sido possível observar, regista-se uma distribuição bastante desigual no que se refere à proporção de jovens e idosos nas diferentes ilhas e concelhos. A ilha de São Miguel é a mais jovem, com 18% da população com idade inferior a 15 anos e, nesta, é o Concelho de Ribeira Grande – o mais jovem do país – aquele que regista maior percentagem de população no escalão etário 0-14 anos (21%).

Por seu turno, são os concelhos da Calheta (23%) e Lajes do Pico (22%), aqueles que apresentam maior proporção de população com 65 anos ou mais anos, valores muito próximos da média nacional.

Significa isto que as respostas de combate à pobreza, no que respeita à juventude e aos idosos, devem assumir um perfil territorializado, considerando que a concentração de jovens e idosos varia entre ilhas e concelhos. Contudo, a sua distribuição territorial é apenas uma primeira aproximação à caraterização da pobreza, dado que esta questão, e para os públicos em causa, se associa às questões da escolaridade, do emprego, da saúde e dos rendimentos, para referir apenas as mais significativas.

Quadro 3 – Famílias clássicas residentes em Portugal, por localização geográfica, segundo a dimensão – 2011

Localização geográfica	Total de famílias clássicas	Número e percentagem de famílias clássicas por número de pessoas										Total de indivíduos nas famílias clássicas
		1 pessoa	%	2 pessoas	%	3 pessoas	%	4 pessoas	%	5+ pessoas	%	
Portugal	4 043 726	866 827	21%	1 277 558	32%	965 781	24%	671 066	17%	262 494	6%	10 436 516
Continente	3 869 188	834 680	22%	1 232 982	32%	923 812	24%	637 236	16%	240 478	6%	9 927 982
Norte	1 330 892	228 923	17%	390 608	29%	349 821	26%	256 375	19%	10 516	1%	3 657 065
Centro	904 770	195 368	22%	301 017	33%	209 076	23%	149 577	17%	49 732	5%	2 290 030
Lisboa	1 147 775	293 220	26%	376 955	33%	255 823	22%	160 522	14%	61 255	5%	2 792 992
Alentejo	302 975	71 676	24%	103 694	34%	68 492	23%	44 375	15%	14 738	5%	741 454
Algarve	182 776	45 493	25%	60 708	33%	40 600	22%	26 387	14%	9 588	5%	446 441
RA dos Açores	**81 715**	**14 006**	**17%**	**20 871**	**26%**	**19 231**	**24%**	**16 295**	**20%**	**11 312**	**14%**	**243 882**
RA da Madeira	92 823	18 141	20%	23 705	26%	22 738	24%	17 535	19%	10 704	12%	264 652

Fonte: INE – Censos 2011

Quadro 4 - Famílias clássicas residentes, segundo a dimensão, por ilha e concelho Açores- 2001 e 2011

Ilha/Concelho	Nº de famílias clássicas residentes		Número e percentagem de famílias clássicas, por número de pessoas - 2011									
	2001	2011	Com 1	%	Com 2	%	Com 3	%	Com 4	%	Com 5 ou mais	%
Santa Maria	**1 814**	**1 998**	**415**	**21%**	**529**	**26%**	**474**	**24%**	**385**	**19%**	**195**	**10%**
Vila do Porto	1 814	1 998	415	21%	529	26%	474	24%	385	19%	195	10%
São Miguel	**36 600**	**42 987**	**6 624**	**15%**	**9 690**	**23%**	**10 022**	**23%**	**9 289**	**22%**	**7 362**	**17%**
Lagoa	3 862	4 380	499	11%	930	21%	1 116	25%	1 085	25%	750	17%
Nordeste	1 754	1 764	388	22%	438	25%	393	22%	356	20%	189	11%
Ponta Delgada	18 595	22 499	3 994	18%	5 446	24%	5 281	23%	4 540	20%	3 238	14%
Povoação	1 979	2 106	373	18%	491	23%	516	25%	434	21%	292	14%
Ribeira Grande	7 533	8 991	1 003	11%	1 725	19%	1 963	22%	2 130	24%	2 170	24%
Vila Franca do Campo	2 877	3 247	367	11%	660	20%	753	23%	744	23%	723	22%
Terceira	**17 271**	**19 518**	**3 390**	**17%**	**5 490**	**28%**	**4 694**	**24%**	**3 864**	**20%**	**2 080**	**11%**
Angra do Heroísmo	10 957	12 195	2 254	18%	3 346	27%	2 847	23%	2 392	20%	1 356	11%
Praia da Vitória	6 314	7 323	1 136	16%	2 144	29%	1 847	25%	1 472	20%	724	10%
Graciosa	**1 760**	**1 658**	**372**	**22%**	**521**	**31%**	**367**	**22%**	**257**	**16%**	**141**	**9%**
Santa Cruz da Graciosa	1 760	1 658	372	22%	521	31%	367	22%	257	16%	141	9%
São Jorge	**3 237**	**3 413**	**727**	**21%**	**1 027**	**30%**	**799**	**23%**	**560**	**16%**	**300**	**9%**
Calheta	1 352	1 405	290	21%	425	30%	327	23%	236	17%	127	9%
Velas	1 885	2 008	437	22%	602	30%	472	24%	324	16%	173	9%
Pico	**4 829**	**5 042**	**979**	**19%**	**1 475**	**29%**	**1 214**	**24%**	**789**	**16%**	**585**	**12%**
Lajes do Pico	1 582	1 672	330	20%	472	28%	404	24%	261	16%	205	12%
Madalena	2 057	2 129	400	19%	618	29%	501	24%	363	17%	247	12%
São Roque do Pico	1 190	1 241	249	20%	385	31%	309	25%	165	13%	133	11%
Faial	**4 788**	**5 449**	**1 053**	**19%**	**1 645**	**30%**	**1 308**	**24%**	**941**	**17%**	**502**	**9%**
Horta	4 788	5 449	1 053	19%	1 645	30%	1 308	24%	941	17%	502	9%
Flores	**1 392**	**1 464**	**369**	**25%**	**453**	**31%**	**322**	**22%**	**187**	**13%**	**133**	**9%**
Lajes das Flores	556	599	162	27%	190	32%	130	22%	69	12%	48	8%
Santa Cruz das Flores	836	865	207	24%	263	30%	192	22%	118	14%	85	10%
Corvo	**155**	**186**	**77**	**41%**	**41**	**22%**	**31**	**17%**	**23**	**12%**	**14**	**8%**
Vila Nova do Corvo	155	186	77	41%	41	22%	31	17%	23	12%	14	8%
RA Açores	**71 846**	**81 715**	**14 006**	**17%**	**20 871**	**26%**	**19 231**	**24%**	**16 295**	**20%**	**11 312**	**14%**

Fonte: SREA – Censos 2001 e 2011

No que respeita aos tipos de família, observa-se que estes se distribuem de forma bastante desigual entre as diversas ilhas do arquipélago. As pessoas que vivem só apresentam os quantitativos mais baixos em São Miguel (15%) e na Terceira (17%), e os mais elevados no Corvo (41%), nas Flores (25%), em São Jorge (21%), na Graciosa (22%) e em Santa Maria (21%), oscilando entre os 4 e os 26 p.p. entre o primeiro e o segundo grupo.

No extremo oposto da dimensão dos agregados familiares, São Miguel destaca-se, claramente, como a ilha onde existe uma maior proporção de famílias numerosas.

População

De relevar, conforme já mencionado, que as famílias de maior dimensão são, em Portugal, particularmente vulneráveis à pobreza, apresentando uma taxa de risco de pobreza monetária acima da média nacional. Assim, e de acordo com os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR)[1], em 2016, Portugal apresentava, para as famílias de dois adultos com três e mais crianças (na designação usada neste inquérito do INE), uma taxa de risco de pobreza de 41,4%, contrapondo-se a uma taxa para a população em geral de 18,3%.

Considerando que os dados nacionais mostram que a pobreza se tende a concentrar nas famílias mais numerosas e naquelas que integram um maior número de crianças, a dimensão do agregado familiar e o número de crianças constituem indicadores indiretos da probabilidade de pobreza num determinado território e, ao mesmo tempo, permitem uma primeira aproximação às características de duas das populações mais vulneráveis à pobreza.

Por forma a contextualizar este importante dado, recorreu-se a um conjunto de indicadores demográficos, dos quais se destacam os mais relevantes.

Quadro 5 – Principais indicadores demográficos - Portugal e Açores – 2011-2016

Indicadores	2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA	Portugal	RAA
Taxa de natalidade (‰)	9,2	11,1	8,5	10,1	7,9	9,5	7,9	9,4	8,3	9,2	9,2	9,9
Taxa de mortalidade (‰)	9,7	9,6	10,2	8,9	10,2	9,9	10,1	9,4	10,5	9,4	9,6	9,5
Taxa de mortalidade infantil (‰)	3,1	2,9	3,4	6	2,9	4,7	2,9	3,5	2,9	4,4	3,24	1,8
Taxa de crescimento natural (%)	-0,06	0,15	-0,17	0,1	-0,23	-0,04	-0,22	0	-0,22	-0,02	0,23	-0,06
Taxa de crescimento efetivo (%)	-0,29	0,18	-0,52	0,14	-0,57	-0,04	-0,5	-0,44	-0,32	-0,24	0,31	-0,2
Índice de envelhecimento (%)	127,6	72,3	131,1	74,1	136	76	141,3	78,6	146,5	82,4	148,7	85,6
Índice de rejuvenescimento da população ativa (nº)	93	144,8	88,8	140,4	86,2	135,8	83,5	129,8	81,3	124,3	80	119,7
Índice de dependência demográfico (nº)	51,4	44,6	51,9	43,9	52,5	43,3	53	43	53,4	42,8	53,8	42,9
Taxa de fecundidade geral (‰)	38,6	43	36,3	39	33,9	36,8	34,3	36,6	36	36	37,1	36,2
Taxa de fecundidade na adolescência (‰)	13,3	26,9	12,2	20,9	10,6	21,7	9,3	17,8	8,4	17,4	8,1	18,2
Índice sintético de fecundidade (nº)	1,35	1,48	1,28	1,34	1,21	1,27	1,23	1,26	1,3	1,25	1,36	1,27

Fonte: Publicação INE - Estatísticas Demográficas

A taxa de natalidade é, ainda, superior à média nacional - respetivamente, de 9,2‰ e 9,9‰ (2016) - verificando-se, no entanto, uma redução da mesma (entre 2011 e 2016) associada ao progressivo envelhecimento da população na Região, ao qual se associa também o decréscimo do efetivo demográfico (nas mesmas datas).

Merece registo que, em 2015, o índice sintético de fecundidade nos Açores passou a ser inferior ao valor médio do país, situação que se manteve em 2016, apresentando um valor de 1,27, face a 1,36 do todo nacional. Em contraste, é de relevar o valor do índice de rejuvenescimento da população ativa (119,7) ser muito superior ao valor médio nacional (80,0). Os Açores apresentam, também, um índice de envelhecimento substancialmente inferior à média nacional (respetivamente 85,6% e 148,7%). Isto permite consubstanciar a afirmação de que, na RAA, ainda existem mais jovens do que

1 Inquérito anual do INE onde são coligidos os dados sobre a pobreza em Portugal. Este inquérito não contém resultados dos Açores - os dados para as regiões são apresentados num outro inquérito do INE, o IDEF, com uma periodicidade quinquenal. Serão fornecidos mais pormenores sobre estes inquéritos no capítulo relativo à Solidariedade Social.

idosos. Por sua vez, o índice de dependência demográfica é bastante inferior (42,9) ao valor médio do país (53,8).

Quadro 6 - Movimento geral da população – taxas por ilha e concelho de residência - Açores 2016

Ilha/concelho	Saldo natural (nº)	Taxa de Natalidade (‰)	Taxa de Mortalidade		Taxa de Fecundidade (‰)	Índice de Envelhecimento (%)	Índice de Dependência Demográfica (%)
			Total (‰)	Infantil (‰)			
Santa Maria	**-4**	**9,2**	**9,9**	**0**	**35,3**	**90,3**	**39,7**
Vila do Porto	-4	9,2	9,9	0	35,3	90,3	39,7
São Miguel	**55**	**9,9**	**8,6**	**1,5**	**37,6**	**64,9**	**41,5**
Lagoa	-24	9,8	6,1	0	36,7	61,6	42,6
Nordeste	40	5,6	10,5	35,7	24	117,5	47,8
Ponta Delgada	-26	9,3	8,7	1,6	35,8	74,8	40,8
Povoação	130	8,2	12,4	0	31,7	99,0	43,2
Ribeira Grande	2	12,4	8,5	0	46,1	38,5	41,5
Vila Franca do Campo	177	9	8,8	0	33,3	69,8	40,4
Terceira	**-94**	**8,9**	**10,7**	**2**	**35,9**	**101,0**	**43,3**
Angra do Heroísmo	**-9**	**8,6**	11,3	0	35,5	104,6	45,3
Praia da Vitória	-103	**9,3**	9,7	5	36,4	95,0	40,2
Graciosa	**-33**	**6,5**	**14,1**	**0**	**27,3**	**143,0**	**48,1**
Santa Cruz da Graciosa	-33	6,5	14,1	0	27,3	143,0	48,1
São Jorge	**-30**	**8**	**14,3**	**0**	**35,2**	**144,7**	48,5
Calheta de São Jorge	-24	6,4	15,5	0	32,1	155,0	59,8
Velas	-54	**9**	13,6	0	36,7	137,0	42,1
Pico	**-32**	**7,2**	**12,1**	**10**	**30,5**	**148,9**	**49,1**
Lajes do Pico	-16	4,6	11,5	0	19,8	180,2	52,5
Madalena	-19	8,9	11,6	0	36,2	132,5	47,4
São Roque do Pico	-67	7,9	13,6	38,5	34,4	139,5	47,5
Faial	**-36**	**8,1**	**10,5**	**0**	**32,6**	**113,7**	**44,5**
Horta	-36	8,1	10,5	0	32,6	113,7	44,5
Flores	**-13**	**7,8**	**13,5**	**0**	**34,1**	**150,6**	**45,8**
Lajes das Flores	-8	8,7	17,4	0	41,4	163,7	47,1
Santa Cruz das Flores	-21	7,3	10,9	0	29,8	142,2	44,9
Corvo	**-4**	**0**	**8,7**	**0**	**0**	**120,3**	**46,8**
Vila Nova do Corvo	-4	0	8,7	0	0	120,3	46,8
RA Açores	**-145**	**9,2**	**9,8**	**1,8**	**36,2**	**84,0**	**42,8**
RA Madeira	-754	7,3	10,2	4,3	29,2	108,3	43,5
Continente	-22 507	8,4	10,7	2	37,4	151,7	54,3
Portugal	-23 409	8,4	10,7	2	37,1	148,7	53,8

Fonte: INE.

A partir da consulta do quadro acima, verifica-se que, em 2016, apenas os concelhos da ilha de São Miguel (à exceção Lagoa e Ponta Delgada) apresentaram um saldo natural positivo, sendo o saldo médio para a RAA negativo (-145).

A taxa de natalidade na RAA é, como exposto atrás, ainda superior à média nacional - respetivamente, de 9,2‰ e 9,9 ‰ – registando-se o valor mais elevado na ilha de São Miguel e,

População

nesta, no Concelho de Ribeira Grande (12,4‰). A seguir ao Corvo é o concelho de Lajes do Pico aquele que apresenta a taxa mais baixa (4,6‰). Todavia, estes dados merecem precaução na sua leitura, uma vez que exigem grandes efetivos populacionais para se poder afirmar, com segurança, que as oscilações estatísticas aleatórias estão subsumidas nas tendências sociológicas. Não obstante, os dados esboçam uma tendência na qual São Miguel figura como a ilha mais jovem da Região, em contraste com as restantes (embora com alguma diversidade entre elas).

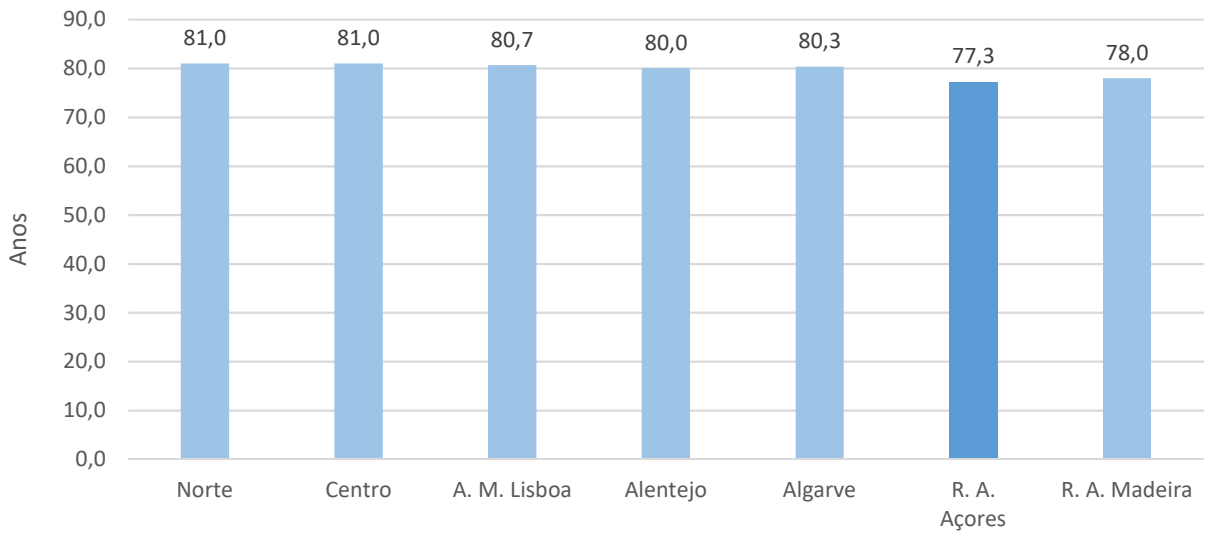
Relativamente ao índice de envelhecimento, este é mais baixo na ilha de São Miguel (64,9%) e mais elevado na ilha das Flores (150,6%), com o concelho de Ribeira Grande a apresentar um índice de envelhecimento de 38% e, o das Lajes do Pico, de 180%, observando-se, por esta via, realidades demográficas muito distintas no arquipélago, como se tem vindo a sublinhar.

Os dados desagregados por ilhas e concelhos, referentes ao ano de 2016, e constantes no quadro acima, permitem observar diferenças significativas entre os diferentes territórios que constituem a Região Autónoma dos Açores. Porém, não é possível observar muito mais, atendendo a que os pequenos efetivos populacionais desta Região desaconselham a que se escalpelizem os dados de forma aprofundada, especialmente quando se analisa apenas um ano. Bastam pequenas variações absolutas, dentro da normalidade dos fenómenos sociais, para produzir diferenças acentuadas em populações muito pequenas.

3.Saúde

No presente capítulo apresentam-se alguns indicadores de saúde relativos à população residente na Região Autónoma dos Açores, dando destaque àqueles que, de alguma forma, se relacionam com a pobreza.

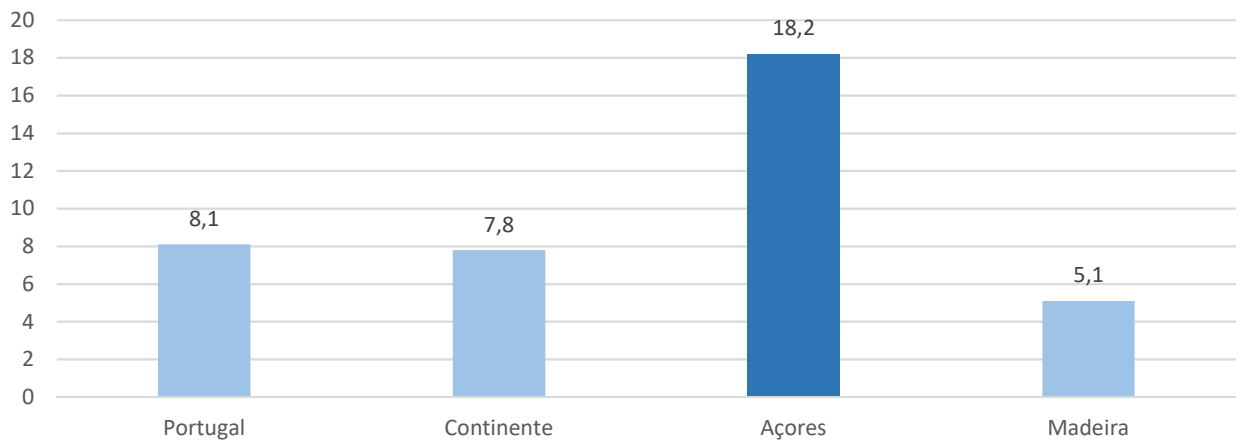
Gráfico 7- Esperança média de vida à nascença 2014-2016 por regiões (anos)



Fonte: INE: Tábuas de Completas de Mortalidade, 2014 – 2016

No que respeita à esperança média de vida à nascença - neste caso, para o período de 2014 a 2016 - os Açores e a Madeira apresentam as médias mais baixas do país, com uma diferença relativamente às restantes de sensivelmente três anos. Algo que se consubstancia num valor de 77,3 anos nos Açores.

Gráfico 8 – Taxa de fecundidade na adolescência por local de residência 2016 (‰)

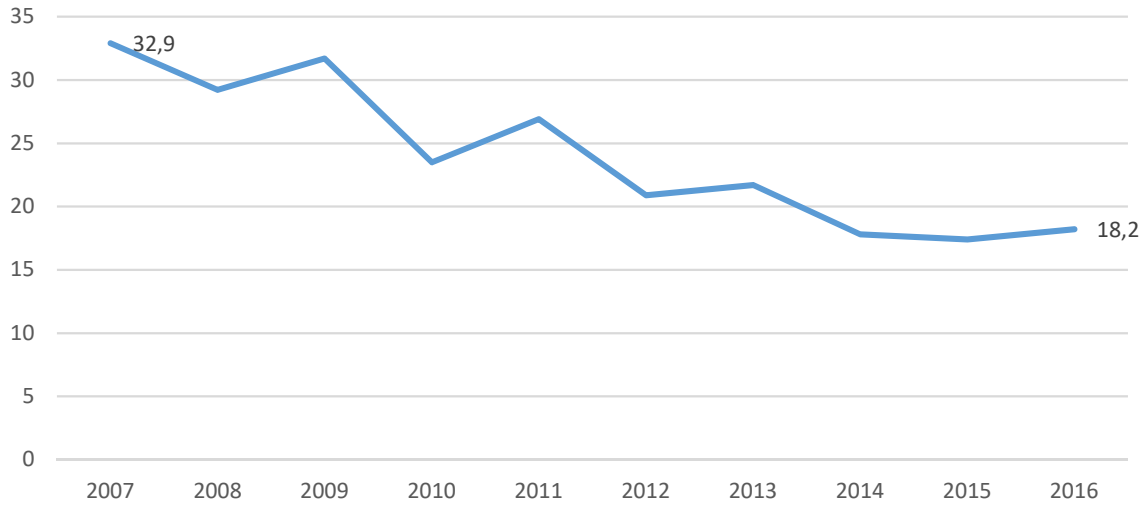


Fonte: INE: Estimativas da População Residente, 2016

Saúde

Um aspeto que se associa particularmente à pobreza é a gravidez na adolescência. Este fenómeno assume especial relevo nos Açores se considerarmos que a taxa de fecundidade na adolescência se traduziu em 18,2‰ em 2016, por contraste com valores de 8,1‰ para o conjunto do país, de acordo com as estimativas do INE relativamente à população residente.

Gráfico 9 – Evolução da taxa de fecundidade na adolescência Açores 2007-2016 (‰)



Fonte: INE.

Como se observa, os valores da gravidez na adolescência na RAA vieram a diminuir de ano para ano, até 2015, verificando-se uma ligeira subida em 2016. Estes dados atribuíam aos Açores uma taxa de 32,9‰ em 2007, em contraponto com a já referida taxa de 18,2‰ em 2016.

Para esta redução terão contribuído o aumento das qualificações escolares e o reforço da Saúde Escolar, assim como a redução geral da natalidade e do número de jovens.

Quadro 7 - Nados-vivos de mães adolescentes residentes, por ilha e concelho - Açores 2011 a 2016

Ilha / Concelho	2011		Total	2012		Total	2013		Total	2014		Total	2015		Total	2016		Total
	-15	15 - 19		-15	15 - 19		-15	15 - 19		-15	15 - 19		-15	15 - 19		-15	15 - 19	
Santa Maria	**-**	**5**	**5**	**-**	**3**	**3**	**-**	**1**	**1**	**-**	**5**	**5**	**-**	**3**	**3**	**-**	**1**	**1**
Vila do Porto	-	5	-	-	3	-	-	1	-	-	5	-	-	3	-	-	1	1
São Miguel	**1**	**150**	**151**	**1**	**124**	**125**	**1**	**121**	**122**	**4**	**89**	**93**	**1**	**91**	**92**	**2**	**109**	**111**
Lagoa	1	7	-	-	19	-	1	12	-	-	8	-	-	9	-	1	7	8
Nordeste	-	0	-	-	2	-	-	2	-	-	4	-	-	1	-	-	1	1
Ponta Delgada	-	61	-	1	42	-	-	42	-	3	35	-	-	37	-	1	47	48
Povoação	-	6	-	-	6	-	-	1	-	-	2	-	-	2	-	-	5	5
Ribeira Grande	-	56	-	-	53	-	-	58	-	1	34	-	1	35	-	-	42	42
Vila Franca do Campo	-	8	-	-	2	-	-	6	-	-	6	-	.	7	-	-	7	7
Terceira	**-**	**45**	**45**	**-**	**24**	**24**	**-**	**33**	**33**	**1**	**27**	**28**	**2**	**23**	**25**	**1**	**15**	**16**
Angra Heroísmo	-	15	-	-	2	-	-	2	-	1	19	-	2	1	-	1	9	10
Praia da Vitória	-	12	-	-	4	-	-	13	-	-	8	-	-	13	-	-	6	6
Graciosa	**-**	**3**	**3**	**-**	**1**	**1**	**-**	**4**	**4**	**-**	**5**	**5**	**-**	**4**	**4**	**-**	**2**	**2**
Santa Cruz da Graciosa	-	3	-	-	1	-	-	4	-	-	5	-	-	4	-	-	2	2
São Jorge	**-**	**0**	**1**	**-**	**2**	**2**	**-**	**2**	**2**	**-**	**2**	**2**	**-**	**5**	**5**	**-**	**4**	**4**
Calheta	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	3	3
Velas	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-	1	-	-	4	-	-	1	1
Pico	**-**	**9**	**9**	**-**	**7**	**7**	**-**	**11**	**11**	**1**	**4**	**5**	**1**	**6**	**7**	**0**	**2**	**2**
Lajes do Pico	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	1	-	-	1	1
Madalena	-	4	-	-	3	-	-	6	-	-	2	-	-	4	-	-	1	1
São Roque do Pico	-	4	-	-	4	-	-	4	-	1	-	-	1	1	-	-	-	-
Faial	**-**	**9**	**9**	**-**	**6**	**6**	**-**	**3**	**3**	**-**	**5**	**5**	**1**	**1**	**2**	**-**	**7**	**7**
Horta	-	9	-	-	6	-	-	3	-	-	5	-	1	1	-	-	7	7
Flores	**-**	**2**	**2**	**-**	**2**	**2**	**-**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**1**
Lajes das Flores	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Cruz das Flores	-	1	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Corvo	**-**	**-**	**-**	**-**	**2**	**2**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1**	**1**	**-**	**-**	**-**
Vila Nova do Corvo	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
RA Açores	**1**	**224**	**225**	**1**	**171**	**172**	**1**	**176**	**177**	**6**	**137**	**143**	**5**	**134**	**139**	**3**	**141**	**144**

Fonte: SREA

Uma análise mais aprofundada, recorrendo aos dados do Serviço Regional de Estatística (SREA), permite verificar que, em 2015, de entre 2.258 nados vivos assinalados nos Açores, registaram-se 139 partos de mães adolescentes, traduzindo-se numa taxa de 6,15%, o que equivale a uma diminuição do número de mães adolescentes de 2,5% face ao ano anterior.

Porém, em 2016, embora de forma pouco significativa, regista-se uma nova subida, em valores absolutos, com 144 partos de mães com menos de 19 anos de idade. O fenómeno verifica-se com particular incidência na ilha de São Miguel, a qual regista 77% do total de partos de mães adolescentes na Região.

Saúde

Os baixos valores absolutos deste indicador não aconselham a que se dissequem os dados com mais profundidade. Ainda assim, é possível perceber que estes se concentram, sobretudo, nos dois concelhos com maior densidade populacional da ilha de S. Miguel, nomeadamente Ponta Delgada e Ribeira Grande, com 48 e 42 nados-vivos, respetivamente, em 2016.

A análise do intervalo entre 2011 e 2016 permite verificar que esta concentração nas localidades referenciadas se verifica ao longo de todo este período, algo que nos permite afirmar que é nestes concelhos que o problema tem maior expressão.

Quadro 8 - Taxa de fecundidade por grupo etário, por ilha e concelho (‰)
Açores 2016

Ilha/Concelho	Grupos etários							
	Total (15-49)	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Santa Maria	**35,3**	**5,6**	**26,7**	**72,6**	**61,7**	**60,2**	**14,6**	**0**
Vila do Porto	35,3	5,6	26,7	72,6	61,7	60,2	14,6	0
São Miguel	**37,6**	**23,2**	**48,4**	**67,2**	**73,8**	**41,9**	**8,8**	**0,4**
Lagoa	36,7	17,7	43,9	72,3	79	45,7	7,9	0
Nordeste	24	6,2	38,8	67,1	53	11,1	5,7	0
Ponta Delgada	35,8	21,2	41	67	70,2	43,7	8,9	0,4
Povoação	31,7	22,1	45,8	51,2	77,7	24,6	12,2	0
Ribeira Grande	46,1	35	69,1	71,4	81	43,7	11,3	0
Vila Franca do Campo	33,3	17,9	37,9	58,1	73,1	41,1	2,2	2,4
Terceira	**35,9**	**9,3**	**43,2**	**58,1**	**87,3**	**45,4**	**5,5**	**0,5**
Angra do Heroísmo	35,5	9,4	44	60	80,5	55,7	2,3	0,8
Praia da Vitória	36,4	9	42	55,5	96,5	29,8	10,7	0
Graciosa	**27,3**	**18,6**	**35**	**38,5**	**51,1**	**35,1**	**6,1**	**0**
Santa Cruz da Graciosa	27,3	18,6	35	38,5	51,1	35,1	6,1	0
São Jorge	**35,2**	**18**	**52,3**	**52,5**	**78,6**	**52,5**	**3**	**0**
Calheta	32,1	39,7	34,3	57,8	65,4	48,1	0	0
Velas	36,7	6,8	63,4	50,3	84,3	54,9	4,7	0
Pico	**30,5**	**5,3**	**30,5**	**38,8**	**84**	**42,7**	**9,3**	**0**
Lajes do Pico	19,8	8,7	16,3	18,7	59,4	29,2	5,5	0
Madalena	36,2	5,5	46,2	56,3	93,8	39,9	8,5	0
São Roque do Pico	34,4	0	18,3	30,6	99,5	67,8	17	0
Faial	**32,6**	**16,5**	**24**	**69,7**	**76,4**	**39,5**	**6,5**	**0**
Horta	32,6	16,5	24	69,7	76,4	39,5	6,5	0
Flores	**34,1**	**10,9**	**21,2**	**105,3**	**48,3**	**47,8**	**7,3**	**0**
Lajes das Flores	41,4	0	63,5	81,1	65,9	73,4	18,3	0
Santa Cruz das Flores	29,8	21,1	0	118,5	40,2	32,6	0	0
Corvo	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Vila Nova do Corvo	0	0	0	0	0	0	0	0
RA Açores	**36,2**	**18,2**	**43,9**	**63,2**	**76,4**	**43,1**	**7,8**	**0,3**

Fonte: Pordata

A natalidade é um assunto normalmente tratado nos capítulos relativos a População e Demografia. Contudo, neste Diagnóstico, foi considerado mais oportuno integrar esta análise no capítulo concernente à Saúde.

Longe de se restringir aos nascidos de mães adolescentes, interessa desenvolver uma visão mais alargada da situação da natalidade na Região a partir da perspetiva da fecundidade. Observando estes dados no contexto da fecundidade por concelho, verifica-se, em 2016, que é nos concelhos de Ribeira Grande (46,1‰) e Lajes das Flores (41,4‰) que existe a maior taxa de fecundidade geral, sendo que o valor médio da Região é de (36,2‰).

O acesso à saúde por parte das pessoas em situação de pobreza não se proporciona de forma idêntica ao da restante população. Também nesta área a pobreza se revela um fator condicionante. Desde logo, pela dificuldade em custear o acesso à saúde privada, a que a população portuguesa tende a recorrer em muitas circunstâncias, mas também por outros motivos, nomeadamente associados à literacia. Destaque-se a obesidade infantil, a título de exemplo, que tende a ser mais prevalente nas pessoas pobres. A análise das dificuldades em matéria de Saúde, sentidas pelas pessoas em situação de pobreza, assenta, necessariamente, nos dados regionais de caráter geral, visto não existirem indicadores ou estudos específicos.

Do Inquérito Regional de Saúde (InReS Açores), realizado em parceria com o Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, IP (INSA, IP), que abrangeu a população residente na RAA com idades compreendidas entre os 20 e os 74 anos (2014), destaca-se que a grande maioria dos açorianos está satisfeita com os cuidados de saúde que recebe. Mais concretamente, cerca de 60% dos inquiridos consideram-se satisfeitos e, 12%, totalmente satisfeitos.

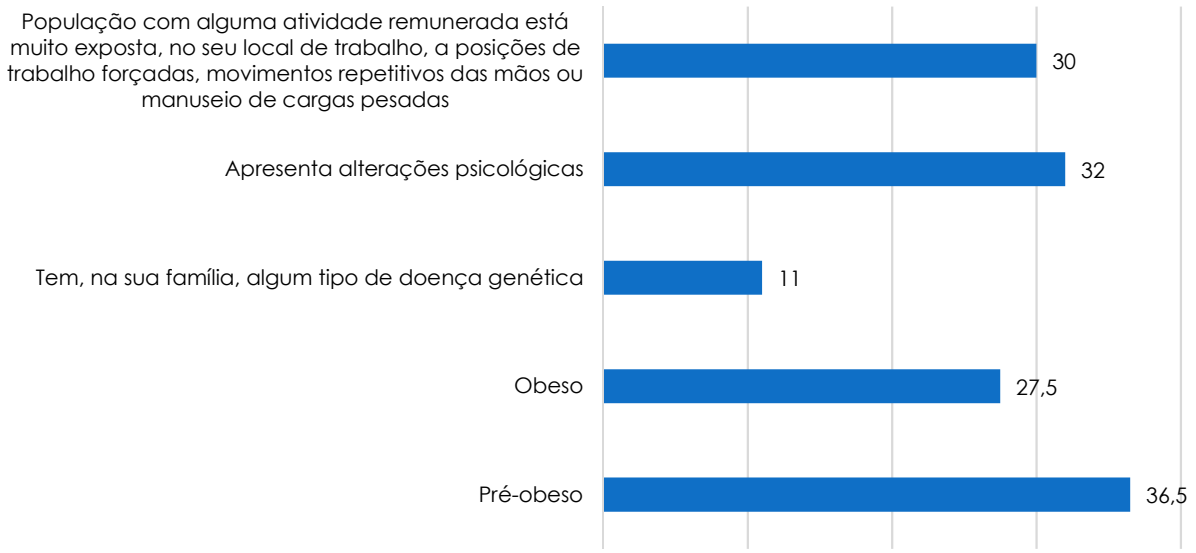
Existem algumas características da saúde e da sua relação com os modos de vida que afetam particularmente as pessoas em situação de pobreza.

Uma das características dos empregos associadas às pessoas em situação de pobreza é a penosidade. Esta traduz-se, entre outras coisas, no manuseio de objetos pesados ou na repetição de gestos prolongada no tempo. O inquérito em análise permitiu, justamente, aferir a percentagem da população açoriana que se encontrava envolvida neste tipo de atividades, algo que correspondia a, sensivelmente, um terço do total dos residentes.

A existência de doenças do foro psicológico, nomeadamente depressões, tem sido associada às pessoas pobres com maior frequência do que ao conjunto total dos cidadãos, embora, neste caso, não existam resultados para os Açores. Não obstante, através do Inquérito Regional de Saúde podemos observar este problema através de um indicador indireto, designadamente a existência de alterações psicológicas, algo que afeta, também, sensivelmente, um terço dos açorianos.

Saúde

Gráfico 10 – Indicadores de saúde – Açores 2015 (%)



Fonte: Inquérito regional de saúde, 2015

A existência de doenças genéticas no seio familiar tem sido apontada como um fator agravador do risco de pobreza. No caso concreto dos Açores, essa relação é clara, por exemplo, com a doença Machado-Joseph. Os dados do Inquérito Regional de Saúde permitem perceber que a existência de doenças genéticas no seio familiar é uma realidade para 11% dos inquiridos.

Finalmente, a nível internacional, a obesidade representa um problema associado aos indivíduos e famílias menos escolarizados, de classe mais baixa e até em situação de pobreza nos países mais ricos, como é o caso de Portugal. Este problema tende a potenciar diversas patologias e riscos para a saúde dos indivíduos, acrescendo aos fatores geradores de pobreza. No caso dos Açores, os obesos e pré-obesos representam um total de 64% da população. Nem todos se encontram em situação de pobreza, mas a incidência deste problema nesta categoria social é, normalmente, mais pronunciada e superior à incidência na população em geral que aqui se apresenta.

Uma outra questão que se salienta nos problemas de saúde associados à pobreza é o papel dos comportamentos aditivos. Estes exercem diversos efeitos nos indivíduos, alterando a sua conduta, prejudicando a sua vida familiar e social, podendo levar à rutura familiar, ao desemprego e à perda das redes de apoio social. Em casos extremos, pode até conduzir a práticas criminosas como meio de manutenção do consumo de substâncias. De uma forma geral, e embora o panorama seja diferente consoante a substância e o comportamento em causa, os Açores apresentam níveis de consumo superiores ao resto do país.

Segundo o Relatório Anual de 2016, levado a cabo pelo Serviço de Intervenção nos Comportamento Aditivos e nas Dependências (SICAD), em Portugal, a prevalência de consumos entre 2007 e 2016 diminuiu, apresentando valores, na população geral, de 12%, em 2007 e 10,4%, em 2016. Nos consumos recentes ao longo da vida, registam-se 3,7%, em 2007 e o aumento para 3,9%, em 2016 (SICAD, 2017).

Para as mesmas faixas etárias e no período homólogo, na Região Autónoma dos Açores observa-se um aumento da prevalência do consumo de todas as substâncias ao longo do último ano e do último mês com 7,4% e 5,0%, respetivamente. No consumo de qualquer substância ao longo da vida verifica-se uma diminuição, situando-se nos 9,7% (SICAD, 2017). No inquérito aplicado no Dia da Defesa Nacional (portanto, a jovens que completavam 18 anos em 2016), os resultados

demonstraram uma prevalência de 28,3% na população da RAA, enquanto a média nacional se situava nos 24,7% (SICAD, 2017).

De acordo com o SICAD (2016) é possível aferir que o consumo de substâncias psicoativas e os comportamentos de nocividade acrescida, de uma forma global, são mais expressivos no género masculino, entre os indivíduos que trabalham e estudam simultaneamente, e com menores qualificações académicas. São os trabalhadores-estudantes que se destacam como aqueles em que é mais prevalente o consumo de álcool, tabaco e cannabis, enquanto os desempregados se destacam a este nível pelo consumo de outras drogas ilícitas e de tranquilizantes/sedativos sem prescrição médica. Por outro lado, os desempregados consomem menos álcool e os estudantes, menos drogas, optando pelo consumo de cannabis e tranquilizantes/sedativos sem prescrição médica.

A exceção é a embriaguez severa: neste caso, os trabalhadores-estudantes são quem mais se alcooliza de forma severa, mas são os desempregados quem o faz de forma mais frequente, ainda que a diferença relativamente aos trabalhadores-estudantes não seja expressiva. Verifica-se que os trabalhadores-estudantes do género masculino apresentam maior prevalência e frequência de consumo "binge" (consumo imoderado de álcool), embriaguez ligeira e policonsumo.

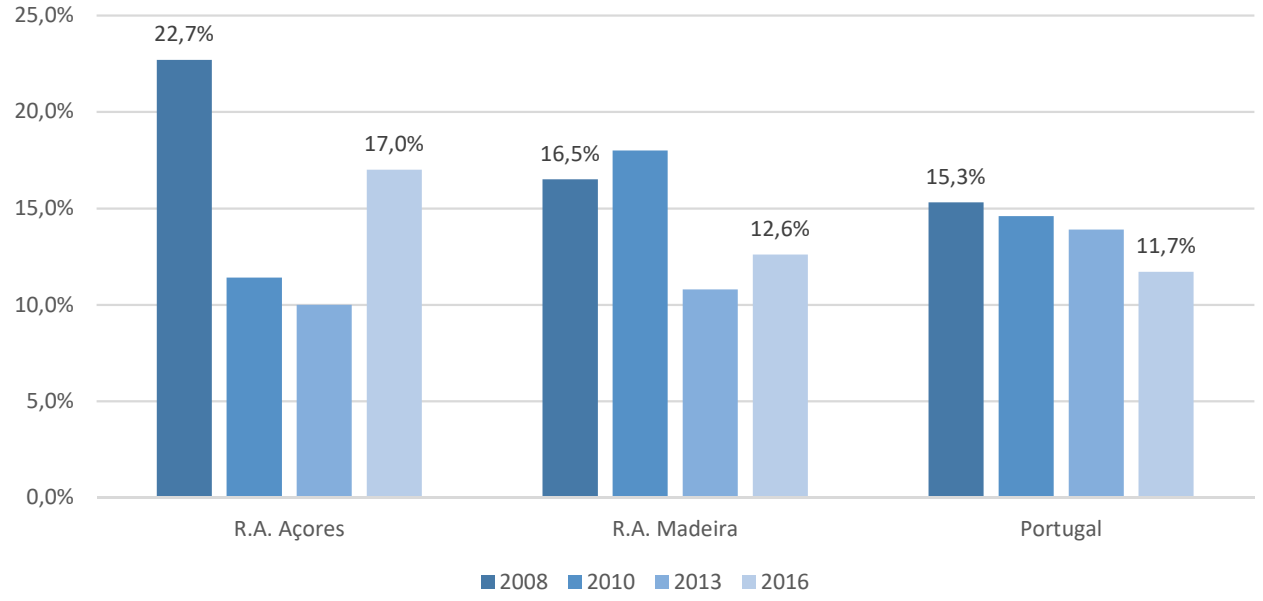
Em função das qualificações académicas, e à exceção do álcool, quanto mais elevadas, menor é a prevalência do consumo (sendo que, no que respeita a drogas ilícitas, este é mais acentuado nas substâncias que não cannabis), mais ocasional é este mesmo consumo e maior é a prevalência de comportamentos de nocividade acrescida. Tal aplica-se também à frequência de consumo "binge" e à embriaguez ligeira. No que respeita à embriaguez severa, quanto menores são as qualificações, maior é a frequência deste comportamento.

No que respeita à obesidade, a Região tem vindo a participar no estudo COSI, o sistema de vigilância da obesidade infantil (crianças entre os 6 e os 8 anos) da Organização Mundial de Saúde (OMS), designadamente nas edições de 2008, 2010, 2013 e 2016. Os dados apontam para uma diminuição da prevalência de excesso de peso e obesidade infantil até ao ano de 2013, no entanto em 2016 verificou-se um aumento substancial, tal como se pode constatar nos gráficos 11 e 12. Contudo, os Açores são uma das regiões em que se regista a maior percentagem de crianças com baixo peso (1,3%), contra a média nacional de 0,9% (gráfico 13).

As crianças incluídas neste estudo foram avaliadas em função das suas características antropométricas (estatura e peso), a partir das quais foi calculado o Índice de Massa Corporal (IMC). Para os Açores, a estatura média das raparigas foi de 125,3 cm e dos rapazes de 126,3cm, o peso médio das raparigas foi de 26,7kg e dos rapazes 27,6Kg e o IMC médio das raparigas foi de 16,8 e o dos rapazes foi de 17,1.

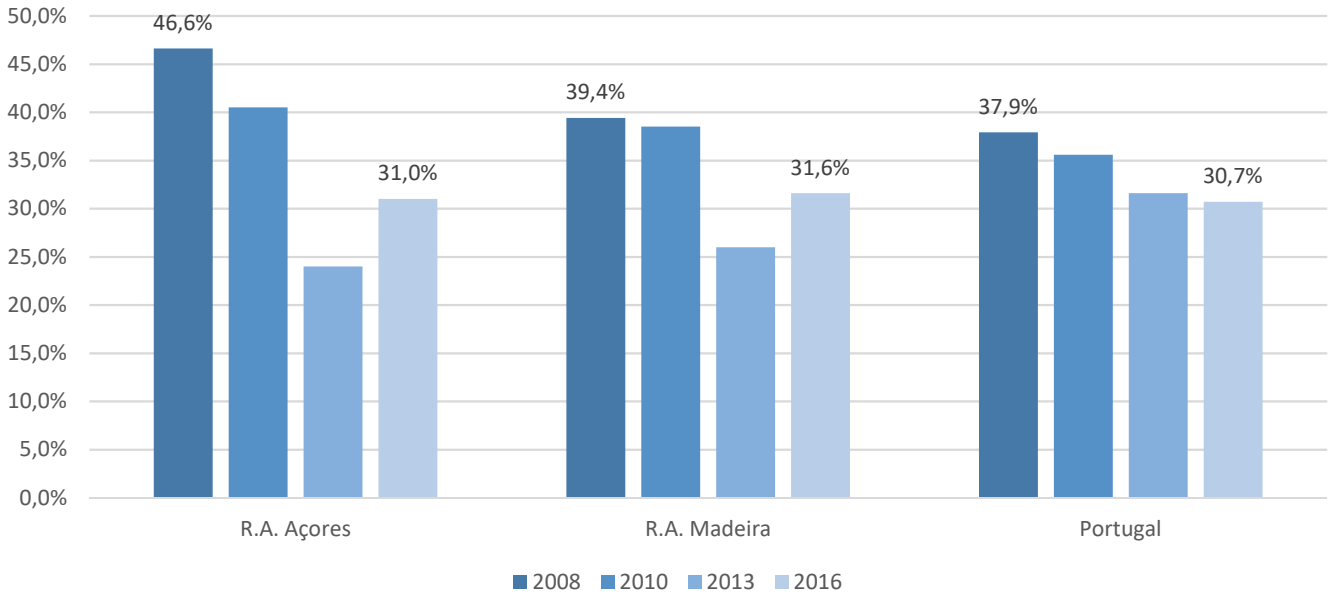
Saúde

Gráfico 11 - Prevalência de obesidade, nas crianças dos 6 aos 8 anos, por região – 2008, 2010, 2013 e 2016



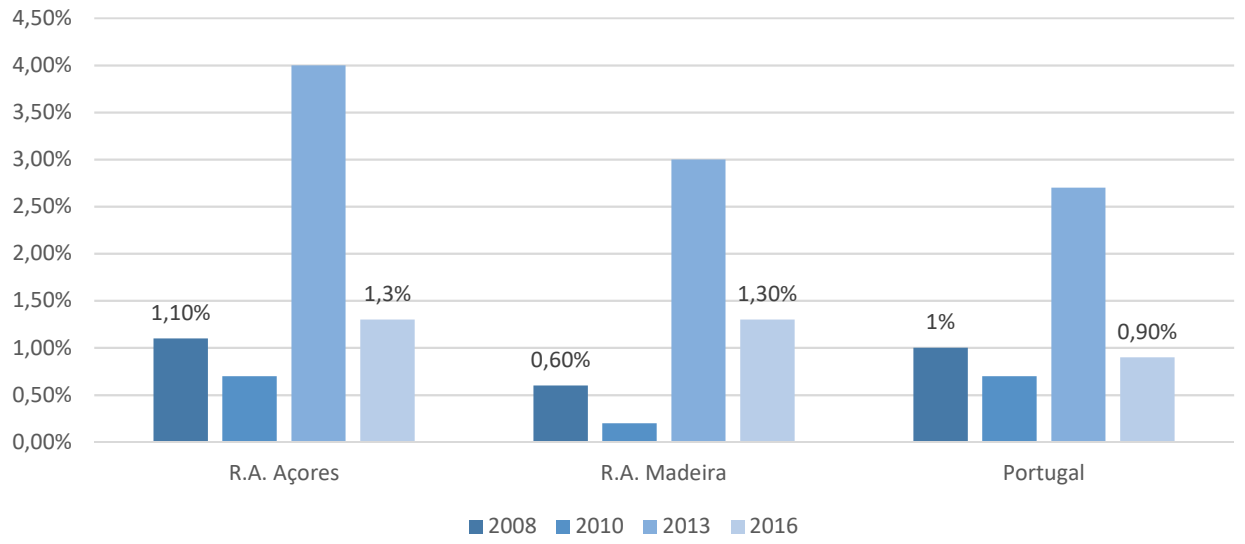
Fonte: Adaptado dos resultados do COSI Portugal (2008/2010/2013/2016)

Gráfico 12 - Prevalência de excesso de peso, nas crianças dos 6 aos 8 anos por região - 2008, 2010, 2013 e 2016



Fonte: Adaptado dos resultados do COSI Portugal (2008/2010/2013/2016)

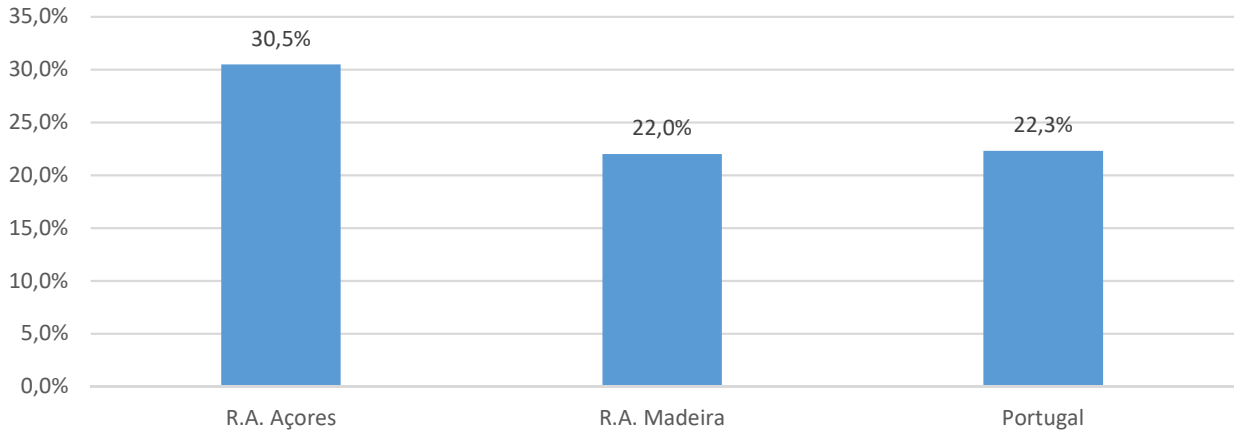
Gráfico 13 - Prevalência de peso baixo, nas crianças dos 6 aos 8 anos, por região - 2008, 2010, 2013 e 2016



Fonte: Adaptado dos resultados do COSI Portugal (2008/2010/2013/2016)

No âmbito do estudo *Inquérito Alimentar Nacional e de Atividade Física 2015-2016 (IAN-AF 2015-2016),* projeto cuja população-alvo foram os residentes em Portugal com idades compreendidas entre os 3 meses e os 84 anos, apurou-se, para a RAA, uma prevalência de obesidade de 30,5% e de pré-obesidade de 31,2% (gráficos 14 e 15).

Gráfico 14 - Prevalência de categorias de IMC[2] (obesidade), por região, ponderadas para a distribuição da população portuguesa, 2015-2016

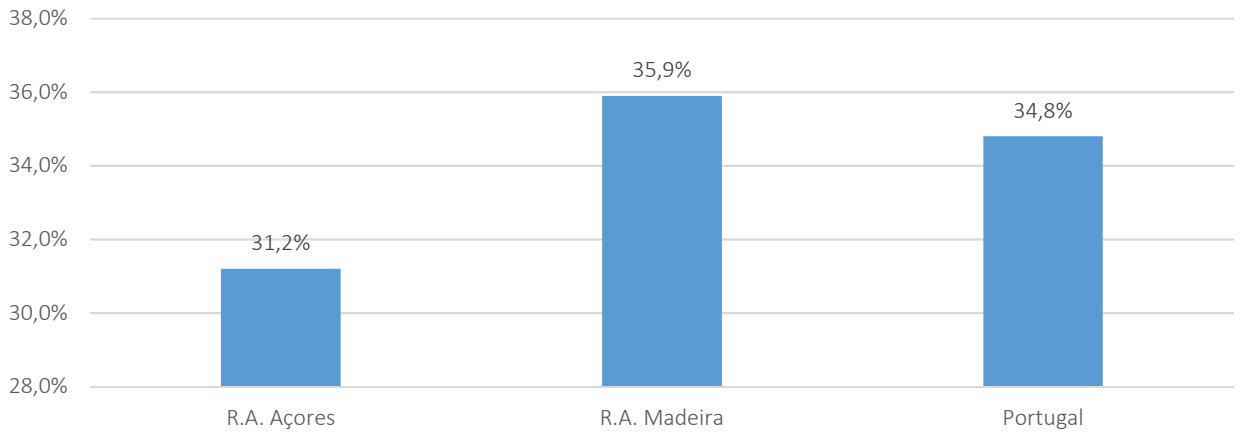


Fonte: IAN-AF 2015-2016

[2] O índice de massa corporal foi categorizado com base nos pontos de corte preconizados pela OMS para adultos e crianças

Saúde

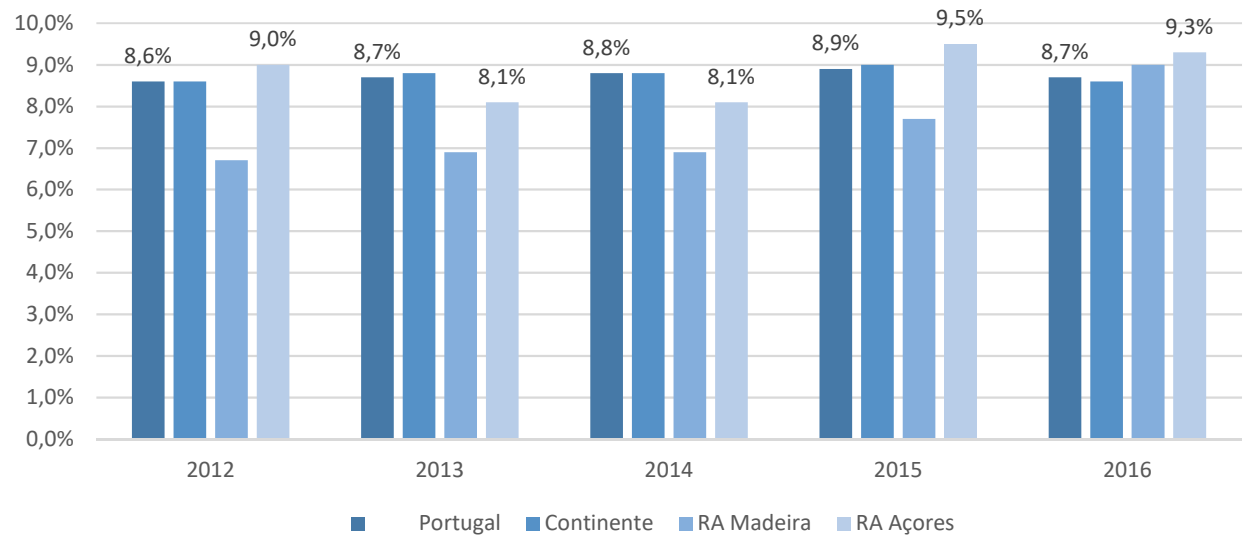
Gráfico 15 - Prevalências de categorias de IMC (pré-obesidade), por região, ponderadas para a distribuição da população portuguesa, 2015-2016



Fonte: IAN-AF 2015-2016

Como é possível observar a partir do gráfico n.º 16, a RAA mantém, no ano de 2016, a percentagem mais elevada de nados-vivos com baixo peso (9,3%), superior ao valor médio nacional (8,7%), tendo, nos últimos anos, apresentado um comportamento oscilante.

Gráfico 16 - Percentagem de nados-vivos com baixo peso, por regiões - 2012-2016



Fonte: INE

De acordo com informação disponibilizada pela Secretaria Regional da Saúde (SReS), e no que respeita à cobertura de médico de família, entre os utentes das USI, a proporção de utentes abrangidos por médico de família varia entre as várias ilhas, estando muito próxima dos 100% nas ilhas menos populosas e assumindo um valor mais baixo nas duas ilhas mais populosas- São Miguel (69,6%) e Terceira (70,9%). Na USI Graciosa, no ano de 2017 verificou-se a aposentação de um médico e inicio de funções de um novo, o que justifica um período de transição na afetação dos utentes.

Quadro 9 – Taxa de cobertura de médico de família, por Unidade de Saúde de Ilha (USI) - Açores 2017

Ilha /concelho	Com Médico (A)	Sem Médico (B)	Sem Médico por Opção do utente (C)	Não Especificado (D)	TOTAL	Taxa de cobertura (B/(A+B+D)
USI Santa Maria	**5934**	**2**	**2**	**0**	**5938**	**100,0%**
USI São Miguel	**105884**	**46287**	**787**	**1**	**152959**	**69,6%**
CS Nordeste	5093	29	2	0	5124	99,4%
CS Ponta Delgada	60837	34690	507	1	96035	63,7%
CS Povoação	6679	22	1	0	6702	99,7%
CS Ribeira Grande	21290	11539	242	0	33071	64,9%
CS Vila Franca do Campo	11985	7	35	0	12027	99,9%
USI Terceira	**41369**	**16953**	**322**	**0**	**58644**	**70,9%**
CS Angra do Heroísmo	23126	14106	297	0	37529	62,1%
CS Praia da Vitória	18243	2847	25	0	21115	86,5%
USI Graciosa	**2767**	**175**	**1386**	**1**	**4329**	**94,0%**
USI São Jorge	**9528**	**11**	**0**	**0**	**9539**	**99,9%**
CS Calheta	3950	0	0	0	3950	100,0%
CS Velas	5578	11	0	0	5589	99,8%
USI Pico	**14882**	**17**	**9**	**2**	**14910**	**99,9%**
CS Lajes	4503	2	1	1	4507	99,9%
CS Madalena	6520	13	8	1	6542	99,8%
CS São Roque	3859	2	0	0	3861	99,9%
USI Faial	**13778**	**972**	**370**	**0**	**15120**	**93,4%**
USI Flores	**3877**	**187**	**2**	**0**	**4066**	**95,4%**
USI Corvo	**373**	**2**	**0**	**0**	**375**	**99,5%**
RA Açores	**198 392**	**64 606**	**2 878**	**4**	**265 880**	**75,4%**

Fonte: SReS/DEPD / SISA (2017)

No entanto, e segundo a mesma fonte, se se considerarem os utentes com idade até 18 anos abrangidos por médico de família, por comparação com a população neste mesmo intervalo etário, com base no Censos de 2011, obtém-se uma cobertura já de 93%.

Relativamente à realização do Exame Global de Saúde, os últimos dados disponíveis, igualmente fornecidos pela SReS, respeitam ao ano letivo de 2016/2017. No que concerne as crianças de 5 anos, foi alcançada uma cobertura de 91%. Para as crianças de 12/13 anos, a cobertura foi um pouco inferior, na ordem dos 87%. São valores que têm seguido uma trajetória ascendente nos últimos anos.

4. Educação

Uma multiplicidade de questões faz da educação uma área da maior relevância para as sociedades desenvolvidas. Estas transcendem em muito o fenómeno da pobreza, mas estão intimamente relacionadas com ela.

São conhecidos os seus efeitos no desenvolvimento, em particular, na economia e na participação política e cidadã dos indivíduos, assim como nos níveis de saúde e na mortalidade.

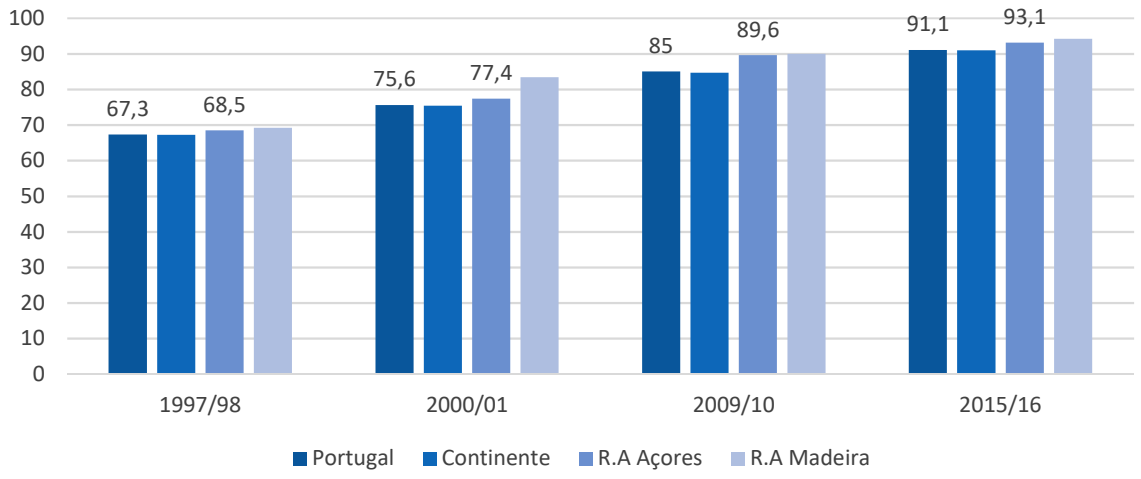
No caso específico da economia, estão em causa questões como a produtividade dos trabalhadores, o empreendedorismo, a inovação e a capacidade de gestão dos empresários.

Os estudos realizados em Portugal têm demonstrado uma ligação clara entre pobreza e educação, contexto que também se verifica nos Açores. Quanto menor a escolaridade de um indivíduo, maior a probabilidade de este ser pobre, sobretudo se estiver enquadrado num agregado familiar em que os adultos que contribuem para o rendimento familiar têm baixa escolaridade (incluindo o próprio).

Na sua relação com a educação, a pobreza está também associada a atividades profissionais pouco qualificadas, mal remuneradas, precárias, perigosas e penosas. O papel da educação na pobreza (ou na sua ausência) é amplificado pela relação que tem com o emprego. Os empregos que mais protegem da pobreza caracterizam-se por exigirem qualificações escolares, em regra, elevadas e, por sua vez, geram rendimentos e uma identidade social que afasta os indivíduos da pobreza. Nesse sentido, ter sucesso escolar é determinante para sair ou não cair na pobreza.

Existem diversas variáveis caracterizantes dos indivíduos que estão associadas ao seu sucesso escolar. Desde logo, a escolaridade da mãe e a classe social da sua família de enquadramento. Naturalmente, o sistema de ensino também representa um importante contributo para o sucesso, desde a cultura organizacional de cada escola e o desempenho dos professores, quer individualmente quer como grupo nas escolas onde desenvolvem a sua atividade. O ingresso no sistema de ensino numa idade precoce é outra variável individual considerada relevante para o sucesso dos indivíduos ao longo de toda a sua carreira escolar.

Gráfico 17 - Taxa bruta de pré-escolarização, por localização geográfica e ano letivo (%)

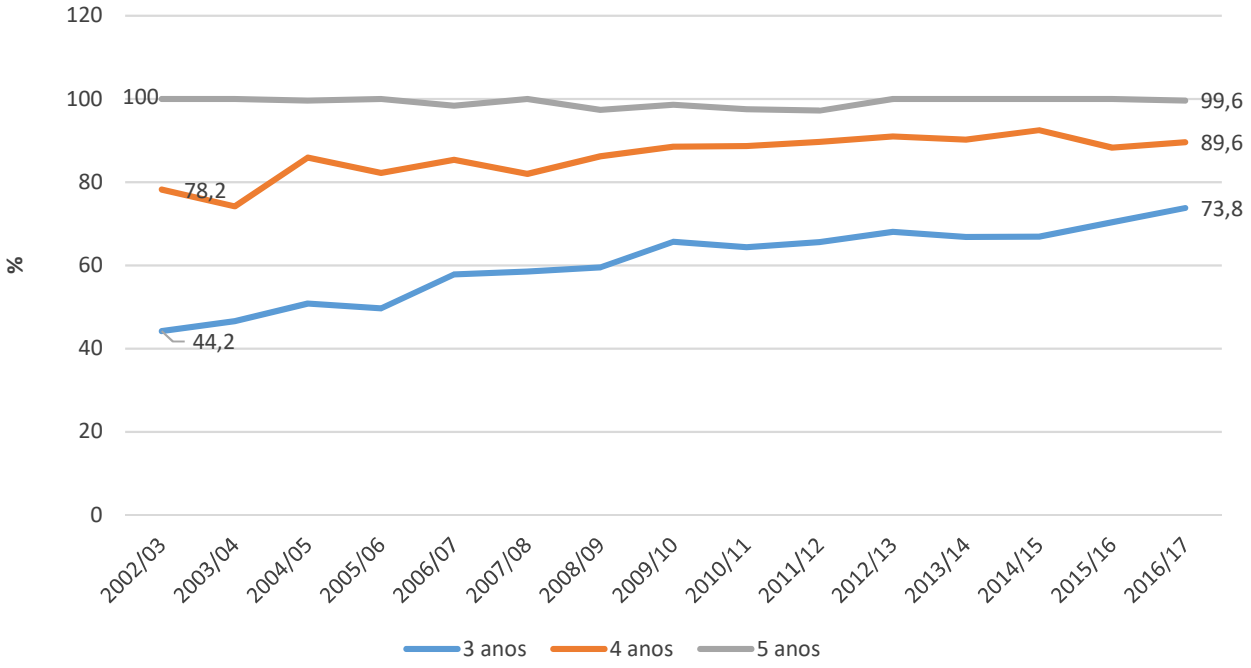


Fonte: INE

Educação

A Região Autónoma dos Açores, no ano letivo 2015/16, apresentava uma taxa de pré-escolarização (93,1%) superior à média nacional (91,1%), tendo subido 16 p.p. em 16 anos. Este é, aliás, um dos indicadores educativos em que os Açores se destacam pela positiva em relação ao resto do país e da Europa, considerando que, de uma forma geral e como veremos mais à frente, os indicadores açorianos de escolaridade e de escolarização representam um desafio regional importante, como reconhecido no documento enquadrador do ProSucesso ou nos estudos realizados sobre o tema nos Açores.

Gráfico 18 - Taxa de pré-escolarização dos 3 aos 5 anos de idade (rede pública e privada) (%), por ano letivo Açores 2002/03-2016/17



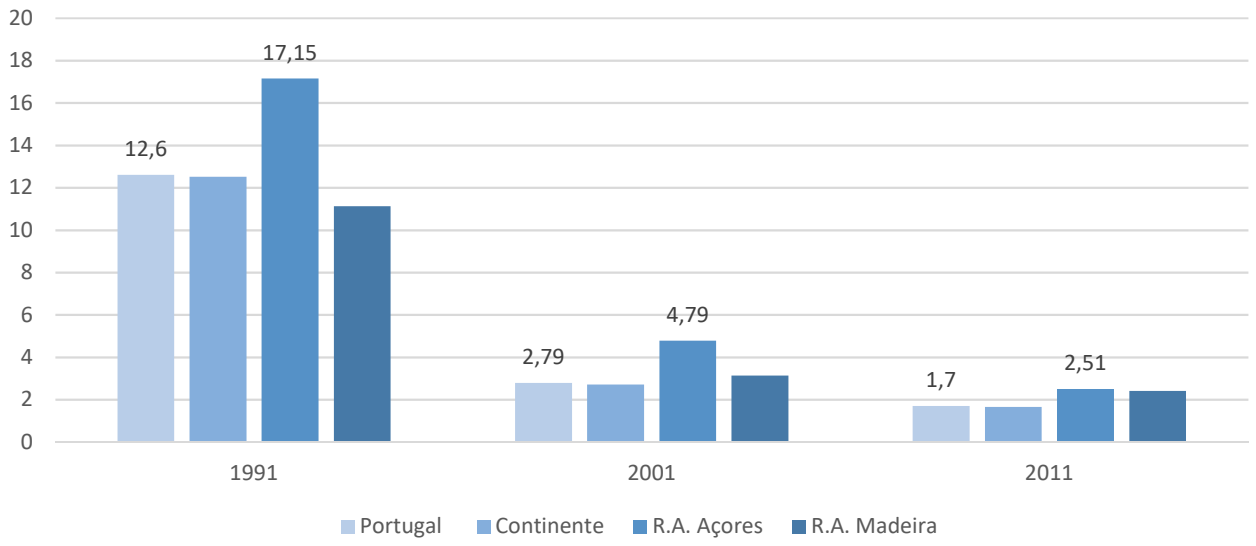
Fonte: SREC

Uma análise, por idades, de dados da Secretaria Regional da Educação e Cultura (SREC) referentes ao ano letivo 2016/17, permite verificar que, aos 5 anos, a taxa de frequência do pré-escolar continua praticamente nos 100%, já alcançada há mais de uma década. Para os 4 anos, esta taxa é de 89,6%. Para os 3 anos é de 73,8%. Em termos diacrónicos, é possível observar que, desde 2002/03, a taxa dos 5 anos se tem mantido estável nos 100%, a dos 4 anos subiu de 78,2% para os 89,6% e a dos 3 anos registou uma evolução ainda mais significativa, de 44,2% para os 73,8%.

O problema da baixa escolaridade das pessoas em situação de pobreza tem sido associado a uma variedade de fatores. Contudo, a sua medição é geralmente associada a dois indicadores em particular: o abandono e retenção. Estes indicadores partilham as vantagens de serem facilmente aferíveis a partir das longas séries temporais disponíveis e da comparabilidade nacional e internacional.

Educação

Gráfico 19 - Taxa de abandono escolar em Portugal, por regiões, à data dos Censos 1991, 2001 e 2011 (%)

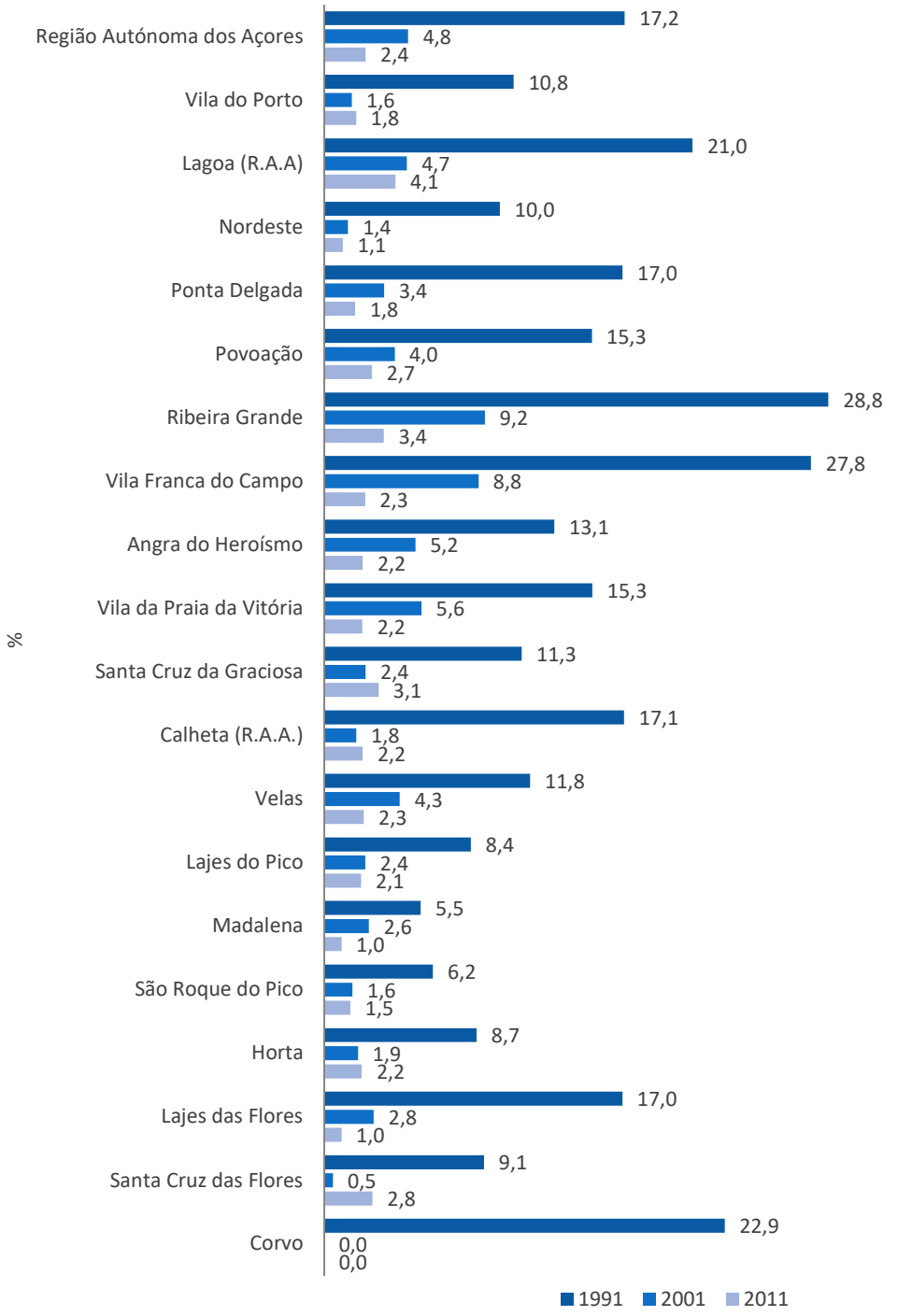


Fonte: INE - Estatísticas da Educação 2013/2014

A partir da análise da publicação *Estatísticas da Educação 2013/2014* da SREC, é possível perceber que a taxa de abandono escolar tem diminuído de forma significativa no país. Isto significa que praticamente todos os indivíduos entre os 10 e os 15 anos frequentam a escola. Neste contexto, os Açores seguem a tendência nacional. Assim, em Portugal e de acordo com os censos de 1991, 12,60% dos indivíduos entre 10 e 15 anos tinham abandonado a escola (sem concluir o 9º ano). Na Região, esse valor cifrava-se em 17,15%. Nos censos seguintes, a distância entre os Açores e o conjunto do país tem vindo a reduzir-se. Em 2011, o valor para Portugal foi de 1,7% e, para a RAA, de 2,51%. A diferença reduziu de 4,55 p.p. para 0,81 p.p. em 20 anos e o valor dos Açores desceu 14,64 p.p.

O abandono escolar, tal como aqui é apresentado, tornou-se um fenómeno residual, não sendo, no entanto, difícil antever que este continua a afetar os indivíduos em situação de pobreza, dada a relevância da escolaridade para o posicionamento social dos indivíduos e a tendência para que a pobreza, associada à baixa escolaridade, se reproduza entre gerações.

Gráfico 20 -Taxa de abandono escolar nos Açores, por concelho, à data dos Censos (1991, 2001 e 2011) (%)



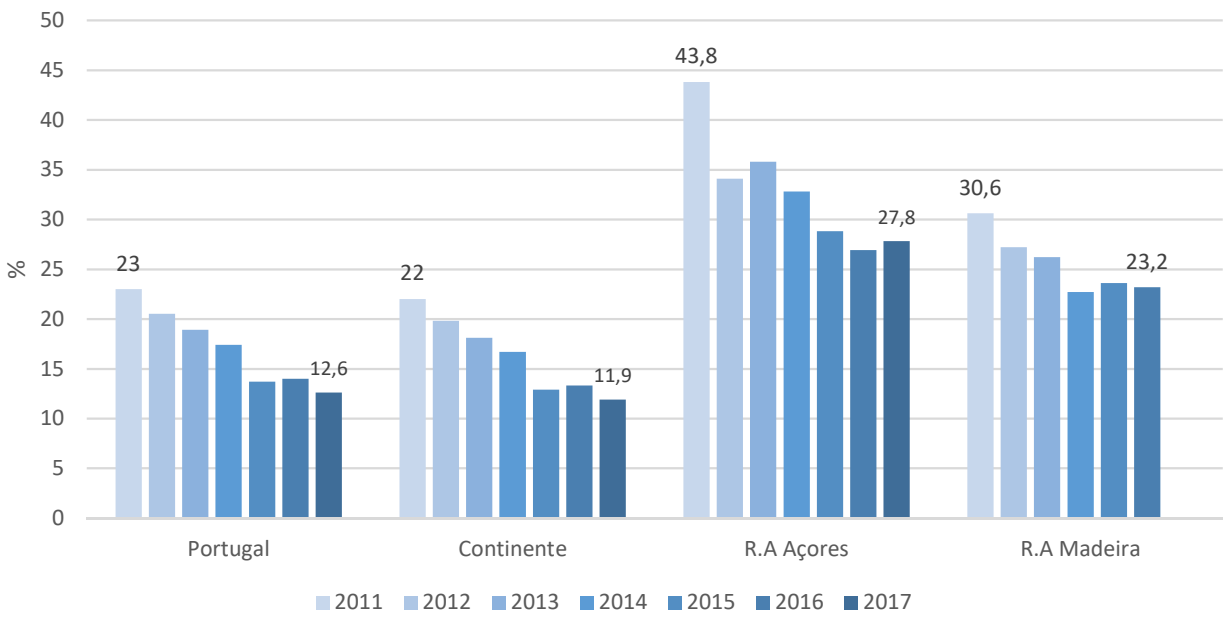
Fonte: INE

Na Região, e a partir de dados de 2011, é possível observar que o abandono escolar não se distribui uniformemente, salientando-se, com os valores mais elevados, os concelhos de Lagoa (4,1%) e Ribeira Grande (3,4%), na Ilha de São Miguel, e de Santa Cruz (3,1%), na ilha Graciosa. Em sentido inverso, os maiores concelhos da Região (em volume populacional) estão já abaixo da média regional, cifrando-se os valores para Ponta Delgada em1,8% e, para Angra do Heroísmo, em 2,2%.

Educação

Se a questão do abandono escolar parece estar em franca regressão, não significa isso que não existam, ainda, importantes desafios na escolaridade e na escolarização dos açorianos, em particular, dos mais pobres. Um desses desafios prende-se, desde logo, com a existência de um elevado número de indivíduos que abandonaram a escola com um baixo grau de escolaridade, questão que retomaremos no capítulo sobre Trabalho e Emprego.

Gráfico 21 -Taxa de abandono precoce de educação e formação, por localização geográfica, 2011-2017[3] (%)



Fonte: INE

O abandono escolar precoce de educação e formação é um dos indicadores que melhor expressa as desigualdades educacionais entre países, tendo sido selecionado pela UE para medir o sucesso da estratégia Europa 2020.

Nos últimos 20 anos, tem-se registado uma tendência de queda deste fenómeno no conjunto dos países da União Europeia (UE). Ao longo deste período, Portugal tem apresentado sempre valores percentuais muito superiores aos da UE. No entanto, é notória a diminuição desse fosso na última década (Diogo, Palos e Silva, 2017).

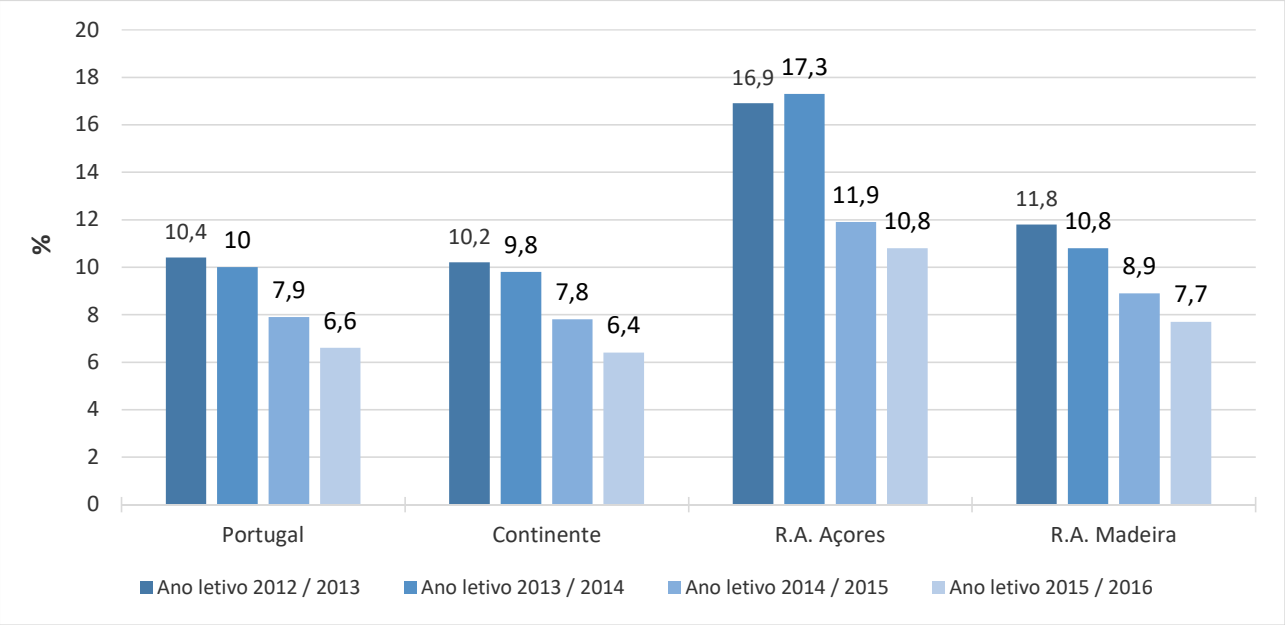
O abandono escolar precoce prejudica o desenvolvimento económico e social e constitui um sério obstáculo à realização do objetivo da União Europeia de garantir um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. A Comissão Europeia, no âmbito da Estratégia "Europa 2020", definiu como meta, reduzir a atual média de abandono escolar precoce da EU de 14,4% para 10% até ao final da década.

Como se pode verificar através do gráfico acima, a taxa de abandono escolar precoce de educação e formação, constitui um dos piores indicadores relativos à Educação nos Açores uma

[3] Percentagem de homens ou mulheres, entre os 18 e os 24 anos, que deixou de estudar sem completar o ensino secundário. O "abandono precoce de educação e formação era anteriormente designado por "Abandono escolar precoce". Os valores apresentados seguem a metodologia de cálculo do Eurostat.

vez que que a mesma, embora tenha vindo a diminuir de forma significativa, é ainda mais do dobro da média nacional, 27,8%, e 12,6%, respetivamente.

Gráfico 22 - Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por localização geográfica e por ano letivo – 2012/13-2015/16 (%)



Fonte: INE

Outra questão que assume particular relevo é o insucesso escolar, entendido como a retenção dos alunos num dado ano escolar por não terem adquirido as competências necessárias para transitar de ano. Um indicador usado com regularidade nas estatísticas oficiais para o medir é a taxa de retenção e desistência. Quando se compara a taxa de retenção e desistência do ensino básico regular, por regiões, verifica-se que os Açores apresentavam, no ano letivo 2015/16, um valor de 10,8%, 4 p.p. acima da média nacional (6,6%), registando, contudo, uma redução assinalável nos últimos 3 anos, da ordem dos 6 p.p.

Passamos, então, a desenvolver uma análise centrada na Região, com base nos dados da SREC e incluindo o ensino profissional, no período compreendido entre os anos letivos 2006/07 e 2015/16.

Quadro 10 - Retenção e desistência no ensino básico e secundário, ensino regular e ensino profissional, por nível de ensino e ano letivo - Açores 2006/07 - 2016/17 (%)

Ano letivo Nível de ensino	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Ensino básico	8,5	9,0	9,8	11,0	11,7	16,5	18,2	17,3	11,9	10,8	8,5
1.º Ciclo	3,4	5,7	6,4	7,1	6,7	12,4	13,9	12,9	5,8	8,5	6,2
2.º Ciclo	10,5	8,3	8,9	9,4	11,0	14,2	17,0	17,6	13,0	9,6	6,6
3.º Ciclo	14,9	14,2	15,3	17,4	18,8	23,4	24,9	23,2	19,8	14,9	12,9
Ensino secundário	24,6	19,7	21,1	25,4	25,9	29,0	25,5	26,0	24,1	22,9	19,8

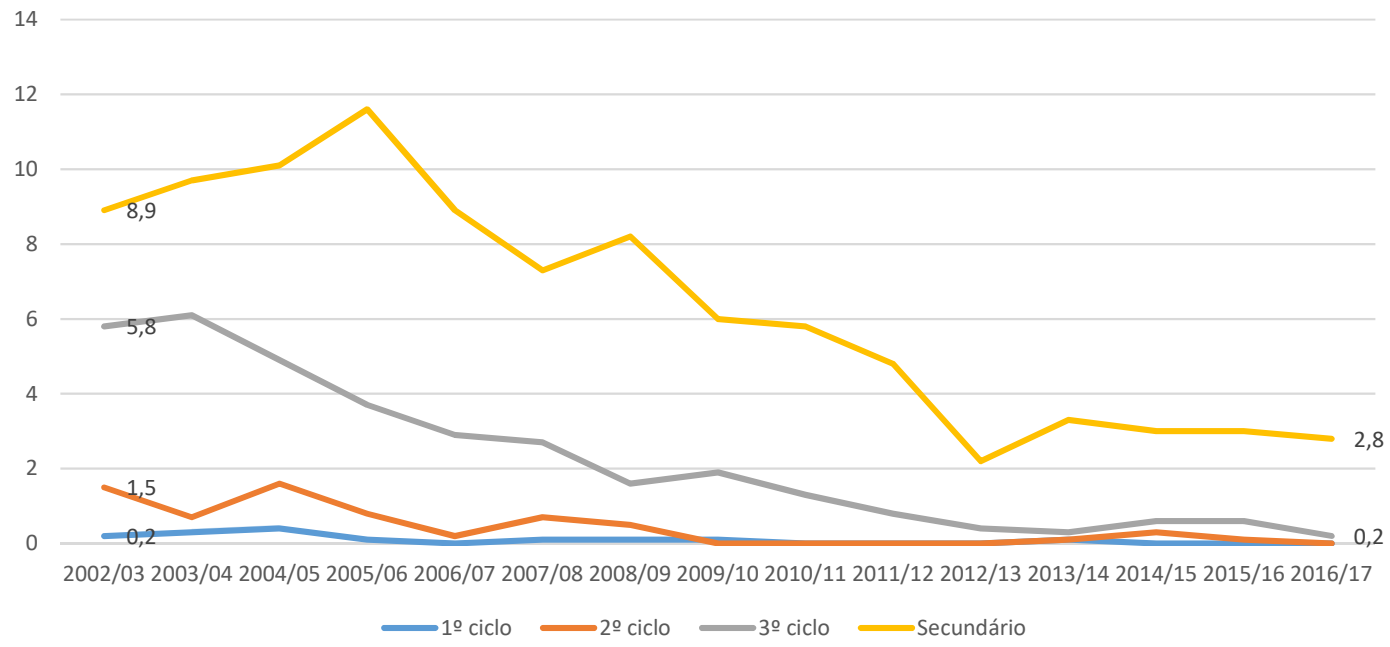
Fonte: SREC

Educação

No intervalo em análise, é possível observar alguma oscilação dos valores registados. Uma análise por ciclos permite perceber que o insucesso é maior nos ciclos mais avançados, em especial, no ensino secundário. Este ciclo apresentou uma taxa de retenção e desistência de 19,8%, em 2016/17, praticamente igual ao valor registado no ano letivo 2007/08 (19,7%).

O terceiro ciclo do ensino básico apresentava, no ano letivo 2016/17, a taxa mais baixa dos últimos 10 anos (12,9%). Significa isto que, no que concerne a este importante indicador do sucesso escolar dos alunos, tem-se esboçado uma tendência de redução do problema.

Gráfico 23 – Taxa de desistência no ensino regular, por ciclo - Açores 2002/03 a 2016/17 (%)



Fonte: SREC.

A análise circunscrita à taxa de desistência, a partir de dados do INE, vem confirmar que o problema da Educação na Região está, em anos recentes, associado ao insucesso e não ao abandono.

Assim, pode verificar-se que a taxa em análise só tem algum significado para o secundário, com 2,8% em 2016/17. Nos restantes ciclos, o valor é residual ou mesmo inexistente. Em termos evolutivos, o 1º e o 2º ciclo apresentam valores nulos ou praticamente nulos no período 2002/03 a 2016/17. O 3º ciclo evolui de 5,8%, no início do período, para 0,2%. Mesmo o secundário vê o valor desta variável reduzir o seu quantitativo de 8,9% para os já referidos 2,8%. A taxa de desistência não mede o absentismo escolar, mas não deixa de lhe estar associado, já que o abandono durante um ano letivo pode não ser um processo repentino, desenvolvendo-se, por vezes, através de um progressivo abandono das atividades escolares.

Em boa medida, a batalha da frequência escolar está ganha, sendo o desafio, inequivocamente, o sucesso. Ainda existem, contudo, questões que são relevantes a colocar, no que respeita à relação da frequência escolar com a pobreza. Mais concretamente, dois desafios: o primeiro tem que ver com a considerável probabilidade do abandono residual que ainda se verifica incidir particularmente sobre indivíduos em situação de pobreza; o segundo, relativo às eventuais resistências à generalização do secundário. Muitos dos jovens que não frequentam este nível de ensino tendem a ser os mais pobres.

5. Trabalho e Emprego

A análise da pobreza passa, por se tratar de um dos seus pontos centrais, pela questão do trabalho e do emprego nas suas múltiplas dimensões. Ter um emprego, com o trabalho que lhe está associado, é uma questão que continua a ser determinante para definir a posição e identidade dos indivíduos na sociedade, sendo certo que as fontes de posicionamento social se têm multiplicado.

Existe, por isso, uma importante relação entre o mundo do trabalho e a pobreza. No caso específico de Portugal, verifica-se que a taxa de risco de pobreza da população empregada é substancialmente menor que a taxa geral (com, respetivamente, 10,9% e 19,0%, dados de 2015 do ICOR). O mesmo se pode dizer em relação aos desempregados, considerando que a respetiva taxa de risco de pobreza ascende a 42,0%.

Na medida em que permitem aos indivíduos adquirir os produtos e bens de que necessitam para sobreviver e para manterem um estilo de vida socialmente reconhecido e integrador na sociedade, os recursos financeiros proporcionados pelo emprego e pelo trabalho são, também, evidentemente relevantes para a medição oficial da pobreza.

As estatísticas oficiais possibilitam analisar estas questões, sobretudo a partir da perspetiva da atividade, do desemprego, do tipo de vínculo e do montante auferido. Trata-se de informação que permite uma primeira abordagem a um importante eixo da vida quotidiana com impactos claros e diretos na questão da pobreza. Neste sentido, foram selecionados os principais indicadores de emprego disponíveis para os últimos anos como contributo para a compreensão do seu impacto na pobreza nos Açores.

Quadro 11 - Evolução dos principais indicadores de emprego em Portugal e Açores 2015 – 2017

Indicadores de Emprego	2015		2016		2017	
	RA Açores	Portugal	RA Açores	Portugal	RA Açores	Portugal
População ativa (milhares)	122	5 195,2	120,8	5 178,3	122,2	5 219,4
População empregada (milhares)	106,7	4 548,7	107,3	4 605,2	111,2	4 756,6
População desempregada (milhares)	15,6	646,5	13,5	573,0	11,0	462,8
Taxa de atividade tomando como referência a população total	49,4%	50,3%	49,3%	50,2%	50%	50,7%
Taxa de atividade (15-64 anos)	68,7%	73,4%	68,9%	73,7%	69,4%	74,7%
Taxa de emprego da população ativa (15-64 anos)	59,7%	63,9%	61,0%	65,2%	63,1%	67,8%
Taxa de Atividade Feminina (tendo como base a população total)	43,4%	46,7%	44,2%	46,5%	44,9%	47,1%
Taxa de desemprego	12,8%	12,4%	11,1%	11,1%	9,0%	8,9%

Fonte: INE: Inquérito ao Emprego

O primeiro indicador relevante respeita à taxa de atividade, permitindo começar a situar a questão. Em 2017 (valor médio do ano), estima-se que a população ativa nos Açores, era de 122 315 indivíduos, representando 2,4% da população ativa portuguesa.

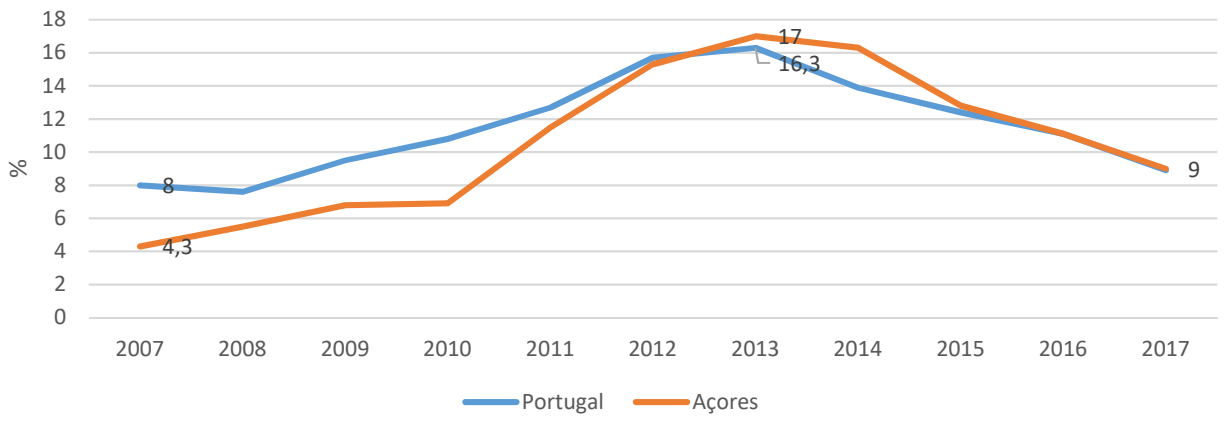
A taxa de atividade regional (15-64 anos) é mais baixa que a média nacional (68,7% e 73,4%, respetivamente). Desde 2015 que se verifica uma recuperação deste indicador, depois do decréscimo que se fez sentir no período da crise.

Trabalho e Emprego

Tradicionalmente, e de acordo com a literatura disponível, a pobreza nos Açores tem estado mais associada às características do mercado de emprego do que ao desemprego. De entre as diversas características relevantes, destacava-se um elevado número de mulheres não integradas no mercado de trabalho, desempenhando funções domésticas, ocupação que estava associada à idade e às baixas qualificações. No caso das mulheres em situação de pobreza, tendia a ser uma condição generalizada.

Outro indicador importante relativamente à atividade e à pobreza é a taxa de desemprego. Em 2015, a mesma, nos Açores, ainda estava ligeiramente acima da média nacional - 12,8% e 12,4%, respetivamente. Esta taxa tem vindo a reduzir-se ao longo dos últimos anos, situando-se, em 2017, na casa dos 9,0% e, portanto, praticamente igual à média nacional (8,9%).

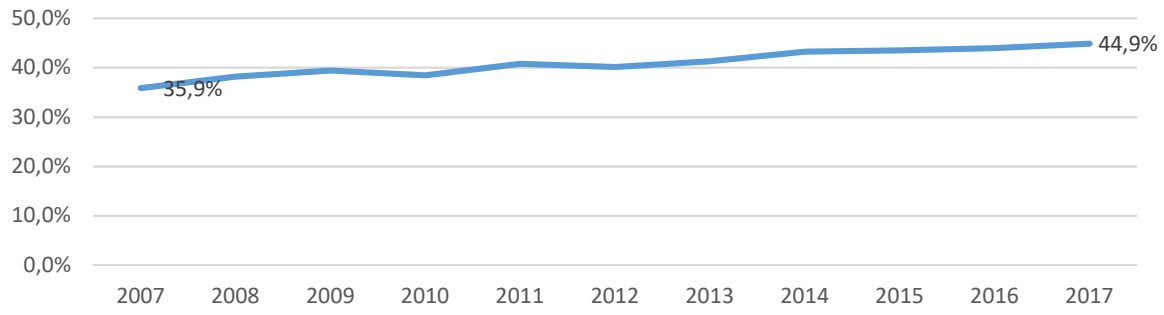
Gráfico 24 - Evolução da taxa de desemprego em Portugal e Açores 2007 – 2017 (%)



Fonte: INE

A nível nacional (dados do ICOR 2016), a taxa de risco de pobreza para os desempregados é substancialmente superior à taxa geral (44,8% e 18,3%, respetivamente) e agravada na ausência de proteção social. Este último conceito pode ser definido, na sua forma mais simples, como a distância dos rendimentos auferidos por um agregado familiar em relação à linha de pobreza. Quanto maior esta distância, mais intensa a situação de pobreza.

Gráfico 25 – Taxa de atividade feminina[4] - Açores 2007- 2017



Fonte: INE: Inquérito ao Emprego

[4] Tomando como base a população total feminina.

A taxa de atividade feminina nos Açores fixou-se nos 44,9% em 2017, um valor já próximo da média nacional (47,1%) e muito distante dos números de há 10 anos, registando um crescimento de 9 p.p.

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho que se verificou nos Açores nos últimos anos, representa uma enorme transformação estrutural da sociedade. Possivelmente, a transformação mais significativa do último decénio. Contudo, o seu impacto na pobreza ainda está por aferir.

Como acima referenciado, num passado recente, o número de mulheres em situação de pobreza a trabalhar era baixo e as atividades que desenvolviam eram menos qualificadas, mais precárias e pior remuneradas que as dos homens na mesma condição. Ademais, a inexistência de um ordenado feminino numa parcela significativa dos agregados pobres nos Açores tinha um duplo efeito. Se, por um lado, significava, em muitos casos, a diferença entre estar abaixo ou acima da linha de pobreza (o segundo ordenado podia retirar os agregados da situação de pobreza), por outro, a dependência de um único provedor de rendimentos aumentava o risco de cair em situação de pobreza ou da sua intensificação, na eventualidade de perda deste rendimento (por desemprego, acidente ou doença).

Quadro 12 - Proporção da população ativa segundo a região de residência, por nível de escolaridade completo - 2017 (%)

Localização de residência / Nível de escolaridade completo	Portugal	Norte	Centro	Área Metropolitana de Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Nenhum	1,7	1,7	2,6	§	1,7	§	§	§
Básico - 1.º ciclo	13	14,8	15	8,3	13,4	12,4	15,4	18,9
Básico - 2.º ciclo	12,5	15,4	12,6	8	12,8	10,4	18,4	15,7
Básico - 3.º ciclo	20,8	20,7	20,9	19,7	23,7	23,9	22,6	18,6
Secundário e pós-secundário	26,8	25,3	25,8	29,7	28,1	29,4	23	22,2
Superior	25,2	22,2	23,1	33,7	20,2	22,4	17,5	21,8

Fonte: INE: Inquérito ao Emprego, 2017

§ - Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

Em 2017, e no que se refere ao peso da população ativa por nível de escolaridade completo, constata-se que é a Região Autónoma dos Açores aquela que apresenta a segunda menor percentagem de população ativa com ensino secundário e pós-secundário (23%) e a menor com ensino superior (17,5%), no contexto nacional. O conjunto do país apresenta, para estes dois níveis de escolaridade, valores de 26,8% e 25,2% respetivamente (de acordo com o Inquérito ao Emprego do INE).

Note-se que, em 2011 (Censos), a maioria da população empregada nos Açores (59.471) possuía apenas o ensino básico (58%), seguindo-se os que haviam completado o ensino secundário (21%) e aqueles já com formação superior (18%).

Releva referir que o ensino secundário é o nível de escolaridade que se pretende que todos os adultos, em idade ativa atinjam na Europa.

Trabalho e Emprego

Quadro 13 - Taxa de atividade feminina (15 e mais anos) segundo a região de residência, por nível de escolaridade – 2017 (%)

Local de residência	Total (HM)	M	Nenhum	Básico - 1º Ciclo	Básico - 2º Ciclo	Básico - 3º Ciclo	Secundário e pós-secundário	Superior
Portugal	59	54,1	9,2	26,9	61,8	55	73,3	81,4
Continente	58,9	54,1	9,1	26,6	62,1	54,9	73,2	81,4
Norte	59,2	54	9,4	28,1	66,2	58,9	72,9	81,5
Centro	58,9	52,7	12,3	28,2	62,2	55,7	73,1	82,1
Área Metropolitana de Lisboa	59	55,8	6,8	23	55,6	47,5	72,5	80,2
Alentejo	55,5	49,6	§	24,1	59,3	57,9	73,3	84,3
Algarve	61,2	58,6	§	27,6	58,1	63,8	80	84
R. A. Açores	**59,5**	**53**	**§**	**27,4**	**51,4**	**56,7**	**78,6**	**83,6**
R. A. Madeira	61,1	55,4	§	37,4	67,2	54,5	70,8	82,5

Fonte: INE: Inquérito ao Emprego, 2017

Recorreu-se a outro indicador referente à atividade feminina para aprofundar a análise desta importante variável para a compreensão da pobreza, assim como para o seu combate. Trata-se da taxa de atividade feminina (15 e mais anos). Esta é calculada, não com base no total da população feminina (como o indicador anteriormente apresentado), mas apenas com base no conjunto das mulheres com 15 e mais anos. Esta variável tem a vantagem de permitir cruzar a atividade feminina com a escolaridade.

A taxa de atividade feminina (15 e mais anos) apresenta, para os Açores e para 2017, um valor de 53%, um pouco abaixo da taxa nacional de 54,1%. Em relação à escolaridade, constata-se que os Açores apresentam valores semelhantes aos nacionais nas diversas categorias. Em matéria de educação e emprego, podemos observar que apenas 27,5% das açorianas com o primeiro ciclo e em idade ativa estão realmente ativas, por contraponto com 83,6% das que possuem o ensino superior. Isto significa que são sobretudo as mulheres menos escolarizadas que menos contribuem, com rendimento proveniente do trabalho, para o rendimento global do agregado familiar, algo que se pode associar a uma maior probabilidade de pobreza.

Como já tivemos oportunidade de demonstrar, a baixa escolarização é uma questão central na produção e reprodução da pobreza. Se acima se abordou este problema do ponto de vista do sistema escolar, faz sentido, dada a sua importância, retomar o assunto do ponto de vista do trabalho e do emprego. Em regra, os indivíduos menos qualificados têm maiores dificuldades em aceder a atividades laborais melhor remuneradas. A escolaridade é, pois, outro dos fatores importantes no mercado de emprego na proteção dos indivíduos contra pobreza. A existência de um elevado número de postos de trabalho que exigem baixa escolaridade é outra característica do mercado de emprego açoriano que está associada à pobreza.

Quadro 14 - População empregada segundo a região de residência, por atividade principal - 2017 (%)

Setores/atividades económicas	Portugal	Norte	Centro	Área Metropolitana de Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Agricultura, produção animal, caça e floresta	**6,4**	**6,0**	**10,9**	**1,0**	**12,0**	**5,7**	**10,7**	**10,9**
Indústria, construção, energia e água	**24,7**	**34,1**	**29,0**	**14,1**	**20,9**	**11,1**	**15,4**	**12,5**
Indústrias transformadoras	68,3	75,8	70,5	55,3	58,8	24,7	43,3	30,9
Construção	26,1	20,7	24,5	37,5	27,1	60,0	43,9	51,7
Serviços	**68,9**	**59,8**	**60,1**	**84,9**	**67,1**	**83,2**	**74,0**	**76,5**
Comércio; reparação de veículos; alojamento e restauração	31,3	33,4	32,0	26,9	32,2	42,7	27,5	36,4
Transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação	9,7	9,1	8,3	12,4	§	§	§	§
Atividades financeiras, de seguros e imobiliárias	4,6	3,9	3,1	6,9	§	§	§	§
Administração pública e defesa; segurança social; educação; atividades de saúde e apoio social	34,4	32,5	39,3	31,9	39,7	29,1	46,9	37,2
Outras atividades de serviços	19,8	21,0	17,1	21,8	§	§	§	§

Fonte: INE: Inquérito ao Emprego, 2017

§ - Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

Analisando a distribuição da população empregada em função da região de residência e por atividade principal, verifica-se que na RAA 10,7% da população empregada exerce atividade no setor da agricultura, produção animal, caça e floresta, ocupando o quarto lugar entre as sete regiões do país. No setor Indústria, apesar de ocupar também o quarto lugar, destaca-se o peso da construção, energia e água, muito mais expressivo que as restantes indústrias, quando comparado com as demais regiões. A atividade dos serviços absorve 74% da população empregada e, dentro desta, 46,9% pertencem à administração pública, o valor mais elevado por regiões NUTS II.

Trabalho e Emprego

Quadro 15 - População empregada segundo a região de residência e situação na profissão principal 2017 (%)

Local de Residência / Situação na profissão principal	Portugal	Norte	Centro	Área Metropolitana de Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Trabalhador por conta de outrem	**83,0**	**82,5**	**78,5**	**87,8**	**82,8**	**80,7**	**84,3**	**83,0**
Contrato sem termo	78,0	79,2	78,8	77,5	76,3	70,6	77,2	78,3
Contrato com termo	23,7	22,2	22,9	23,2	27,2	37,5	26,0	23,7
Outro tipo de contrato de trabalho	3,5	3,2	3,2	4,5	2,9	3,0	§	§
Trabalhador por conta própria	**16,5**	**17,0**	**21,0**	**11,9**	**16,7**	**18,5**	**14,9**	**16,5**
Trabalhador familiar não remunerado	**0,5**	**0,5**	**0,4**	**§**	**§**	**§**	**§**	**§**

Fonte: INE: Inquérito ao Emprego, 2017

§ - Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

Não se verificam diferenças muito significativas no que concerne à população empregada por situação na profissão principal, quando comparamos as diferentes regiões, nomeadamente no que se refere ao trabalho por conta de outrem ou ao tipo de contrato. Os Açores apresentam, no entanto, uma das mais baixas percentagens de trabalhadores por conta própria (14,9%), inferior em 1,6 p.p. à média do país (16,5%), e uma das mais elevadas no que respeita a contratos com termo (26,0%).

Quadro 16 - Proporção de trabalhadores por conta de outrem segundo a região de residência, por escalão de rendimento salarial mensal líquido – 2017 (%)

Local de residência / Escalão de rendimento salarial mensal líquido	Portugal	Norte	Centro	Área Metropolitana de Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Menos de 310 euros	3,2	3,2	2,6	3,6	2,4	2,6	§	5,1
De 310 a menos de 600 euros	24,9	30,6	27,8	16,2	24,5	21,5	27,9	25,8
De 600 a menos de 900 euros	31,5	31,0	33,1	28,9	35,6	39,7	31,4	31,2
De 900 a menos de 1.200 euros	12,8	11,0	11,8	16,3	12,8	12,8	9,3	11,6
De 1.200 a menos de 1.800 euros	12,1	9,6	10,5	17,0	11,3	8,8	12,3	11,2
De 1.800 a menos de 2.500 euros	3,2	2,0	2,3	5,7	2,2	§	§	§
De 2.500 a menos de 3.000 euros	0,7	0,6	§	1,4	§	§	§	§
3.000 euros e mais euros	0,8	0,7	§	1,4	§	§	§	§
NS/NR	10,8	11,4	11,1	9,5	10,6	11,7	12,5	12,2

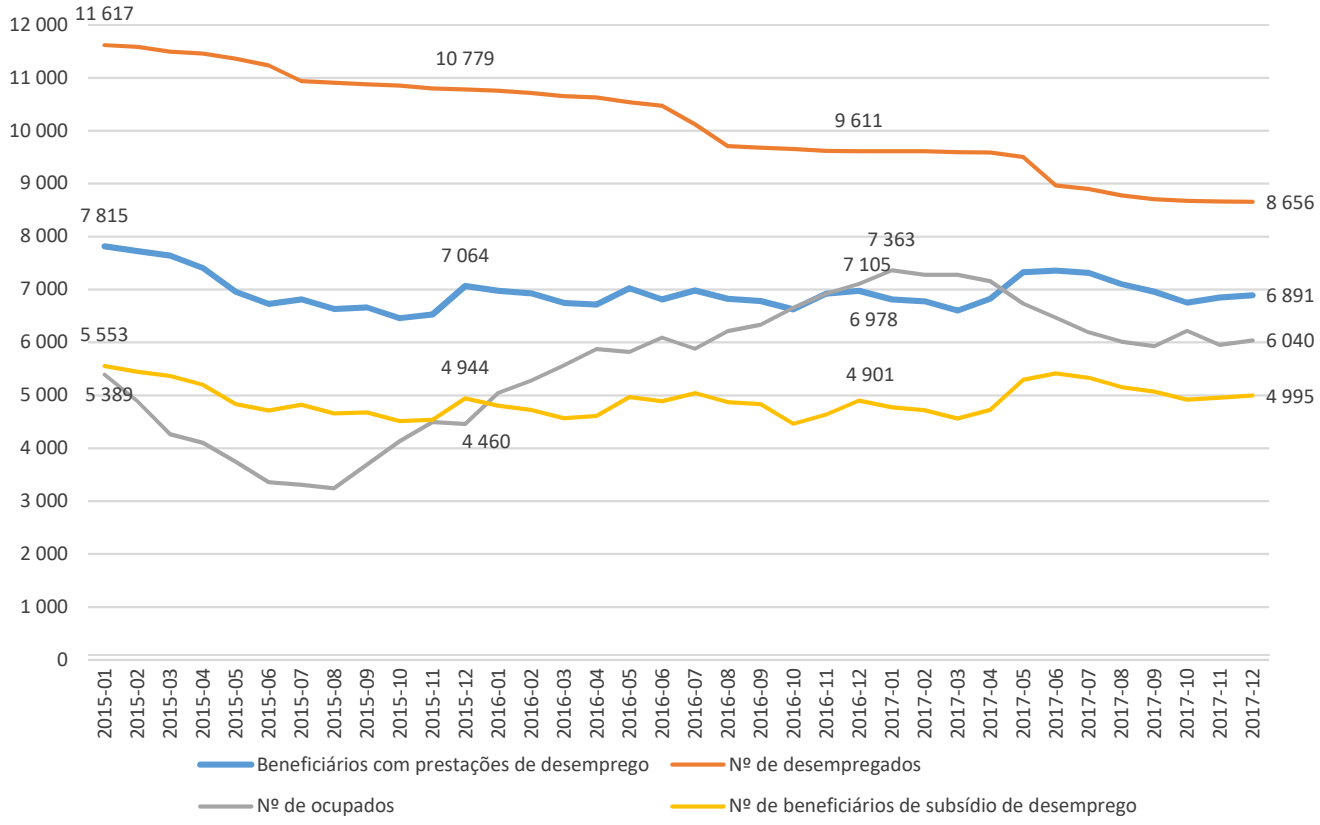
Fonte: INE: Inquérito ao Emprego, 2017.

§ - Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

A maioria dos trabalhadores cerca de 60% revela auferir salários situados entre €310 e €900, valor percentual semelhante à média do país. É de registar que apenas 9,3% dos trabalhadores açorianos se situam no intervalo de rendimentos entre €900 e €1200, o valor mais baixo de todas as regiões e

muito inferior à média nacional (12,8%), sendo que, no intervalo seguinte (1.200€ a 1.800€), o valor está acima da média nacional. Saliente-se, no entanto, a indisponibilidade de informação relativamente aos escalões mais elevados de rendimentos e uma percentagem elevada de respostas não fornecidas (12,5%).

Gráfico 26 – Nº de desempregados, nº de beneficiários com prestações de desemprego, nº de beneficiários de subsídio de desemprego e ocupados, por mês – Açores (01-2015/10-2017)



Fonte: Portal da Segurança Social; Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP); ISSA

No caso dos Açores, embora com pequenas oscilações, o número de beneficiários com prestações de desemprego tem vindo a decrescer desde janeiro de 2015, fixando-se em 6 891 em dezembro de 2017, contra 7 815 em janeiro de 2015. Verificou-se a mesma tendência também no número de desempregados. É de salientar que, em dezembro de 2017, cerca de 58% destes auferiam subsídio de desemprego. O conjunto de todas as prestações de desemprego[5] abrangia perto de 80% dos desempregados.

Verifica-se, no número de ocupados, uma evolução contrária aos indicadores anteriores, até maio de 2017, tendo atingindo 7 363 em janeiro do mesmo ano, descendo para 6 040 em dezembro de 2017. A categoria *ocupados* respeita a indivíduos que se encontram ao abrigo de programas

5 As prestações de desemprego incluem o subsídio de desemprego, o subsídio de desemprego parcial e o subsídio social de desemprego

ocupacionais ou de formação profissional, com exceção dos programas que visem a integração direta no mercado de trabalho, em regra substitutivos do desemprego e das respetivas prestações.

O número de ocupados mostra bem a importância política que, na Região, se atribuiu às medidas que substituem o desemprego por atividades laborais que proporcionam rendimento, identidade e até dignidade aos indivíduos. O Governo dos Açores pode recorrer mais a este programa do que o Governo da República ou Governo Regional da Madeira, uma vez que não esteve em situação de resgate, tendo recursos financeiros para adotar esta medida por forma a minimizar os efeitos da crise. Esta medida teve, certamente, um impacto importante na redução da intensidade da pobreza e na sua prevenção para um elevado número de indivíduos.

Quadro 17 - Taxa de desemprego jovem, por grupo etário – por regiões 2012-2017 (%)

Regiões / Anos	2012			2013			2014			2015			2016			2017		
	Total	15 - 24 anos	25 - 34 anos	Total	15 - 24 anos	25 - 34 anos	Total	15 - 24 anos	25 - 34 anos	Total	15 - 24 anos	25 - 34 anos	Total	15 - 24 anos	25 - 34 anos	Total	15- 24 anos	25- 34 anos
Portugal	15,5	37,9	18,1	16,2	38,1	19	13,9	34,8	15,5	12,4	32	13,1	11,1	28	12,5	8,9	23,9	9,7
Continente	15,5	37,5	18	16,1	37,6	18,8	13,8	34,1	15,3	12,4	31,6	12,8	11	27,6	12,4	8,8	23,6	9,6
Norte	16	33	18,8	17,1	35,4	20,2	14,8	35,7	15,4	13,7	32,8	13,3	12	27,8	11,6	9,8	26	9
Centro	11,7	36,6	15,7	11,4	31,6	16,8	10,6	28,2	14,7	9,2	28,8	11,7	8,4	26,8	10	6,9	20,8	8,5
Área Metropolitana de Lisboa	17,6	43,5	18,3	18,5	45,3	17,9	14,9	36,7	15	13,1	30,9	12,4	11,9	27,8	14,4	9,5	23,1	11
Alentejo	16	45	17,6	16,9	39,5	20,9	14,3	36,2	17,9	13,3	37,3	14,7	12,1	30,8	16,4	8,4	24,4	11,2
Algarve	17,6	40,5	21,6	16,9	39,6	19,2	14,5	30,2	15,1	12,5	29,1	12,6	9,2	§	11,3	7,7	19	8,7
RA Açores	15,1	38,9	18	17	39,6	20,2	16,3	41,5	18,7	12,8	§	15,8	11,1	§	§	9	28,5	9,9
RA Madeira	17,2	50,2	21,9	18,1	51,8	24,8	15	50,5	20,5	14,7	§	19,2	12,9	§	17	10,4	27,4	14,2

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

§ - Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

No que se refere ao desemprego jovem (visto através do Inquérito ao Emprego do INE)[6], para o ano de 2012, a taxa de desemprego entre os jovens dos 15 aos 24 anos era de 38,9%, apenas 1 p.p. acima da média nacional (37,9%). Em 2017, esta taxa de desemprego é, ainda, de 28,5%, superior à média nacional (23,9%).

De notar que boa parte dos jovens no intervalo de idades considerado, deve estar na escola, ao abrigo da escolaridade obrigatória, até aos 18 anos, pelo que esta taxa de desemprego é afetada por esta imposição legal. No grupo etário 25-34 anos, em 2012, nos Açores, a taxa de desemprego era de 18%, muito próxima da média nacional (18,1%). O valor de 2017 para a RAA reduziu 7,3 p.p. face a 2012, situando-se ligeiramente acima da média nacional (9,9% e 9,7%, respetivamente), o que sublinha a recuperação do emprego na Região.

Ainda assim, entre 2012 e 2017, as taxas de desemprego jovem (15-24 e 25-34 anos) são sempre superiores às gerais, sublinhando a importância do combate ao desemprego jovem. Esta importância é potenciada pelo efeito fundador que as primeiras experiências com o mundo do trabalho (inclusive a de desemprego) têm na vida dos indivíduos e que vão muito para além dos momentos em que têm lugar. Embora sejam apresentados os valores do desemprego jovem, os

[6] De relevar que o desemprego jovem nos Açores por vezes apresenta algumas flutuações devido à pequena dimensão da amostra. Dessa forma, a fiabilidade destes dados não é garantida.

mesmos devem ser lidos com relativa cautela. A exiguidade da amostra do inquérito do INE implica que este não suporte, confortavelmente, a sua divisão em categorias de idade.

A questão do desemprego remete imediatamente para uma importante questão conexa: a dos jovens que não estão empregados, em formação ou na escola (NEEF, vulgo nem-nem).

Quadro 18 - Taxa de jovens com idade entre 15 e 34 anos não empregados que não estão em educação ou formação – 2017 (%)

Grupo etário / Regiões	Total	15 - 24 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 34 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos
Portugal	11,2	9,3	4,2	14,7	13	13	13
Continente	10,8	8,9	3,9	14,2	12,6	12,6	12,7
Norte	10,8	9,9	4,1	15,8	11,7	11,9	11,5
Centro	10,1	8	3,9	12,1	12,2	10,5	13,8
Área Metropolitana de Lisboa	11	8,2	3,5	13,3	13,6	13,2	13,9
Alentejo	12,2	9,7	§	15,4	14,5	17,7	11,6
Algarve	11,3	§	§	§	13,4	§	§
RA Açores	19,3	18,8	§	§	19,7	§	§
RA Madeira	15,1	§	§	§	17,9	§	§

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego – 2017; § - Desvio do padrão de qualidade/Coeficiente de variação elevado

Em 2017, de acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, cerca de 5.800 jovens açorianos, entre os 15 e os 24 anos, não estavam empregados, nem frequentavam educação ou formação, correspondendo a 18,8% dos residentes deste grupo etário, uma taxa muito superior à média nacional (9,3%). No grupo de idades (25-34 anos), baixa para 19,7% sendo, apesar de tudo, um valor mais elevado que a respetiva média nacional (13%).

A literatura sobre a Região é parca em resultados sobre esta categoria. No entanto, permite inferir que estes jovens tendem a ser do género feminino, com baixa escolaridade sem qualquer experiência de trabalho, que se encontram em casa, assumindo funções domésticas. Mas, se este é um perfil frequente, a condição de nem-nem não exclui outros tipos de jovens, nomeadamente jovens com mais qualificações. A relevância estatística desta categoria é um motivo adicional para focalizar o interesse neste grupo etário.

Como já atrás referido, a integração dos indivíduos no mercado de trabalho é fundamental para definir a sua posição na sociedade e a sua identidade social, perante si próprio e perante os outros. Por sua vez, a posição no mercado de trabalho é largamente definida pelo grau escolar alcançado. Situações como a dos *nem-nem*, em que se verificam dificuldades nestas duas dimensões, acarretam especial vulnerabilidade à pobreza. No caso dos Açores, estes jovens têm dificuldades acrescidas em aceder ao mercado de trabalho com as características que se pretende: estabilidade, segurança, conforto e ordenados condignos.

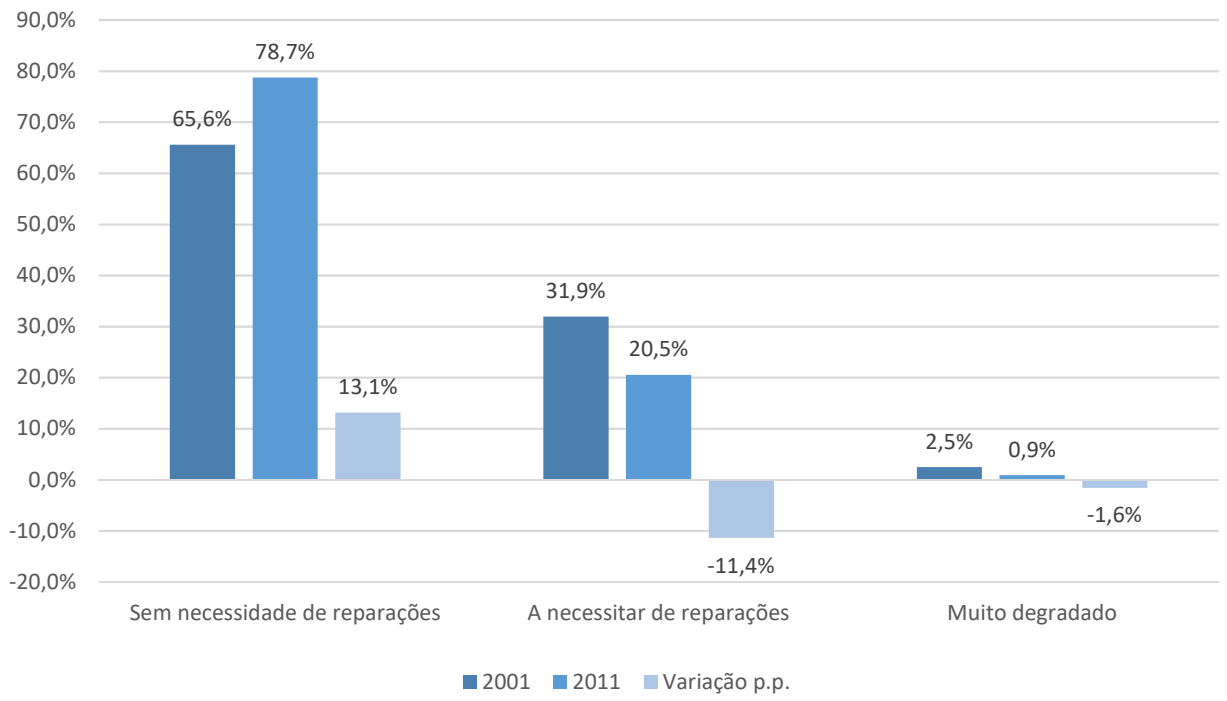
6. Habitação

A política de Habitação constitui um instrumento essencial de combate às situações de pobreza e exclusão social, o que justifica a inclusão do presente capítulo neste Diagnóstico.

Os dados utilizados assentam sobretudo nos Censos 2001 e 2011 (no que concerne à informação relativa à evolução do estado de conservação dos edifícios e lotação) e no Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2015, os quais permitem aprofundar a análise das questões habitacionais, realçando o peso da habitação social e a sua distribuição territorial.

Gráfico 27- Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação

Açores 2001 – 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

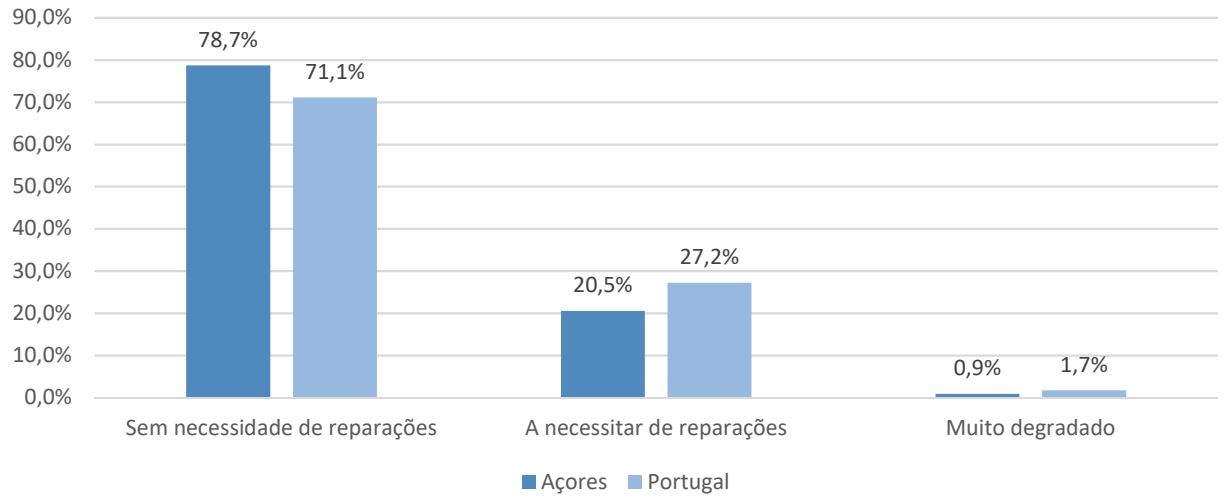
Em 2011, dos 98.818 edifícios clássicos recenseados na RAA, 78,7% não necessitavam de reparações (mais 13,1 p.p. do que em 2001); 20,5% apresentavam necessidade de reparações (menos 11,4 p.p. do que em 2001) e 0,9% encontravam-se num estado muito degradado (menos 1,6 p.p. relativamente a 2001).

Quadro 19 - Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação, por localização geográfica 2001 – 2011

Estado de conservação / Local de residência	Sem necessidade de reparação %			A necessitar de reparação (pequenas, médias e grandes necessidades de reparação) %			Muito degradado %		
	2001	2011	variação p.p.	2001	2011	variação p.p.	2001	2011	variação p.p.
Santa Maria	71,4%	59,3%	-12,0	25,6%	37,9%	12,3	3,0%	2,7%	-0,3
São Miguel	64,2%	78,6%	14,4	33,7%	20,9%	-12,8	2,2%	0,9%	-1,3
Terceira	73,0%	82,7%	9,7	24,5%	16,7%	-7,8	2,5%	0,6%	-1,9
Graciosa	54,5%	75,7%	21,2	42,5%	24,0%	-18,5	3,0%	0,3%	-2,7
São Jorge	46,4%	73,2%	26,9	49,1%	25,1%	-24,0	4,5%	1,6%	-2,9
Pico	65,7%	79,0%	13,3	31,6%	20,3%	-11,3	2,7%	0,7%	-2,0
Faial	72,4%	89,3%	16,8	25,0%	10,3%	-14,7	2,5%	0,5%	-2,0
Flores	55,7%	55,4%	-0,3	39,8%	43,3%	3,5	4,5%	1,3%	-3,2
Corvo	47,3%	47,5%	0,2	52,7%	50,8%	-1,9	0,0%	1,7%	1,7
R.A Açores	**65,6%**	**78,7%**	**13,1**	**31,9%**	**20,5%**	**-11,4**	**2,5%**	**0,9%**	**-1,7**
Portugal	**59,1%**	**71,0%**	**11,9**	**38,0%**	**27,2%**	**-10,7**	**2,9%**	**1,7%**	**-1,2**

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Gráfico 28 - Análise comparativa de edifícios clássicos, por estado e conservação - Portugal e Açores – 2011

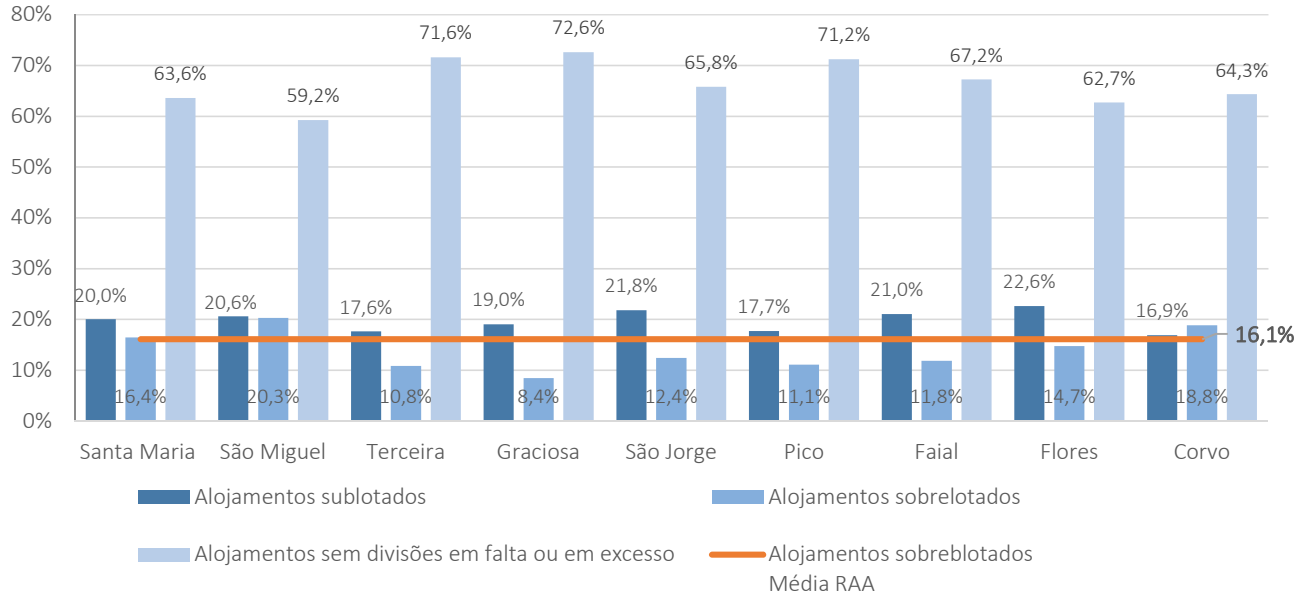


Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A proporção de edifícios clássicos da Região a necessitar de reparações e de edifícios muito degradados é inferior à verificada a nível nacional. Quanto aos edifícios sem necessidade de reparação, a proporção da RAA é superior à média nacional, sendo estas de 78,7% e 71,1% respetivamente. Isto significa que, em regra, o parque habitacional na RAA se encontra em melhor estado do que o do conjunto do país.

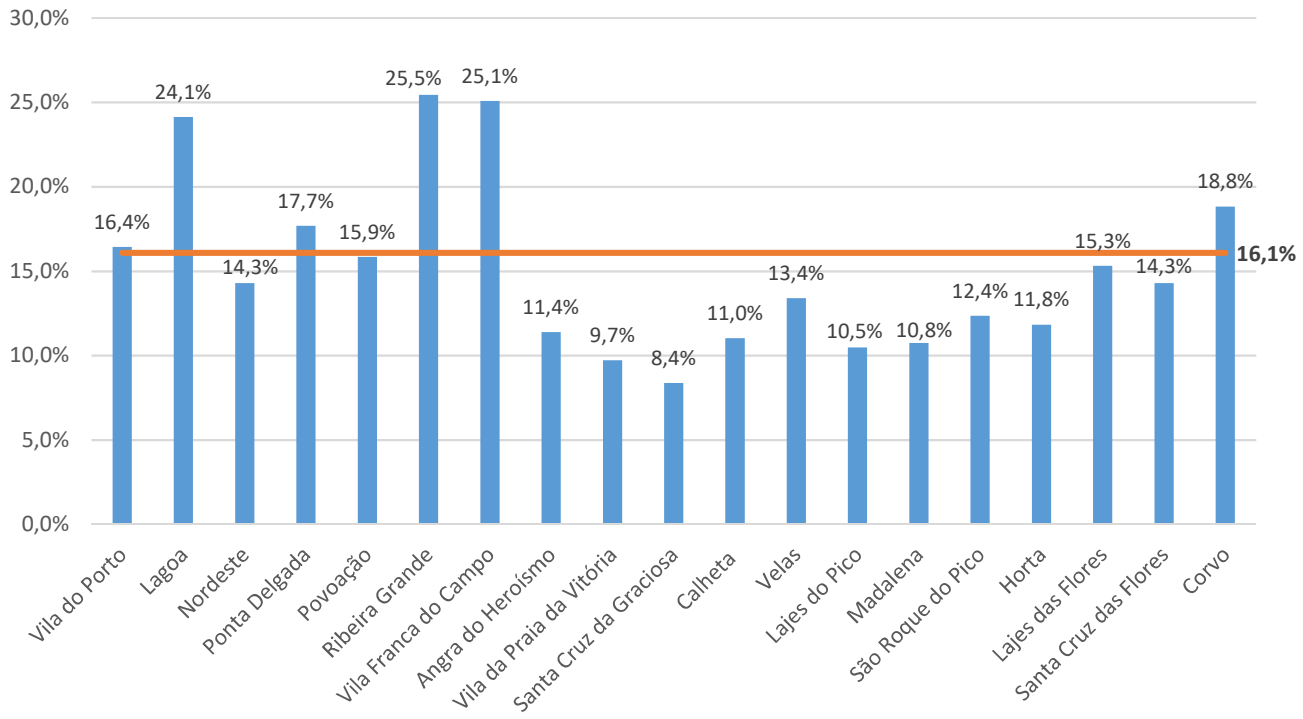
Habitação

Gráfico 29- Análise comparativa de alojamentos familiares clássicos, por lotação, por ilha Açores 2011



Fonte: Censos 2011

Gráfico 30- Análise comparativa de alojamentos familiares clássicos sobrelotados, por concelho - Açores 2011



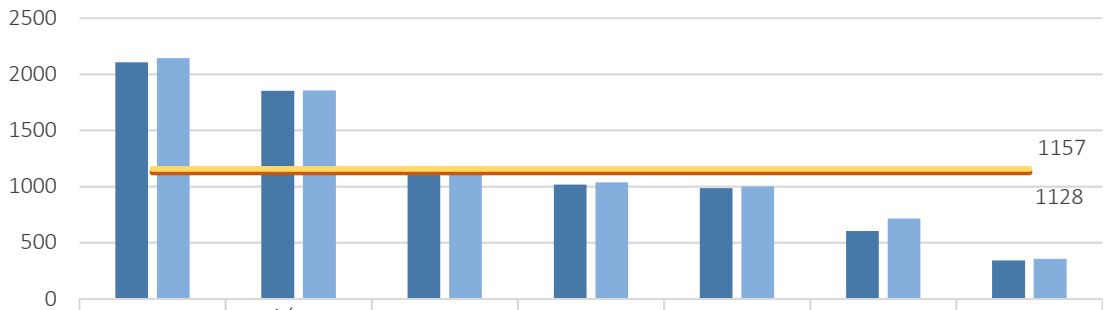
Fonte: Censos, 2011

Quanto aos alojamentos familiares clássicos sobrelotados na RAA, em 2011, o gráfico acima indica, de forma clara, que alguns concelhos apresentam uma sobrelotação significativamente acima da média (16,1%), nomeadamente os concelhos Ribeira Grande (25,5%), Vila Franca do Campo (25,1%, Lagoa (24,1%) e Vila Nova do Corvo (18,8%).

Recorrendo a outra fonte, o *Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2015*, é possível, abaixo, aprofundar-se a análise das questões habitacionais, realçando o peso da habitação social e a sua distribuição territorial.

Tendo por base a população residente em 2015, existiam na RAA 1 037 fogos de habitação social por 100 mil habitantes, valor próximo da média nacional (1 157) e bastante inferior à Região Autónoma da Madeira (2 143).

Gráfico 31- Número de fogos de habitação social por 100 mil habitantes, por localização geográfica 2012- 2015



	R. A. Madeira	Aérea Metropolitana de Lisboa	Norte	R.A. Açores	Algarve	Alentejo	Centro
2012	2104	1851	1129	1015	984	604	341
2015	2143	1854	1164	1037	1000	713	354
Portugal 2012	1128	1128	1128	1128	1128	1128	1128
Portugal 2015	1157	1157	1157	1157	1157	1157	1157

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social, 2015

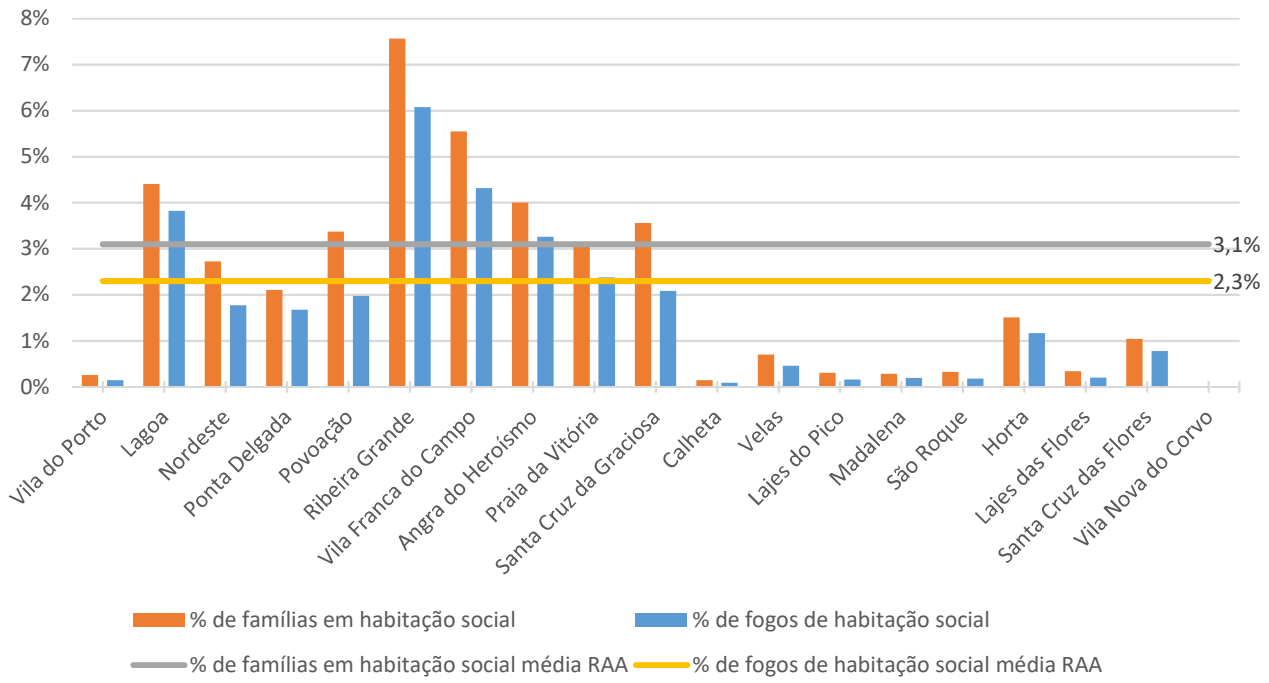
Habitação

Quadro 20 - Distribuição de alojamentos familiares clássicos e fogos destinados a habitação social por concelho - Açores 2011

Local de residência	N.º de alojamentos familiares clássicos	N.º de famílias	N.º de edifícios de habitação social	N.º de fogos de habitação social	% de fogos de habitação social	% de famílias em habitação social	% de fogos de habitação social face ao total de fogos de habitação social da ilha
Vila do Porto	3 596	1 998	5	5	0,1%	0,3%	100,0%
Santa Maria	**3 596**	**1 998**	**5**	**5**	**0,1%**	**0,3%**	**100,0%**
Lagoa	5 048	4 380	193	193	3,8%	4,4%	13,5%
Nordeste	2 707	1 764	48	48	1,8%	2,7%	3,4%
Ponta Delgada	28 308	22 499	341	474	1,7%	2,1%	23,9%
Povoação	3 598	2 106	70	71	2,0%	3,4%	4,9%
Ribeira Grande	11 195	8 991	618	680	6,1%	7,6%	43,3%
Vila Franca do Campo	4 174	3 247	158	180	4,3%	5,5%	11,1%
São Miguel	**55 030**	**42 987**	**1 428**	**1 646**	**3,0%**	**3,8%**	**100,0%**
Angra do Heroísmo	14 971	12 195	398	488	3,3%	4,0%	65,6%
Praia da Vitória	9 524	7 323	209	226	2,4%	3,1%	34,4%
Terceira	**24 495**	**19 518**	**607**	**714**	**2,9%**	**3,7%**	**100,0%**
Santa Cruz da Graciosa	2 829	1 658	59	59	2,1%	3,6%	100,0%
Graciosa	**2 829**	**1 658**	**59**	**59**	**2,1%**	**3,6%**	**100,0%**
Calheta	2 386	1 405	2	2	0,1%	0,1%	12,5%
Velas	3 083	2 008	14	14	0,5%	0,7%	87,5%
São Jorge	**5 469**	**3 413**	**16**	**16**	**0,3%**	**0,5%**	**100,0%**
Lajes do Pico	3 187	1 672	5	5	0,2%	0,3%	33,3%
Madalena	3 162	2 129	6	6	0,2%	0,3%	40,0%
São Roque	2 267	1 241	4	4	0,2%	0,3%	26,7%
Pico	**8 616**	**5 042**	**15**	**15**	**0,2%**	**0,3%**	**100,0%**
Horta	7 059	5 449	67	82	1,2%	1,5%	100,0%
Faial	**7 059**	**5 449**	**67**	**82**	**1,2%**	**1,5%**	**100,0%**
Lajes das Flores	998	599	4	2	0,2%	0,3%	18,2%
Santa Cruz das Flores	1 157	865	9	9	0,8%	1,0%	81,8%
Flores	**2 155**	**1 464**	**13**	**11**	**0,5%**	**0,8%**	**100,0%**
Vila Nova do Corvo	190	186	0	0	0,0%	0,0%	0,0%
Corvo	**190**	**186**	**0**	**0**	**0,0%**	**0,0%**	**0,0%**
RA Açores	**109 439**	**81 715**	**2 210**	**2 548**	**2,3%**	**3,1%**	**-**
Portugal	**5 866 152**	**4 043 726**	**26 195**	**119 691**	**4,6%**	**3,0%**	**-**

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2015 e Censos 2011

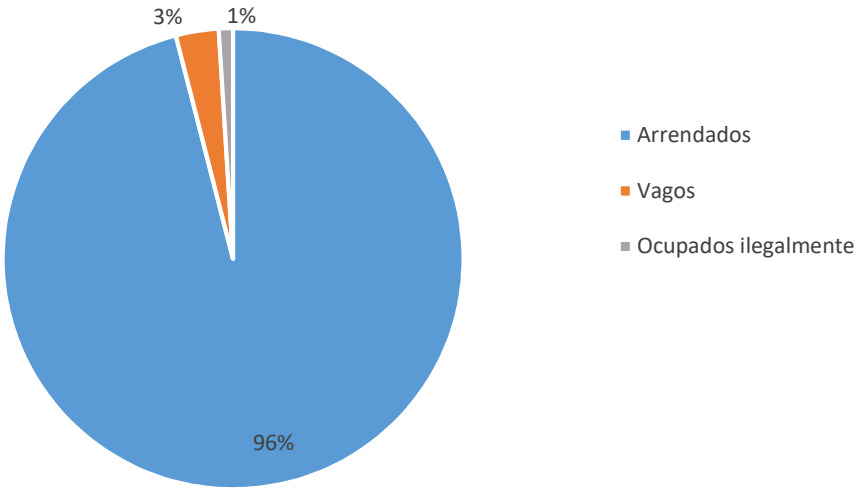
Gráfico 32 - Percentagem de fogos de habitação social e percentagem de famílias a residir em habitação social, por concelho – Açores 2015



Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2015 e Censos 2011

Analisando a distribuição dos fogos de habitação social pelo total de alojamentos, verifica-se que os concelhos que apresentam maior volume de habitação social localizam-se na ilha de São Miguel, especificamente Ribeira Grande (6,1%), Vila Franca do Campo (4,3%) e Lagoa (3,8%), sendo a média da RAA de 2,3%. É também nestes concelhos que habita o maior número de famílias a residir neste tipo de alojamento, em relação à população residente.

Gráfico 33 - Distribuição dos fogos de habitação social por destino - Açores 2011



Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social, 2015

Habitação

Os fogos de habitação social na RAA encontram-se quase exclusivamente em regime de arrendamento, com 96% (mais 2,3 p.p. que a média nacional). Os fogos vagos ou ocupados ilegalmente representam 3% e 1%, respetivamente.

Em suma, pode observar-se que, na RAA, a maioria das famílias e das habitações sociais se concentra na ilha de S. Miguel, quer em termos absolutos quer em termos relativos, isto é, em relação ao total de fogos e à população residente, em particular nos concelhos de Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Lagoa. O mesmo se verifica em relação à sobrelotação dos fogos, também mais preponderante nesta ilha.

7.Solidariedade Social

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) constitui, atualmente, a principal fonte de informação estatística acerca dos rendimentos familiares e da sua distribuição na Europa, incluindo sobre a pobreza. Este inquérito, implementado anualmente desde 2004, não tem significância estatística ao nível das regiões portuguesas (NUTS II), nomeadamente para a Região Autónoma dos Açores.

Os dados sobre a pobreza na Região são retirados de um outro inquérito, realizado de cinco em cinco anos - o Inquérito às Despesas das Famílias (IDEF). Na sua última edição, datada de 2015/2016, encontramos alguma informação sobre a pobreza na Região, respeitante ao ano de 2014.

A taxa de risco de pobreza, referente ao rendimento monetário (r. monetário), é a mais próxima do ICOR, pelo que foi a considerada neste diagnóstico. A taxa que inclui o rendimento total (r. total) é sempre mais baixa, uma vez que inclui nos rendimentos dos agregados, valores que não se traduzem em dinheiro, como a produção para autoconsumo de produtos agrícolas ou o equivalente ao valor de renda de casa referente a casas próprias, emprestadas ou cedidas.

Os dados do IDEF 2010/2011 mostram que, em 2009, a taxa de risco de pobreza nos Açores foi de 20,3% (r. monetário) e de 17,9% (r. total). As taxas nacionais foram, para o mesmo ano, de 17,3% (r. monetário) e de 14,8% (r. total).

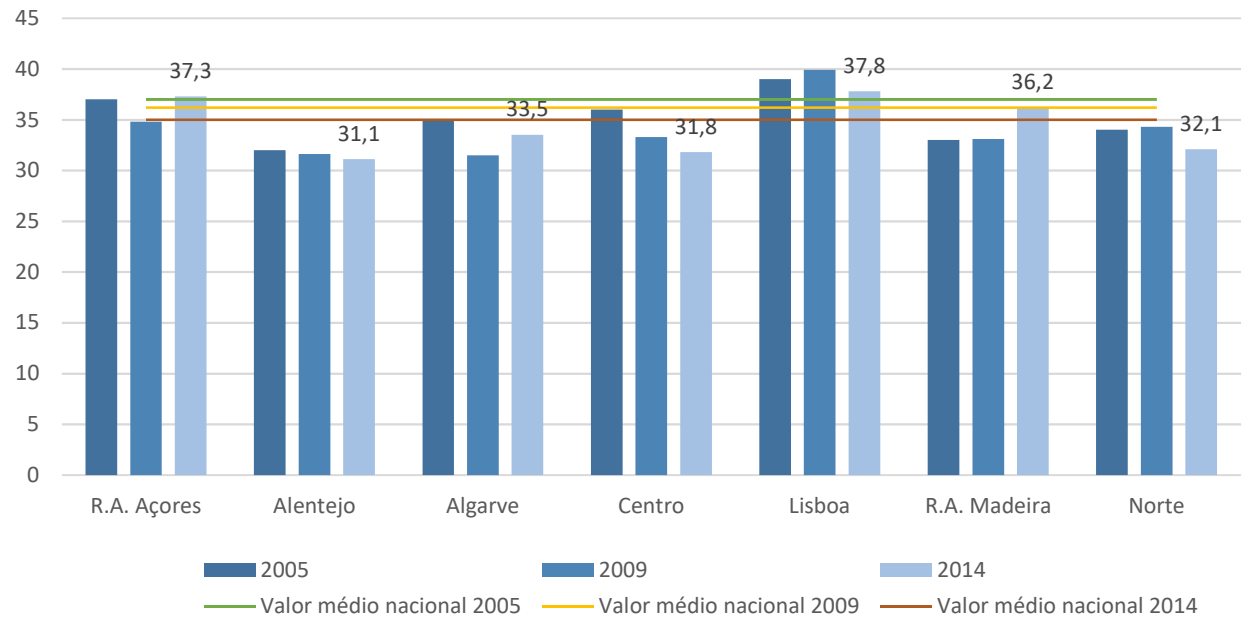
A partir da análise dos resultados do IDEF 2005/2006, é possível estabelecer a evolução da taxa de risco de pobreza açoriana (r. monetário). Assim, observa-se que esta se fixava em 23% em 2005. Isto significa que, entre 2005 e 2009, esta taxa registou um decréscimo de, sensivelmente, 3 p.p. Por comparação, o país viu a sua taxa cair 1,7 p.p.

Nos dados do IDEF 2015/2016, pode observar-se que a taxa de risco de pobreza nos Açores (r. monetário) subiu para 28,3%, mais 8 p.p. que em 2009. Na comparação nacional, verifica-se que a RAA apresenta a maior taxa de risco de pobreza, superior ao conjunto do país (19,1%). Ainda na comparação entre 2009 e 2014, verifica-se que todas as regiões, à exceção de Lisboa, viram a sua taxa aumentar.

Para além da taxa de risco de pobreza, o IDEF fornece outro indicador que ajuda a situar o problema da pobreza: o Índice de Gini. Este índice varia entre 0 - igualdade teórica dos rendimentos entre todos os membros de um dado país - e 100, em que um único indivíduo concentra todos os rendimentos desse país. A relevância deste índice radica no facto da pobreza estar, em geral, e no caso dos países desenvolvidos, associada a uma profunda desigualdade de distribuição de rendimentos. Os dados da OCDE e da UE mostram isso mesmo: independentemente dos níveis de rendimento de cada país, os países mais desiguais tendem a registar uma maior taxa de risco de pobreza. No contexto destas duas organizações internacionais, Portugal apresenta-se como um dos países com maiores níveis de desigualdade ao nível da distribuição de rendimento.

Solidariedade Social

Gráfico 34 - Índice de Gini, (rendimento monetário), por regiões (2005, 2009 e 2014)



Fonte: INE: IDEF 2005-2006; IDEF 2010-2011; IDEF 2015-2016

No caso dos Açores, o índice de Gini para 2009, foi de 34,8, abaixo do valor nacional de 36,2. Numa comparação inter-regional (NUTSII), a região de Lisboa destaca-se, francamente, como a mais desigual do país, com 39,9, sendo a única que se situa acima da média nacional. Nesta comparação, os Açores surgem em segundo lugar, um pouco acima da região seguinte, a Região Norte, com 34,3, e da Madeira, com 33,1.

Fazendo uma análise comparativa 2004-2009, pode observar-se que os Açores viram o seu nível de desigualdade de distribuição de rendimento baixar significativamente, já que, em 2004, era de 37, um valor igual ao nível nacional. Nesse período, outras regiões viram o índice de Gini aumentar, como é o caso de Lisboa (de 39 para 39,9). A descida na RAA foi expressivamente maior que a da média nacional (esta desceu 0,8 pontos, enquanto o valor regional diminui 2,2 pontos).

Contudo, em 2014, o Índice de Gini dos Açores aumentou, em relação a 2009, para 37,3, mais 2,5 pontos, situando-se acima da média nacional (35,0).

Sendo os dados sobre a pobreza nos Açores relativamente escassos, recorre-se ao Rendimento Social de Inserção (RSI), ao Complemento Solidário para Idosos (CSI) e à Ação Social Escolar (ASE) como *proxys* para a pobreza.

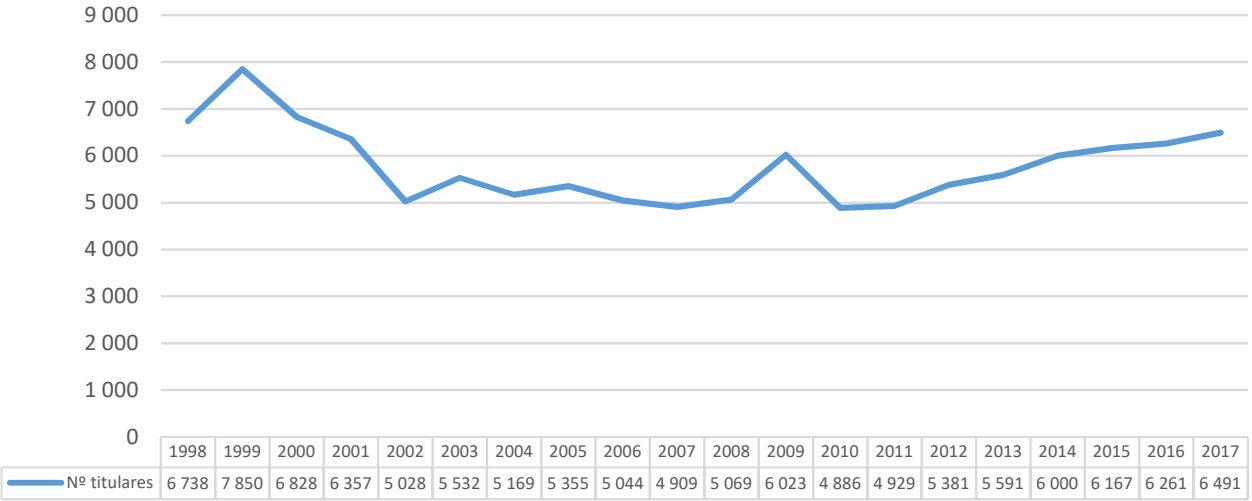
O recurso ao RSI tem algumas limitações. Desde logo, os valores estão muito abaixo do limiar de pobreza, o que significa que esta medida de apoio social não é para todas as pessoas em situação de pobreza, mas apenas para os mais pobres de entre os pobres.

Por outro lado, o RSI é uma medida que necessita de ser requerida. Este fator é muito relevante, significando que nem todos os indivíduos em situação de a poder requerer, a requerem de facto, quer por desconhecimento, quer por vergonha, quer, ainda, por distância a serviços onde o possam fazer. Não obstante, avança-se a hipótese desta situação ser relativamente rara nos Açores, por contraponto ao contexto nacional, atendendo à maior proximidade dos serviços de Segurança Social aos cidadãos.

Acrescente-se que esta medida de apoio social exclui os indivíduos que não cumprem as obrigações contratualizadas, pelo que, por um motivo ou outro, não compreende todos os indivíduos em condições financeiras de dela usufruir. Salienta-se, igualmente, o facto de, por opões políticas nacionais, tem sofrido, ao longo dos anos, alterações legislativas com impacto na elegibilidade dos indivíduos, o que, por sua vez, faz com que a evolução dos seus dados não corresponda à realidade da sociedade.

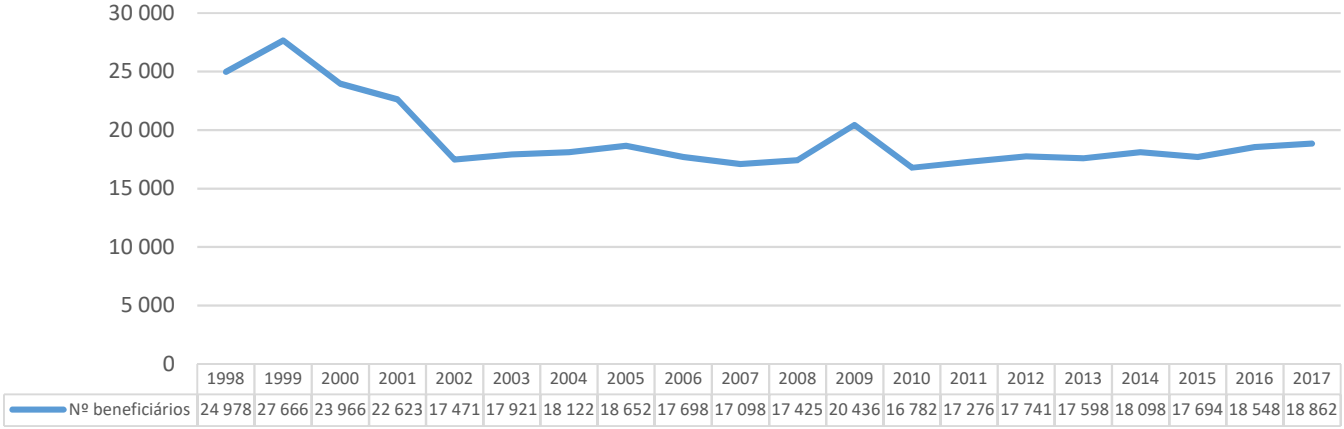
Apesar destas limitações, o RSI tende a ser utilizado como indicador de pobreza por apresentar dados para o conjunto do território com um elevado nível de desagregação e com uma periodicidade mensal.

Gráfico 35 - Evolução do número de titulares (agregados familiares) beneficiários do RMG/RSI Açores 1998 – 2017[7]



Fonte: ISSA e Portal da Segurança Social.

Gráfico 36 - Evolução do número de beneficiários do RMG/RSI Açores 1998 – 2017[8]



Fonte: ISSA e Portal da Segurança Social.

[7] Dados a dezembro de cada ano.

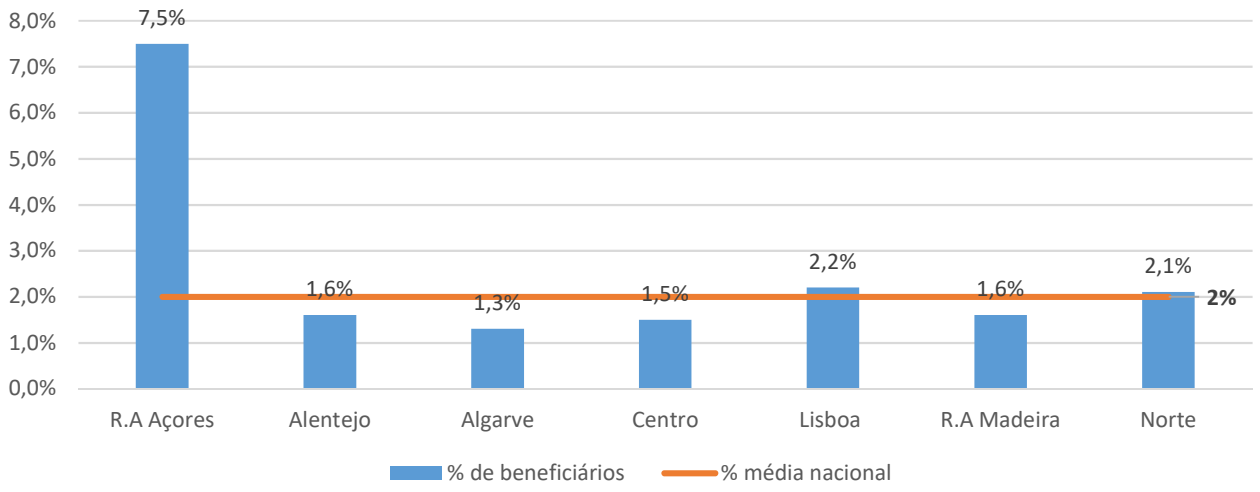
[8] Dados a dezembro de cada ano.

Solidariedade Social

Verifica-se nos gráficos acima, uma oscilação muito significativa no período 1999-2002, quer no número de titulares quer no número de beneficiários do RMG/RSI. Tal situação deve-se a uma descida efetiva de beneficiários, mas também ao modo de contabilização dos mesmos, uma vez que, no primeiro período, eram contados todos os beneficiários com requerimento deferido não cessado[9] e não apenas os beneficiários com processamento[10].

No período 2007-2017 registamos uma oscilação entre o valor mais baixo de 16 782 no ano de 2010, e o valor mais elevado, de 20 436 em 2009, sendo de 18 862 em dezembro de 2017. Comparando o número de beneficiários entre 2007 (17 098) e 2017 (18 862), verificou-se um crescimento de 10,3%. Neste período (2007-2017) observa-se que nunca houve uma significativa diminuição do número de famílias e de indivíduos beneficiários, mantendo-se sempre acima dos 7%, face à população residente.

Gráfico 37 - Beneficiários do RSI, face à população residente, por regiões dezembro 2016 (%)[11]



Fonte: Portal da Segurança Social; INE, Censos, 2011

Tendo por base os dados de 2016, os Açores apresentavam a maior percentagem de população residente beneficiária do RSI (7,5%), sendo a média nacional de 2%.

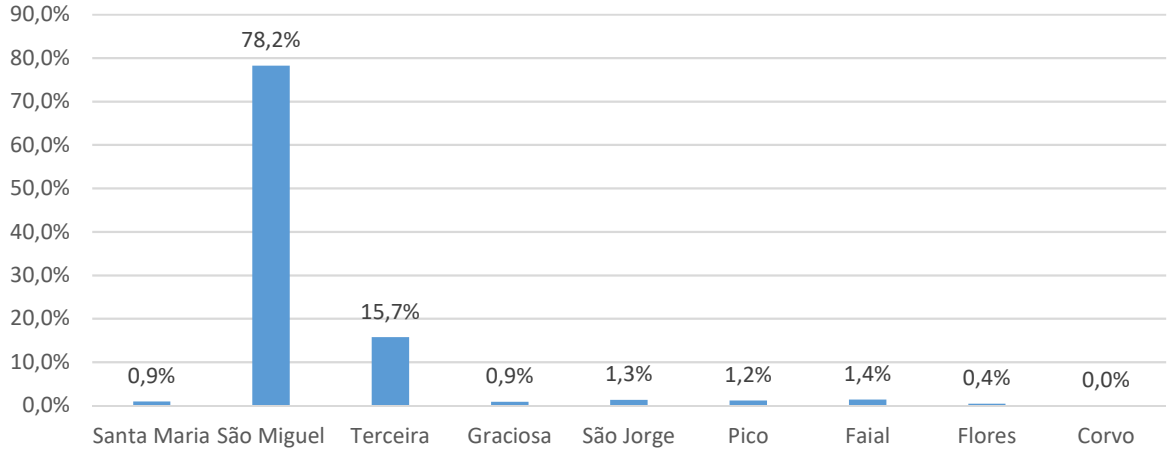
---

[9] **Requerimentos deferidos não cessados:** Contagem da totalidade de requerimentos de RSI deferidos e que ainda não tenham sido cessados à data da extração dos dados. Esta métrica contabiliza todos os requerimentos ativos em data igual ou anterior ao período de tempo considerado. A contagem baseada nos requerimentos deferidos não cessados, é uma contagem que se encontra sempre sujeita a alterações, uma vez que devido ao volume de trabalho dos Serviços de Segurança Social, pode existir um intervalo de dias entre o despacho de cessação e a sua introdução no SISS (Sistema de Informação da Segurança Social).

[10] **Beneficiários com processamento:** contagem da totalidade dos elementos pertencentes ao agregado familiar cujo requerimento deu origem ao processamento no período analisado. Este número pode incluir casos em que o beneficiário já esteja cessado, mas o seu requerimento continuar ativo originado processamentos.

[11] Dados ainda não disponíveis para 2017.

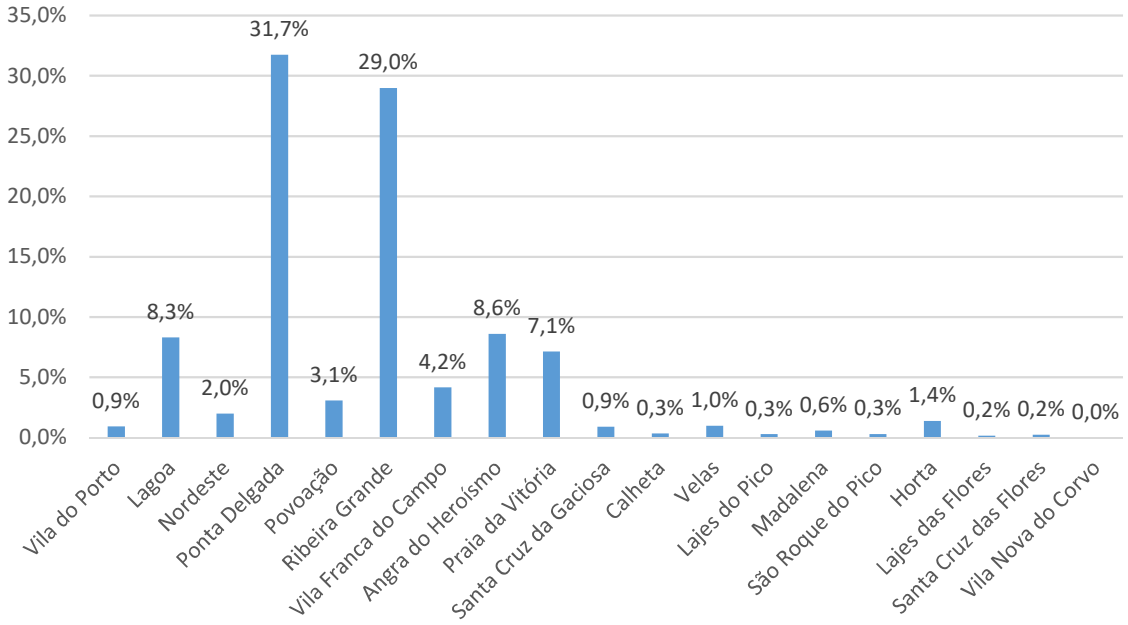
Gráfico 38 – Percentagem de beneficiários do RSI, por ilha, face ao total de beneficiários Açores – dezembro 2017



Fonte: ISSA

Analisando a distribuição dos beneficiários, na RAA, observam-se diferenças muito acentuadas entre as ilhas. Desde logo, 78% dos beneficiários estão concentrados numa ilha, São Miguel, com cerca de 56% da população total de residentes no arquipélago. A única outra ilha em que a percentagem de beneficiários tem algum significado é a ilha Terceira, com 15,7%. Ainda assim, a percentagem de beneficiários residentes na Terceira é substancialmente inferior ao seu peso na população residente no arquipélago (23%). O peso das restantes ilhas no total dos beneficiários ronda 1% ou menos.

Gráfico 39 – Proporção de beneficiários do RSI, por concelho, face ao total de beneficiários Açores - dezembro 2017



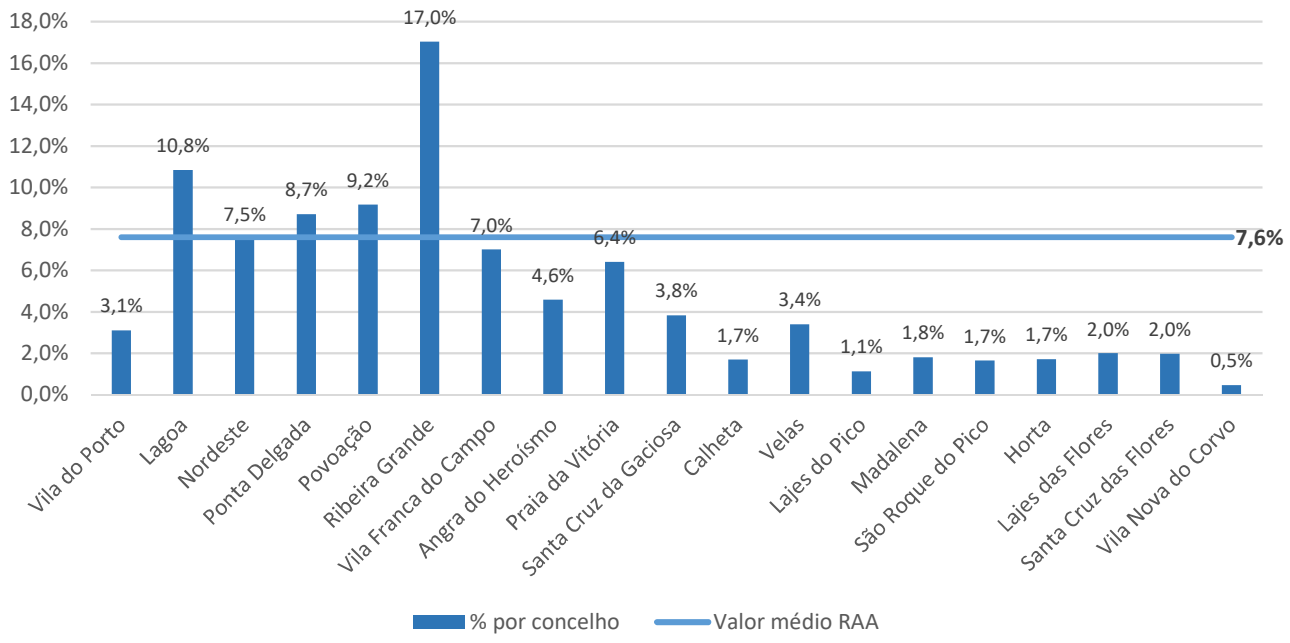
Fonte: ISSA

Os concelhos de Ponta Delgada (31,7%) e Ribeira Grande (29%) concentram 60% do total de beneficiários da Região, seguindo-se os concelhos de Angra do Heroísmo (8,6%), Lagoa (8,3%) e Praia da Vitória (7,1%).

Solidariedade Social

Tendo em conta a população residente, verificamos que, em dezembro de 2017, são os concelhos da ilha de São Miguel aqueles que apresentam a maior proporção de beneficiários do RSI face à população residente, em contraste com os concelhos de Lajes do Pico (1%) e Vila Nova do Corvo (0,5%), que possuem os índices mais baixos. Estamos, portanto, perante um cenário, no que se refere à proporção de beneficiários do RSI face à população residente, que varia entre os 0,5% de Vila Nova do Corvo e os 17% de Ribeira Grande, constatando-se que todos os concelhos com valor acima da média da RAA se situam em S. Miguel.

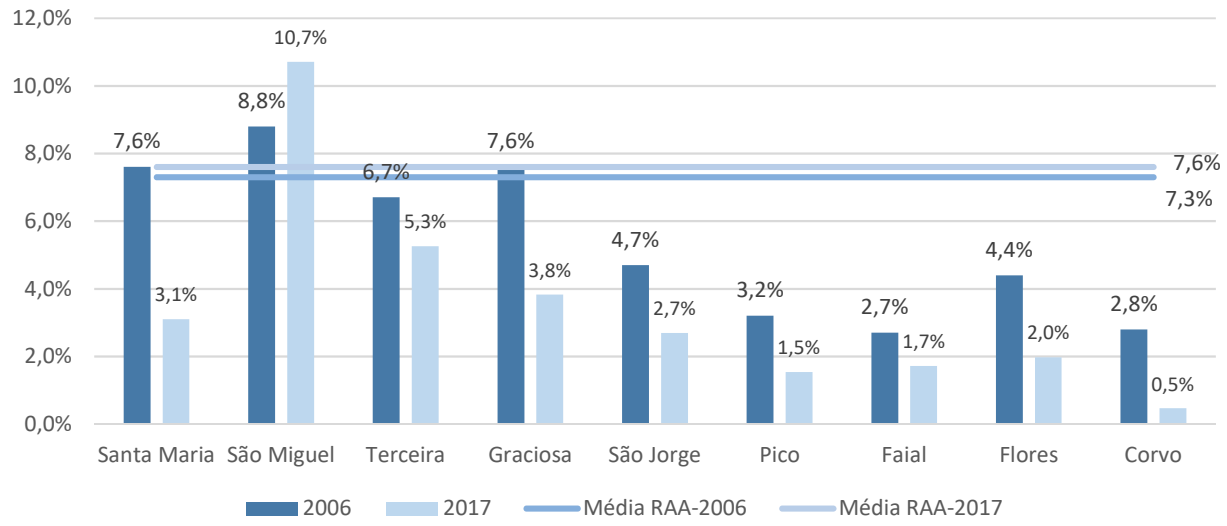
Gráfico 40 – Percentagem de beneficiários do RSI face à população residente, por concelho Açores - dezembro 2017



Fonte: ISSA; Censos 2011

Numa análise por ilha, verifica-se que 10,7% da população da ilha de São Miguel era beneficiária do RSI, o dobro da segunda ilha com valor mais elevado, a ilha Terceira (5,3%). As ilhas do Pico, Faial, Flores e Corvo apresentavam taxas inferiores a 2%. O valor de São Miguel era o único superior à média regional, de 7,6% na data em questão.

Gráfico 41 - Beneficiários do RSI face à população residente, por ilha - Açores 2006 e 2017 (%)



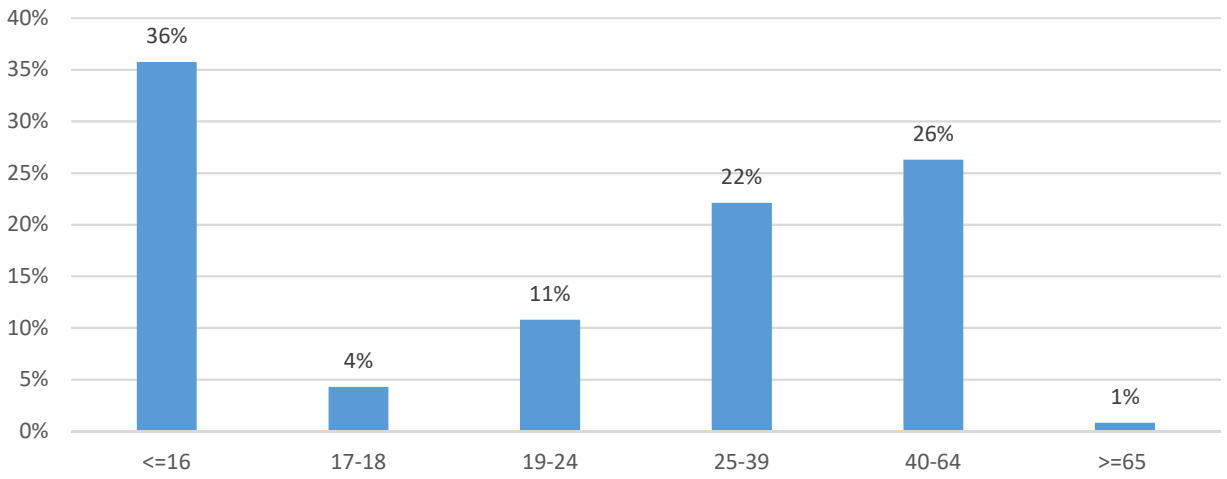
Fonte: ISSA; Censos 2001 e Censos 2011.

Em termos diacrónicos, verifica-se que, em todas as ilhas, no período 2006-2017, houve uma redução da proporção de beneficiários do RSI face à população residente, à exceção da ilha de São Miguel, onde essa taxa cresceu 1,9 p.p.

Analisam-se, de seguida, algumas informações relativas às crianças[12], considerando, conforme já demonstrado, a particular vulnerabilidade à pobreza deste grupo etário em Portugal.

Naturalmente que esta distribuição acompanha a tendência global no que se refere à repartição geográfica dos beneficiários, conforme se infere dos dados constantes nos gráficos seguintes.

Gráfico 42 - Beneficiários do RSI, por grupo etário - Açores - dezembro 2017 (%)



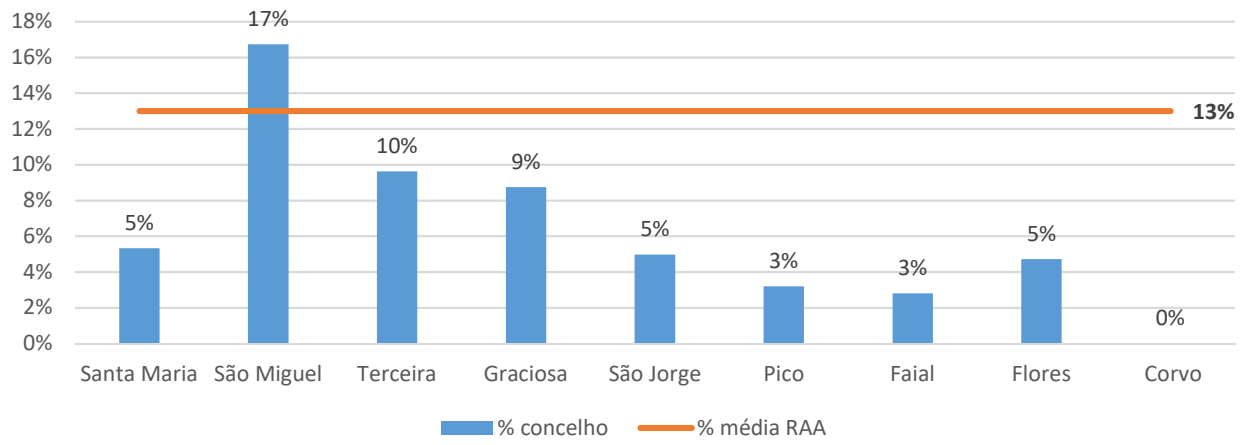
Fonte: ISSA

[12] Usou-se aqui a definição de criança das Nações Unidas: indivíduos com idade inferior a 18 anos.

Solidariedade Social

Observa-se que 40% dos beneficiários do RSI têm idades inferiores a 19 anos, seguindo-se o escalão etário 40-64 anos, representando 26% do total.

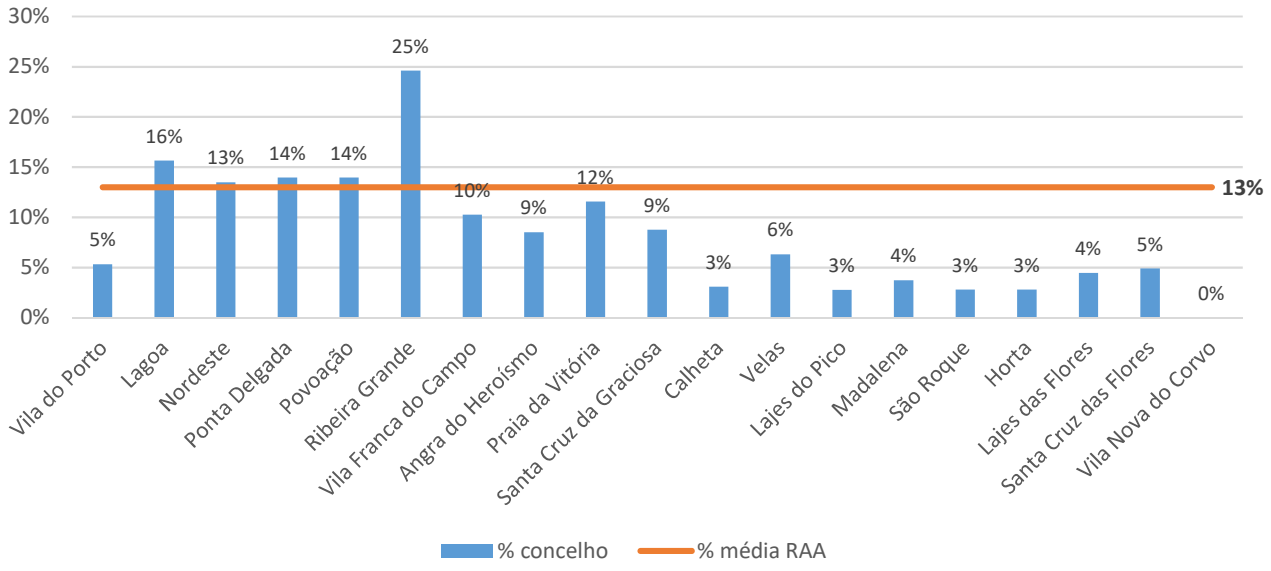
Gráfico 43 - Percentagem de beneficiários do RSI <18 anos de idade, face à população total <18 anos de idade, por ilha – Açores - dezembro 2017



Fonte: ISSA

Mais uma vez, é a ilha de São Miguel (17%) que apresenta a mais elevada percentagem de beneficiários menores de 18 anos em relação à população situada nessa faixa etária, seguindo-se a ilha Terceira (10%). É o valor de São Miguel que influencia, de forma significativa, a média regional (13%).

Gráfico 44 - Percentagem de beneficiários do RSI <18 anos de idade, face à população total <18 anos de idade, por concelho - Açores - dezembro 2017



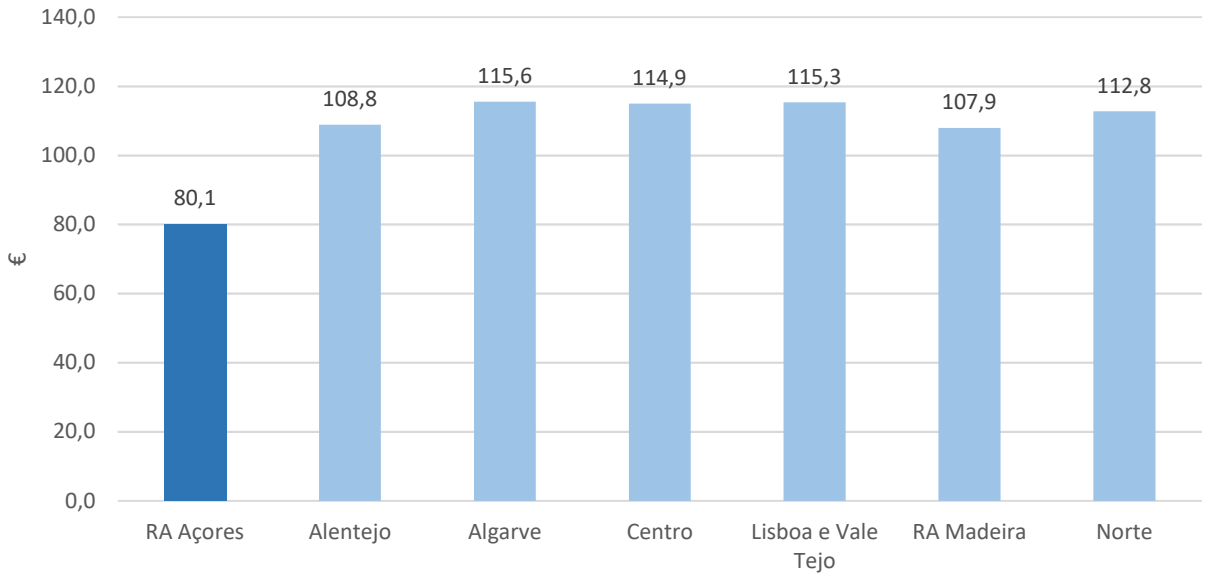
Fonte: ISSA

O concelho de Ribeira Grande (25%) apresenta a maior percentagem de crianças (0-17 anos) beneficiárias face à população total com a mesma idade, seguindo-se os concelhos de Lagoa (16%), Ponta Delgada e Povoação, ambos com 14%.

Pode verificar-se que, do total de beneficiários existentes, em dezembro de 2016[13] (18.548), 4 981 (cerca de 27%) auferem rendimentos (de todo o tipo). Esta situação não pode ser dissociada de três questões particulares. Em primeiro lugar, o facto de a condição de beneficiário estar associada a um rendimento abaixo do limiar da pobreza, algo que significa poucos ou nenhuns rendimentos (do trabalho ou outros). Em segundo, por apresentarem 18 anos ou menos, a maior parte dos beneficiários (40%) não está integrada no mercado de trabalho. Finalmente, e em terceiro lugar, há-que contemplar o elevado número de elementos que compõem o agregado familiar.

É muito provável que o facto de existir um número considerável de beneficiários que apresenta rendimentos resulte da conjugação de rendimentos de trabalho (baixos e precários) com contextos familiares numerosos.

Gráfico 45 - Prestação média por beneficiário, por regiões (NUTS II) - dezembro 2016 (€)[14]



Fonte: Pordata

Aprofundando a análise da questão dos rendimentos, introduzem-se os dados relativos à prestação média por região (NUTS II). Pode, então, observar-se que o valor médio da prestação por beneficiário, nos Açores, é de 80,1 euros, substancialmente abaixo dos valores médios das restantes regiões.

Já a análise do valor por agregado mostra que os Açores apresentavam (dezembro de 2016) 269,02 euros, montante acima média nacional, de 252,21 euros.

Ou seja, o valor por beneficiário nos Açores é baixo no contexto nacional, mas o valor por agregado é elevado, algo que se justifica pela maior dimensão dos agregados na Região que no conjunto do

[13] Dados disponíveis.
[14] Dados ainda não disponíveis, por regiões NUTS III, para 2017.

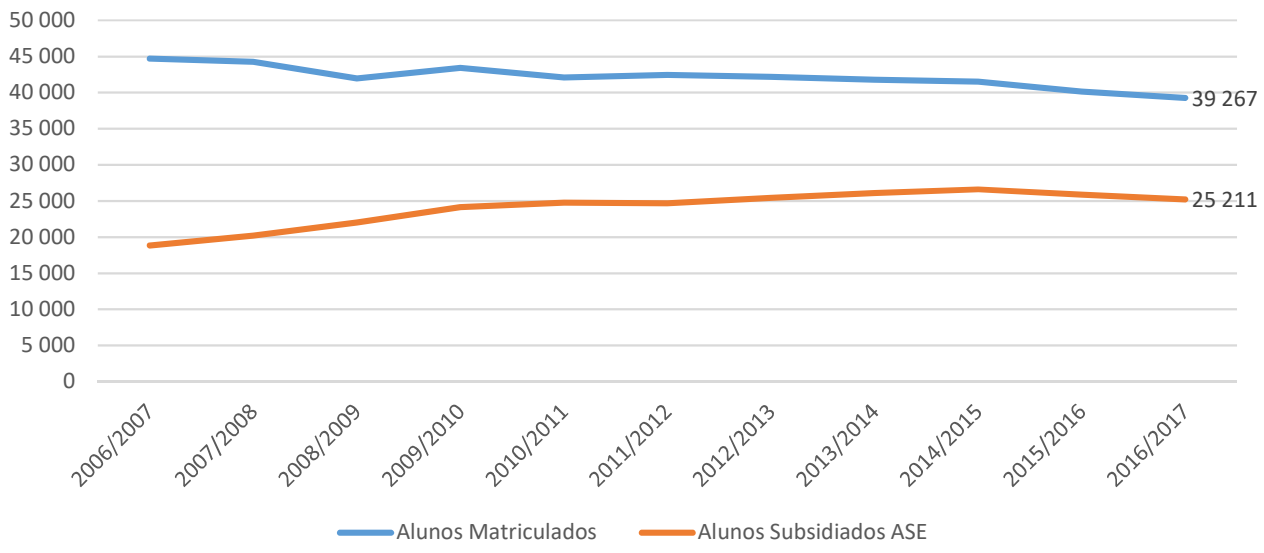
país. Aliás, esta é uma das características que concorre para explicar o elevado número de beneficiários na Região. Como o acesso à medida é estipulado em função do rendimento do agregado, os agregados maiores com rendimentos baixos têm maiores probabilidades de reunir as condições de ingresso na medida. Tal deve-se à dimensão das famílias beneficiárias e à distribuição dos beneficiários por tipo de família.

Assim, entre os beneficiários do RSI, os Açores são a região onde existem menos isolados (16,2% por contraponto a uma média nacional de 32,2%) e mais famílias alargadas e nucleares com filhos (nos Açores 11,2% e 28,6%, respetivamente, por contraponto com 6,4% e 21,2% para o conjunto do país - dados de 2016). Os Açores apresentam, portanto, e em relação à média nacional, um maior número de agregados familiares mais numerosos e menos agregados de menores dimensões.

A literatura disponível tem identificado outros fatores que contribuem para uma maior taxa de beneficiários do RSI nos Açores, em comparação com o restante território nacional: a maior taxa de risco de pobreza; a melhor cobertura da rede de ação social; a baixa taxa de atividade feminina, em especial nas populações mais desfavorecidas; e a baixa escolaridade da população ativa (associada à qualidade do emprego).

De seguida, apresentam-se outras medidas de apoio social que, à semelhança do RSI, contribuem para a compreensão do fenómeno da pobreza na RAA.

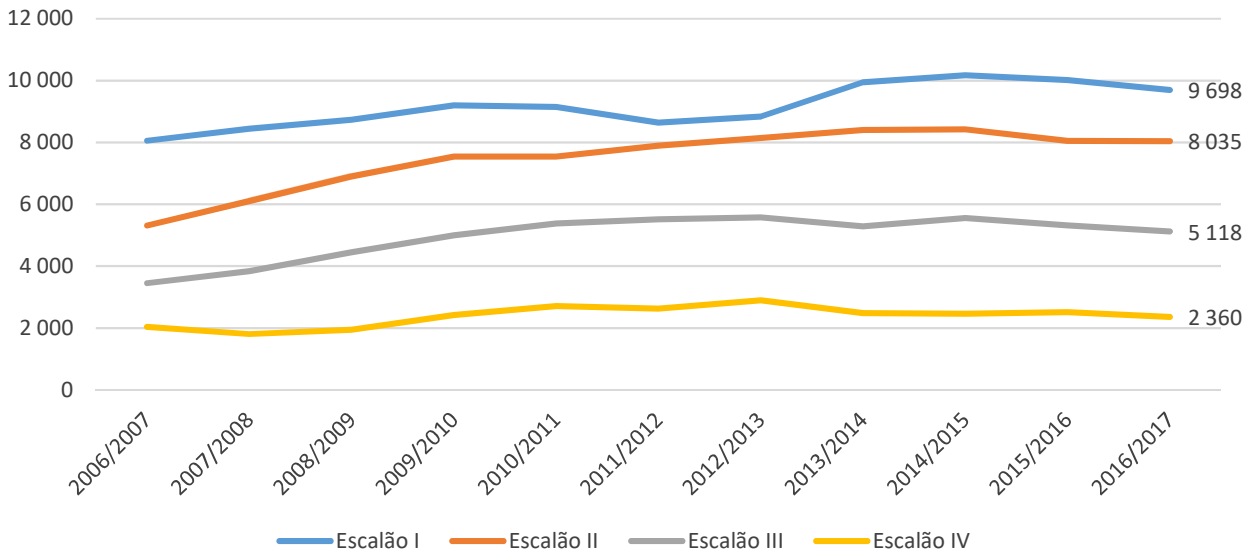
Gráfico 46 - Evolução do número de alunos matriculados e alunos subsidiados pela Ação Social Escolar (ASE), por ano letivo - Açores 2006/7 – 2016/17



Fonte: SREC

O primeiro desses indicadores é a Ação Social Escolar (ASE). O número de alunos subsidiados por esta medida aumentou entre os anos letivos 2006/2007 e 2016/2017. Neste último ano letivo, beneficiou deste apoio um total de 25 211 alunos, o que representa 64,2% do total de alunos matriculados. Este valor representa um incremento de 22 p.p. em relação ao ano de 2006/07 no que se refere à proporção de alunos beneficiários da ASE no total de alunos.

Gráfico 47 - Evolução do número de alunos subsidiados pela Ação Social Escolar, por ano letivo e por escalão - Açores 2006/7 – 2016/17



Fonte: SREC

Conforme se pode observar no gráfico anterior, o número de alunos beneficiários da ASE aumentou em todo os escalões, entre os anos letivos de 2006/2007 e 2016/2017, sendo as variações mais expressivas as verificadas nos 2º e 3º escalões, com aumentos de 51,2% e 48,3%, respetivamente.

Tabela 1 - Valores de referência (*per capita*), segundo o escalão de Ação Social Escolar (ASE)

Escalões ASE	% sobre a remuneração mínima mensal (r.m.m.) da R.A. Açores	Valores atuais
Escalão I	até 25% da r.m.m. da RAA	Até 139,13€
Escalão II	entre 25,01% e 35% da r.m.m. da RAA	De 139,14 até 194,78€
Escalão III	entre 35,01% e 45% da r.m.m. da RAA	De 194,79€ até 250,43€
Escalão IV	entre 45,01% e 60% da r.m.m. da RAA	De 250,44€ até 333,90€
Escalão V	mais de 60% da r.m.m. da RAA	> 333,90€

Fonte: SREC: Decreto Legislativo Regional nº18/2007-A de 19 de julho de 2007

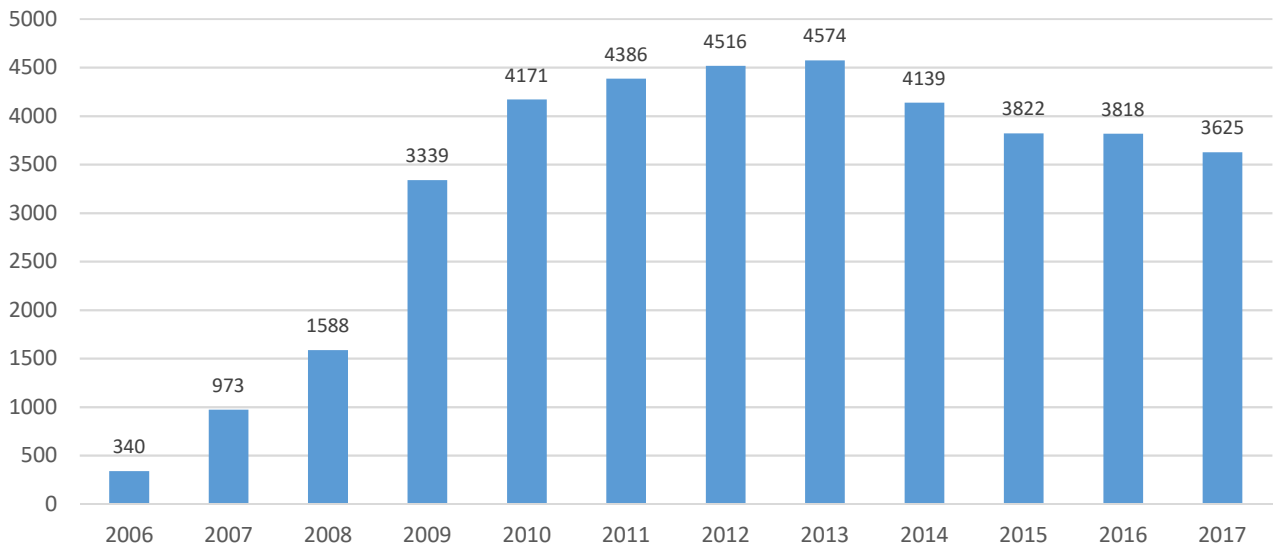
Outro indicador que permite, simultaneamente, relacionar a pobreza e o apoio social do Estado é o Complemento Solidário para Idosos (CSI).

O CSI foi introduzido em 2006, aplicando-se, nesse ano, às pessoas com idade igual ou superior a 80 anos. Em 2007, o limite inferior de idade passou para os 70 anos e, em 2008, para os 65. Estas alterações não devem ser ignoradas numa análise da evolução do número de beneficiários.

Atualmente, este complemento destina-se aos pensionistas cuja idade é maior ou igual a 66 anos e 3 meses – idade da reforma, estabelecida pela Portaria 99/2017, de 7 de março – assumindo o perfil de um complemento aos rendimentos preexistentes (pensão de velhice, de sobrevivência ou equiparada, e subsídio mensal vitalício) e a sua atribuição é diferenciada em função da situação

concreta do pensionista que o requer, nomeadamente, o seu estado civil e rendimentos do agregado.

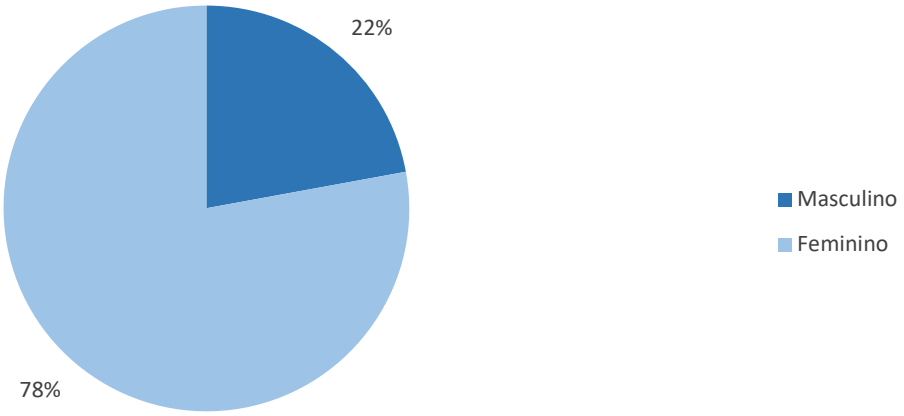
Gráfico 48 – Evolução do número de beneficiários do CSI - Açores 2006-2017



Fonte: Portal da Segurança Social

O número de beneficiários desta prestação social subiu de 340, no ano da sua criação (em 2006), para 4.574, em 2013. Tem vindo a decrescer desde essa data, fixando-se em 3 625, em 2017. Esta descida pode ser, em parte, associada à entrada em vigor do Decreto-Lei 13/2013, de 25 de janeiro, o qual veio alterar o valor de referência do CSI de 5.022 para 4.909 euros/ano.

Gráfico 49 – Distribuição dos beneficiários do CSI, por sexo - Açores - dezembro 2017 (%)

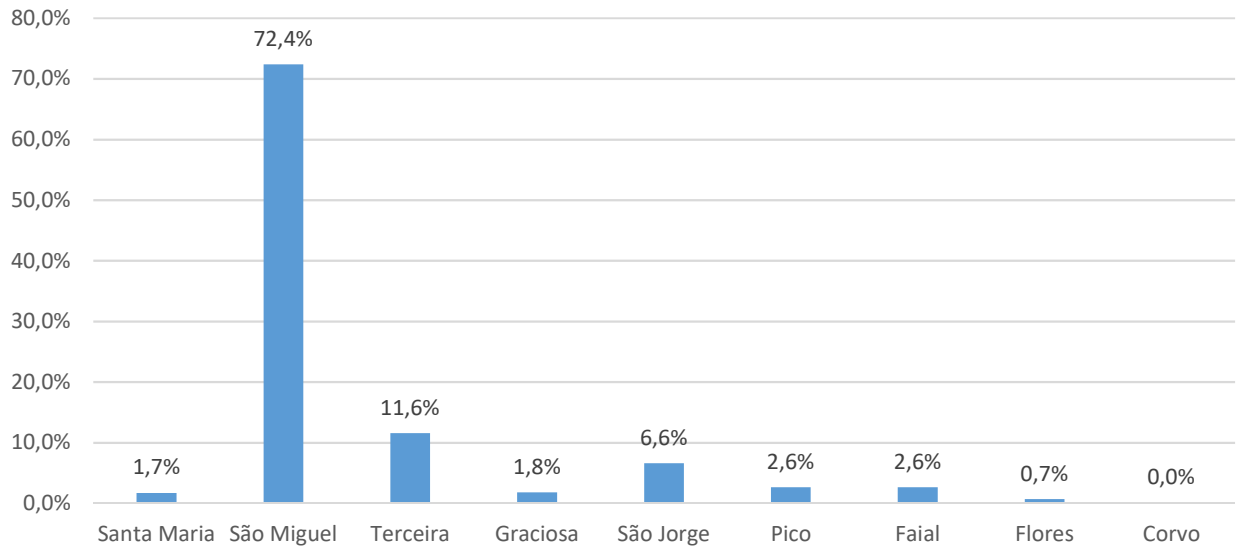


Fonte: ISSA

Uma análise por género permite verificar que 78% dos beneficiários do CSI são mulheres. Tal facto deve-se, em primeiro lugar, à maior longevidade das mulheres. Contudo, um outro fator muito relevante diz respeito à baixa taxa de atividade feminina que, até recentemente, se registou nos Açores. A literatura existente sobre a pobreza nos Açores levanta um terceiro fator a ter em conta: as mulheres que trabalham têm, com mais frequência que os homens, empregos de menor qualidade, com salários mais baixos, com maior precariedade e sem descontos para o sistema de Segurança Social.

Muitas mulheres não fizeram qualquer contribuição para o sistema de pensões, ou fizeram uma contribuição reduzida, pelo que, quando atingem a idade da reforma, são elegíveis para esta medida de apoio social.

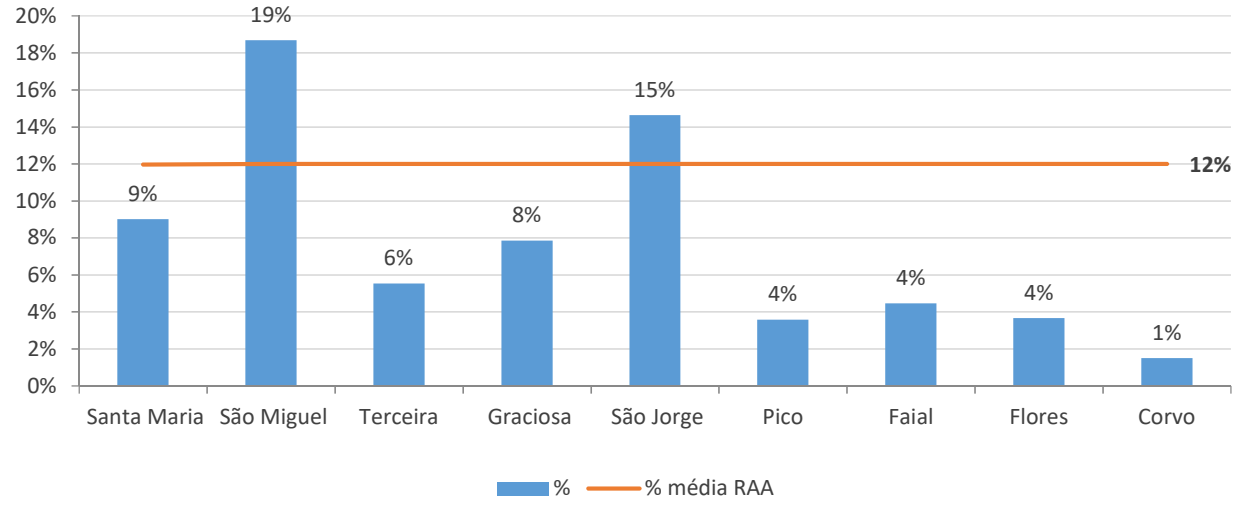
Gráfico 50 – Distribuição dos beneficiários do CSI, por ilha - Açores - dezembro 2017 (%)



Fonte: ISSA

A distribuição dos beneficiários por ilha mostra que a maioria (72%) se encontra em S. Miguel, mesmo apesar de esta ser a ilha menos envelhecida da Região. A Terceira reúne 12% dos beneficiários e as restantes estão bastante abaixo desse valor.

Gráfico 51 – Percentagem de beneficiários do CSI em relação à população ≥ 66 anos[15], por ilha, Açores - dezembro 2017

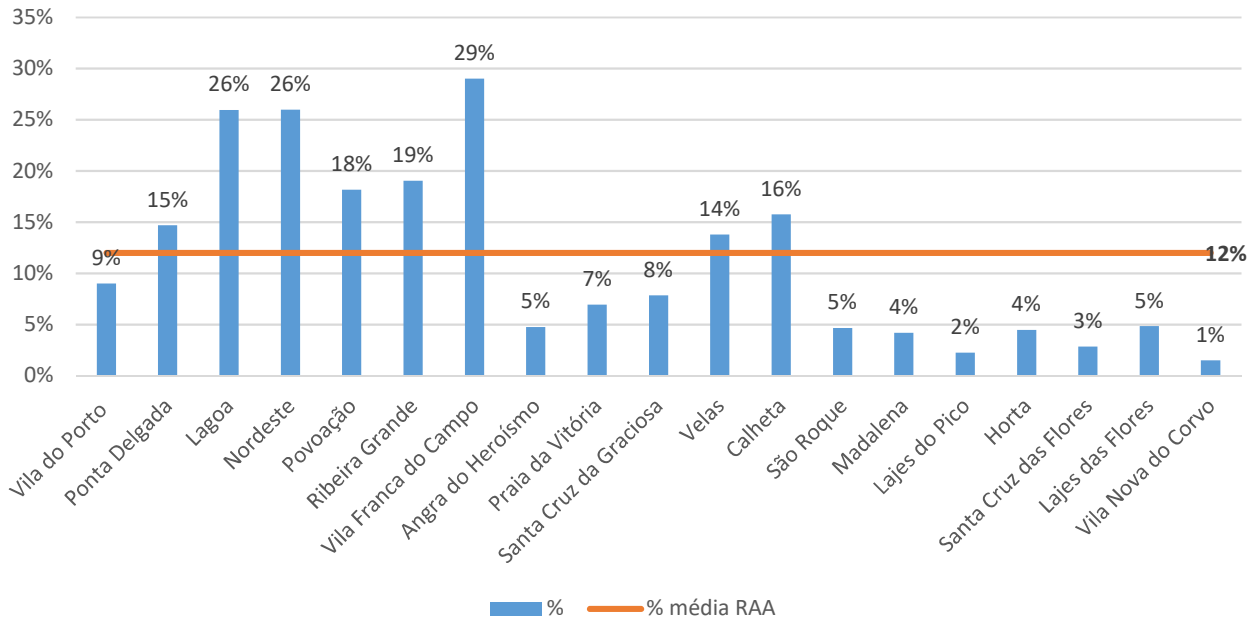


Fonte: Censos 2011 (População); ISSA (Beneficiários do CSI a 30-12-2017).

[15] A população ≥66 anos de idade reporta-se aos Censos 2011.

Uma análise comparativa por ilha, tendo em atenção a percentagem de beneficiários do CSI em relação à população com 66 e mais anos, complementa estes dados. Assim, o valor regional situa-se nos 12%. A ilha com maior peso de beneficiários na população idosa é, mais uma vez, São Miguel, com 19%, seguindo-se a ilha de S. Jorge (15%).

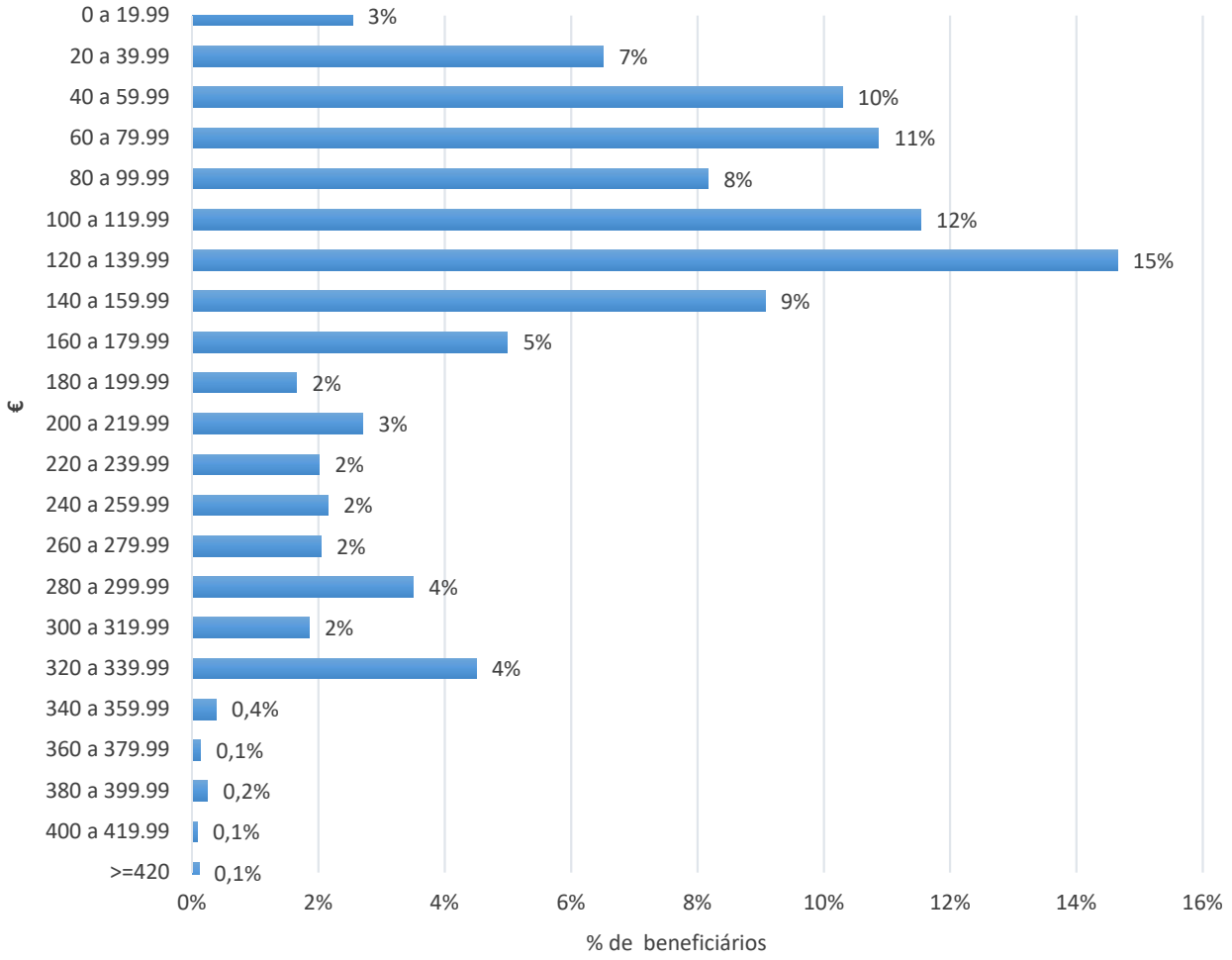
Gráfico 52 – Percentagem de beneficiários do CSI em relação à população ≥ 66 anos, por concelho Açores - dezembro 2017



Fonte: Censos 2011 (População); ISSA: (Beneficiários do CSI a 30-12-2017).

Conforme se verifica no gráfico anterior, a percentagem de beneficiários do CSI face à população com 66 ou mais anos varia de forma muito significativa entre concelhos, apresentando os valores mais baixos nos de Vila Nova do Corvo (1%), Lajes do Pico (2%) e Santa Cruz das Flores (3%) e os mais elevados nos de Vila Franca do Campo (29%), Nordeste e Lagoa, ambos com 26%.

Gráfico 53 – Distribuição dos beneficiários, do CSI, por valor (intervalos) da prestação mensal, Açores - dezembro 2017



Fonte: ISSA

A maioria dos beneficiários (51%) usufrui de uma prestação até 119,99 euros. Saliente-se que 49% recebem um apoio superior a 119,99 euros, sendo que apenas cerca de 6% beneficiam de mais de 300 euros/mensais, revelador da sua situação socioeconómica precária. Tal facto não dever ser alheio às questões de género a que se tem vindo a aludir.

Para além das medidas acima apresentadas que permitem, simultaneamente, caracterizar a pobreza e os apoios sociais disponíveis na RAA, aos indivíduos com rendimentos mais baixos é disponibilizado um conjunto de complementos às prestações nacionais da Segurança Social, assegurado pelo orçamento regional e que mitiga a intensidade da pobreza. Referimo-nos ao acréscimo ao salário mínimo (Retribuição Mínima Mensal Garantida - RMMG); Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens (CAAFCJ); Complemento Regional de Pensão (CRP) e Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (COMPAMID).

O Decreto Legislativo Regional nº 1/2000/A, de 12 de janeiro, instituiu na RAA um acréscimo de 5% face à Retribuição Mínima Mensal Garantida nacional. O valor para 2017, foi fixado em 584,85€ e 609€ para 2018.

Através do Decreto Legislativo Regional nº25/2008/A, de 24 de julho, foi criado o Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens (CAAFCJ). Os valores atuais (2017) variam

entre 3,03 euros e 16,85 euros mensais. No ano de 2017, beneficiaram deste complemento cerca de 35 000 crianças e jovens.

O Complemento Regional de Pensão (CRP) foi criado a 12 de janeiro de 2000, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2000/A, com a finalidade de compensar os baixos rendimentos dos pensionistas do regime geral de Segurança Social, residentes na RAA, que não beneficiaram com o desagravamento fiscal instituído pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/99/A, de 20 de janeiro. O valor mensal do CRP varia entre 27,07€ e 54,14€ mensais, de acordo com o rendimento mensal auferido através de pensões.

No período entre 2012 e 2017, o número médio de beneficiários deste complemento às pensões tem-se fixado em cerca de 35 000, o que representa, aproximadamente, 70% dos pensionistas. Verifica-se que, dos 33 212 beneficiários, cerca de 90% auferem pensões inferiores à remuneração mínima mensal garantida.

O Complemento para Aquisição de Medicamentos pelos Idosos, vulgarmente conhecido por COMPAMID, foi criado pelo Decreto Legislativo Regional nº 4/2008/A, de 26 de fevereiro.

Este complemento beneficia os pensionistas residentes na RAA com idade igual ou superior a 65 anos e os titulares de pensão de invalidez, independentemente da sua idade, que aufiram um rendimento per capita que não ultrapasse, anualmente, 12 vezes o valor da retribuição mínima mensal.

Todos estes complementos ao rendimento disponível são tanto mais relevantes para a redução do risco de pobreza, quanto menor for o rendimento familiar.

Para além das questões relacionadas com o rendimento das famílias, importa, ainda, abordar a evolução das respostas sociais atento o seu papel enquanto instrumentos de prevenção da exclusão social ou de minimização da intensidade da pobreza. Os dados coligidos salientam a evolução verificada nos Açores nos últimos 20 anos.

Em 1996, existiam na RAA 30 creches, com uma frequência de 749 utentes. Decorridos 20 anos, a Região dispõe de 65 creches, servindo 2.259 crianças, (crescimento de 152%), tendo sido atingida uma taxa efetiva de cobertura de 33%. Se considerarmos as amas no cálculo da taxa de cobertura para as duas respostas sociais (creche + ama), esta sobe para 38%, acima da taxa mínima desejável de 33% (definida no Conselho de Barcelona).

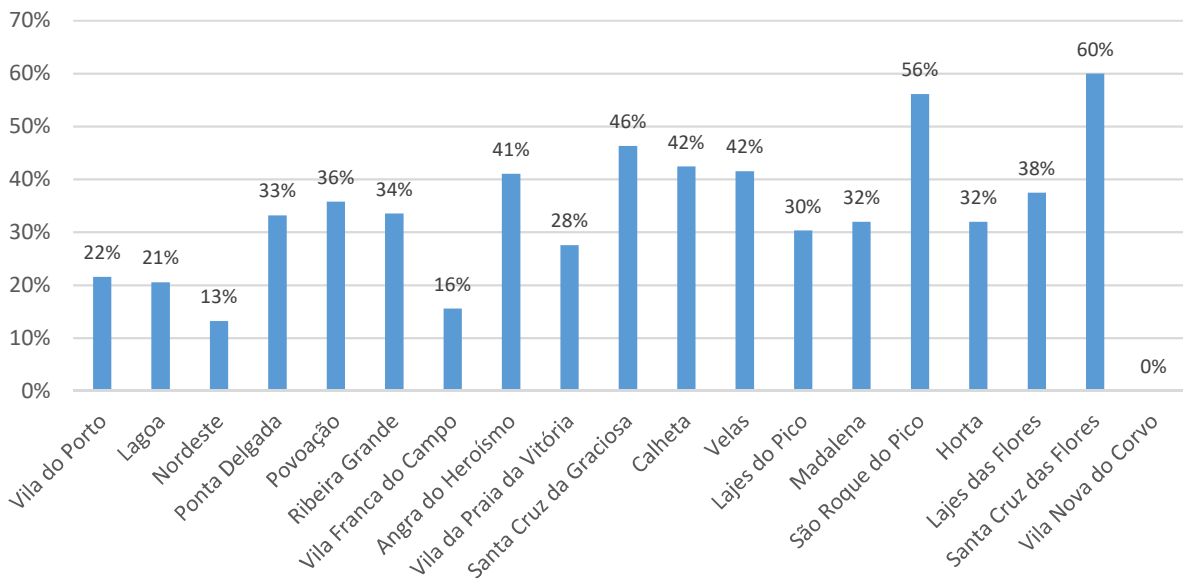
Ainda assim, e não desconsiderando os valores de cobertura já alcançados, quando analisado o perfil das crianças integradas nestas respostas a partir do rendimento familiar, é possível aferir que a proporção de crianças integradas em creche é menor entre as crianças oriundas de famílias com menores rendimentos. No quadro seguinte, que toma como referência o universo das crianças de 1 e 2 anos, beneficiárias de CAAFCJ, constata-se que a taxa de integração em creche de crianças beneficiárias do 1º escalão é de 27,2%, inferior à média para o total das crianças beneficiárias do CAAFCJ, com um valor de 32,3%.

Quadro 21 – Crianças com 1 e 2 anos de idade, beneficiárias do CAAFCJ, integradas em creche, por escalão e por concelho - Açores 2017

Escalões CAAFCJ / Concelhos	ESCALÃO I			ESCALÃO II			ESCALÃO III			TOTAL		
	Titulares do CAAF (A)	Nº de crianças em Creche (B)	Integração em creche (B/A)	Titulares do CAAF (A)	Nº de crianças em Creche (B)	Integração em creche (B/A)	Titulares do CAAF (A)	Nº de crianças em Creche (B)	Integração em creche (B/A)	Titulares do CAAF (A)	Nº de crianças em Creche (B)	Integração em creche (B/A)
Vila do Porto	38	4	10,5%	21	6	28,6%	6	4	66,7%	65	14	22%
Lagoa	129	17	13,2%	66	20	30,3%	34	10	29,4%	229	47	21%
Nordeste	28	2	7,1%	18	4	22,2%	7	1	14,3%	53	7	13%
Ponta Delgada	404	98	24,3%	246	97	39,4%	170	77	45,3%	820	272	33%
Povoação	47	17	36,2%	34	12	35,3%	14	5	35,7%	95	34	36%
Ribeira Grande	337	96	28,5%	201	73	36,3%	106	47	44,3%	644	216	34%
Vila Franca do Campo	84	13	15,5%	51	6	11,8%	32	7	21,9%	167	26	16%
Angra do Heroísmo	188	78	41,5%	101	37	36,6%	79	36	45,6%	368	151	41%
Vila da Praia da Vitória	100	25	25,0%	73	23	31,5%	52	14	26,9%	225	62	28%
Santa Cruz da Graciosa	23	8	34,8%	22	10	45,5%	9	7	77,8%	54	25	46%
Calheta	15	5	33,3%	15	7	46,7%	3	2	66,7%	33	14	42%
Velas	28	13	46,4%	21	9	42,9%	4	0	0,0%	53	22	42%
Lajes do Pico	13	4	30,8%	11	2	18,2%	9	4	44,4%	33	10	30%
Madalena	25	10	40,0%	33	9	27,3%	14	4	28,6%	72	23	32%
São Roque do Pico	13	9	69,2%	18	11	61,1%	10	3	30,0%	41	23	56%
Horta	44	8	18,2%	35	12	34,3%	40	18	45,0%	119	38	32%
Lajes das Flores	8	4	50,0%	5	2	40,0%	3	0	0,0%	16	6	38%
Santa Cruz das Flores	14	7	50,0%	8	6	75,0%	3	2	66,7%	25	15	60%
Vila Nova do Corvo	0	0	0,0%	1	0	0,0%	0	0	0,0%	1	0	0,0%
RA Açores	**1 538**	**418**	**27,2%**	**980**	**346**	**35,3%**	**595**	**241**	**40,5%**	**3 113**	**1 005**	**32%**

Fonte: ISSA

Gráfico 51 – Percentagem total de crianças com 1 e 2 anos de idade, beneficiárias do CAAFCJ e integradas em creche, por concelho - Açores 2017



Fonte: ISSA

É também de salientar o crescimento do número de centros de atividades de tempos livres entre 1996 e 2017, passando de 28 para 121, com uma frequência de 1 155 e 3 784 utentes, respetivamente, o que corresponde a uma taxa de cobertura média de 28%.

No caso das pessoas adultas com deficiência, verificou-se um crescimento ainda mais significativo no número e tipo de respostas sociais. Efetivamente, num período de 21 anos, a Região passou de 6 respostas sociais para 51, com destaque para os centros de atividades ocupacionais, que passaram de 5 para 16. Os lares residenciais cresceram de 1 para 12 e, os centros de atendimento, acompanhamento e reabilitação social, de 0 para 15, além dos 3 novos centros de atividades de tempos livres inclusivos com capacidade para 90 pessoas.

No que se refere às respostas sociais para as pessoas idosas, o crescimento verificado nos últimos 21anos é, também, muito acentuado: os serviços de apoio domiciliário passaram de 33 para 40; os centros de dia, de 6 para 23; os centros de convívio, de 44 para 132; e as estruturas residenciais, para idosos de 21 para 35.

Com o forte incremento das políticas sociais, a RAA dispõe, no âmbito da rede de respostas sociais, de um total de 683 valências, com uma capacidade instalada para 33 479 pessoas (dados de dezembro de 2017), face às 239 com capacidade para 10 513 existentes no ano de 1996.

Conclusão

O presente diagnóstico pretende contribuir para uma melhor compreensão do fenómeno da pobreza nos Açores e servirá de base à elaboração da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social. Os dados utilizados, na sua maioria, reportam a 2017.

Do anteriormente exposto, importaria, agora, salientar os aspetos mais relevantes.

A incidência da pobreza varia de forma significativa entre as diversas regiões do país. A Região Autónoma dos Açores, com uma taxa de risco de pobreza de 28,3% (cerca de nove pontos percentuais acima da média nacional) era, em 2014, a região com o valor mais elevado. A tendência, entre 2005 e 2009, foi de descida da taxa regional, invertendo-se em 2014.

De acordo com os dados disponíveis, os Açores são a segunda região do país com a maior desigualdade de distribuição de rendimentos (índice de Gini), seguida por Lisboa, embora também se tenha verificado uma redução significativa do valor no período entre 2005 e 2009, voltando a subir em 2014.

Recorrendo aos dados do RSI, como *proxy* da pobreza, a distribuição territorial é claramente desigual. O peso dos beneficiários do RSI face à população total é, na RAA, superior a 7%, oscilando entre os valores mais elevados, registados na ilha de S. Miguel - com destaque para a Ribeira Grande (17%) e Lagoa (10,8%) - e os mais baixos, verificados em todos os concelhos das ilhas do Pico, Faial, Flores e Corvo. Estes últimos apresentam valores abaixo da média nacional (2%).

Analisando os dados do RSI e também o CSI, observa-se que é na ilha de São Miguel, e de forma mais intensa em alguns concelhos, que se acentuam os indicadores de pobreza, nomeadamente entre as crianças e jovens e entre os idosos. É nesta ilha, com cerca de 56% da população da Região, que se concentram 78% dos beneficiários de RSI e 72% dos beneficiários de CSI.

Importa ainda referir que, em todas as ilhas, no período 2006-2017, houve uma redução da proporção de beneficiários do RSI face à população residente, à exceção da ilha de S. Miguel, onde essa taxa cresceu cerca de 2 p.p.

Em termos dos valores monetários recebidos, a Região apresenta algumas especificidades no que respeita ao RSI. Desde logo, a prestação média por indivíduo é a mais baixa do país, a prestação por agregado é a mais elevada e um grande número de beneficiários apresenta rendimentos. Esta realidade resulta de algumas características intrínsecas, mas não exclusivas, do arquipélago como a dimensão das famílias ser maior que a média nacional ou o problema da pobreza estar, tradicionalmente, mais associado à qualidade do emprego do que ao desemprego.

Para além das questões diretamente relacionadas com a pobreza, o presente Diagnóstico aborda um conjunto de indicadores que ajudam a explicá-la e que com ela estão relacionados.

É expectável que a crise que o setor da construção civil atravessou nos últimos anos tenha tido um impacto bastante significativo no aumento da pobreza na RAA, considerando a acentuada diminuição do número de empresas e de ativos ao serviço. Tanto mais que este é um dos setores de atividade em que, tradicionalmente, trabalham os indivíduos em situação de pobreza e os mais vulneráveis à entrada na pobreza. O aumento dos ativos no Turismo é ainda demasiado recente para que seja possível aferir o seu impacto na taxa de risco de pobreza e, do mesmo modo, a transição direta de ativos entre estes dois setores apresenta alguns constrangimentos.

Conclusão

Apesar de tudo, o poder de compra na RAA tem vindo a convergir com o país, tendo passado de 65,5% da média nacional em 2000, para 85,5% em 2015.

Os Açores são, em termos globais, a região mais jovem do país e com maior percentagem de agregados familiares com cinco ou mais elementos. Porém, e de acordo com as estimativas da população elaboradas pelo INE, tem vindo a perder população em quase todas as ilhas, embora com valores significativamente inferiores à média nacional. Releva que algumas ilhas e concelhos apresentam índices de envelhecimento muito elevados, com acentuada perda de população e em marcado contraste com o caso da ilha de S. Miguel.

No que se refere à Educação nos Açores, os progressos alcançados são notórios, mas continuam a verificar-se níveis elevados de retenção no ensino regular, com maior expressão no 3º ciclo e no ensino secundário.

A taxa de retenção e desistência no ensino básico regular era, no ano letivo de 2015/16, de 10,8%, contra 6,6% de média nacional.

O problema do abandono escolar (até ao 3º ciclo) apresenta, já, valores residuais. Pode, por isso, concluir-se com segurança que a batalha da escolarização assenta mais no combate ao insucesso do que ao abandono. A generalização da frequência do 12º ano é outro grande desafio, atendendo a que, em Portugal, é neste nível de ensino que estes problemas são mais acentuados, verificando-se o mesmo contexto nos Açores.

Relativamente ao mercado de trabalho, atesta-se que o número de desempregados e de pessoas a receber prestações de desemprego tem vindo a decrescer gradualmente desde 2015, acompanhado por uma redução da taxa de desemprego para 9,0%, apresentando-se, em 2017, praticamente igual à média nacional, de 8,9%.

A inclusão de desempregados em programas ocupacionais é uma estratégia clássica de minimização dos efeitos sociais do desemprego (que em muito extravasam a ausência de rendimentos) mais eficaz que o RSI, atenta à maior proximidade ao mercado laboral. Esta estratégia foi adotada na RAA de forma intensificada, com evidentes benefícios na redução da pobreza e, sobretudo, da sua intensidade, os quais se traduziram num número crescente de "ocupados" nos últimos anos, até 2016, tendo começado a diminuir no decorrer de 2017.

A taxa de atividade feminina no mercado de trabalho aumentou nos últimos 10 anos, de 36%, em 2007, para 44,9%, em 2017. Não obstante ainda ser ligeiramente inferior à média nacional (de 47,1%), esta evolução representa uma importante mudança social na Região. Resta ter em atenção que é, tradicionalmente, entre os indivíduos em situação de pobreza que esta taxa tende a ser mais baixa.

Com base nos censos de 2011, a RAA apresentava uma população ativa ainda globalmente pouco qualificada, tendo em conta que quase 60% da população empregada possuía apenas o ensino básico e, pouco mais de 20%, o secundário, tratando-se da região portuguesa onde residem mais indivíduos com habilitações inferiores ao ensino secundário.

Em 2017 a taxa de desemprego (valor médio), entre os jovens dos 15 aos 24 anos foi de 28,5%, portanto, superior à média nacional (23,9%). Por sua vez, a taxa de desemprego dos jovens dos 25 aos 34 anos tem vindo a descer, apresentando, já, valores próximos da média do país (9,9% face a 9,7% no todo nacional).

Acresce, ainda, referir que a taxa de jovens com idades entre 15 e 24 anos não empregados, que não estão integrados em qualquer contexto de educação ou formação (NEEF) era de 19,7%, valor superior à média nacional (13%). Todavia, os dados do desemprego jovem dos Açores devem ser lidos com acrescida prudência, atendendo à exiguidade da amostra do INE referente a esta população.

Os meios de acesso à Saúde por parte das pessoas em situação de pobreza não são idênticos àqueles disponíveis à restante população, o que significa que, também nesta área se manifesta a sua situação de pobreza. Desde logo, pela dificuldade em custear os serviços de saúde privados a que a população portuguesa tende a recorrer em muitas circunstâncias, à qual se acrescentam outros motivos, nomeadamente os relacionados com o grau de literacia.

Tomando como referência os dados disponíveis relativos à taxa de cobertura de médico de família, conclui-se que esta está muito próxima dos 100% nas ilhas menos populosas e assume um valor mais baixo nas ilhas de S. Miguel (66,8%) e Terceira (62,2%).

O progresso socioeconómico verificado na RAA nas últimas décadas foi muito significativo. Contudo, os Açores ainda apresentam indicadores que urge aproximar dos valores médios nacionais. Acresce ainda que, como demonstraram os dados utilizados neste documento, a Região é social e economicamente muito heterogénea, o que justifica, sem margem de dúvida, a necessidade de definição de uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social.

Glossário[16]

Adulto equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família. É utilizada a escala de equivalência modificada da OCDE, a qual "atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro do agregado". A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição do agregado.

Desempregado – Indivíduo com idade entre os 15 e os 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) ativo na procura de um trabalho remunerado ou não, ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para aceitar um trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros públicos de emprego ou agências privadas com o mesmo fim; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada por: 1) desejo de trabalhar; 2) vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).

Edifício – Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Empregado - Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho pelo mínimo de uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou perspetivando um benefício ou ganho familiar monetário ou em géneros; b) detinha um emprego e, mesmo não se encontrando ao serviço, mantinha com este uma ligação formal; c) tinha uma empresa, mas não se encontrava a exercer por um período transitório em função de uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Esperança média de vida à nascença – Número médio de anos que se estima que uma pessoa, à nascença, venha a viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.

Família clássica - Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Fogo – Parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente, constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares.

---

[16] INE, SREA, PORDATA, EUROSAT.

Habitação social – Habitação a custos controlados que se destina a venda ou a arrendamento a agregados familiares de baixos recursos.

Índice de dependência demográfica - Quociente entre a população com menos de 15 anos e mais de 65 e a população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

Índice de envelhecimento - Quociente entre a população com 65 e mais anos e a população com menos de 15 anos.

Índice de Gini - Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Índice de rejuvenescimento da população ativa - Quociente entre a população com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e a população entre 55 e os 64 anos.

Índice sintético de fecundidade - Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou em grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente, um ano civil). O nível mínimo de substituição de gerações nos países mais desenvolvidos é de 2,1 crianças por mulher.

Nados-vivos - criança que nasce com vida.

NUT II – Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos, correspondente a sete regiões: Norte, Centro, Alentejo, Algarve, Área Metropolitana de Lisboa, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Ocupados – Trabalhadores integrados em programas de emprego ou formação profissional, com exceção dos programas que visem a integração direta no mercado de trabalho.

PIB (Produto Interno Bruto) - Valor agregado final, a preços de mercado, sem transações intermediárias, de todos os bens e produtos finais produzidos dentro do território de um país ou estado. O PIB "per capita" é o resultado da divisão do PIB pela respetiva população.

População ativa- Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que constituem mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico. Consideram-se população ativa a população empregada e desempregada, à procura de novo ou do primeiro emprego.

População desempregada - População entre os 15 e os 74 anos de idade que, num período de referência, não tem trabalho remunerado ou outro, estando apta e disponível para trabalhar imediatamente e que é ativa na procura de emprego.

População empregada - População com 15 ou mais anos de idade que desempenha uma atividade económica. Considera-se população empregada, a população a exercer uma profissão ou a fazer formação profissional e que mantém um vínculo com a entidade empregadora, assim como os militares de carreira.

População residente - Pessoas que, independentemente de no momento de observação (zero horas do dia de referência) estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou aí mantêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Privação material severa: Falta de pelo menos quatro dos nove indicadores utilizados para medir a privação material.

Privação material: o indicador geral de privação material baseia-se num conjunto de nove itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, considerando-se em privação material todos os indivíduos que não tenham acesso a pelo menos três daqueles itens. São eles os indivíduos: 1) sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); 2) sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3) com atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4) sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; 5) sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; 6) sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; 7) sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; 8) sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; 9) sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas. (INE, em articulação com Eurostat - SILC).

Retribuição Mínima Mensal Garantida - Corresponde ao valor da retribuição mínima mensal anteriormente designada por *salário mínimo*. Definida pelo artigo 266º do Código do Trabalho.

Taxa bruta de pré-escolarização - Relação percentual entre o número de crianças inscritas na educação pré-escolar e o número de crianças da população residente com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

Taxa de abandono escolar - Relação percentual entre população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos que abandonou a escola sem concluir o 9º ano, e a população residente com idades compreendidas entre os 10 e 15 anos.

Taxa de abandono precoce de educação e formação – Relação percentual entre o número indivíduos com idades entre os 18 e 24 anos que não concluíram o ensino secundário e que não se encontram a frequentar o sistema educativo ou formação profissional e o número de indivíduos nesse grupo etário.

Taxa de atividade (15 e mais anos) - Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade).

Taxa de atividade (tomando como referência a população total) - Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população.

Taxa de atividade feminina - Taxa que permite definir o peso da população feminina ativa sobre o total da população.

Taxa de crescimento natural - Diferença entre nados vivos e óbitos em relação à população média.

Taxa de desemprego - Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa.

Taxa de desemprego jovem – Percentagem da população desempregada dos 15 aos 24 anos no total da população ativa do mesmo grupo etário.

Taxa de desistência – Relação percentual entre o número de alunos que não reúnem condições para se inscrever no ano letivo seguinte, por não terem frequentado, até ao final, o ano de escolaridade em que se encontravam inscritos e o número de alunos matriculados nesse ano letivo.

Taxa de emprego da população em idade ativa - Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos).

Taxa de fecundidade geral - Número de nados-vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 (10^3) mulheres em idade fértil).

Taxa de fecundidade na adolescência – Número de nascimentos por cada 1000 mulheres com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos.

Taxa de mortalidade - Óbitos por 1000 habitantes (população média).

Taxa de mortalidade infantil - Óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos.

Taxa de natalidade - Número de nados vivos observados durante um determinado período de tempo, normalmente o ano civil, referido à população média desse período (habitualmente número de nados vivos por 1 000 habitantes).

Taxa de retenção - Relação percentual entre o número de alunos que não pode transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados nesse ano letivo.

Taxa de risco de pobreza - Proporção de indivíduos com um rendimento equivalente abaixo do limiar de pobreza, o qual corresponde a 60 % do rendimento nacional mediano por adulto equivalente. A taxa de risco de pobreza pode ser calculada 1) antes de qualquer transferência social (inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, excluindo as pensões de velhice e de sobrevivência); 2) após transferências relativas a pensões (inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência); 3) após transferências sociais (inclui rendimentos do trabalho, outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais, nomeadamente apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego e/ou combate à exclusão social).

Taxa de transição - Relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados nesse ano letivo.

Taxa de variação homóloga - A variação homóloga compara o nível da variável entre o trimestre corrente e o mesmo trimestre do ano anterior. Esta taxa de variação, perante um padrão estável de sazonalidade, não é afetada por oscilações desta natureza podendo, no entanto, ser influenciada por efeitos localizados num trimestre específico.

Taxa de variação trimestral - A variação trimestral compara o nível da variável entre dois trimestres consecutivos. Embora seja um indicador que permite um acompanhamento corrente do progresso da variável, o cálculo desta taxa de variação é particularmente influenciado por efeitos de natureza sazonal e outros mais específicos, localizados num dos trimestres comparados ou em ambos.

Trabalhador por conta de outrem - Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria - Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem, em alguns casos, ser membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Siglário

CAAFCJ – Complemento Açoriano ao Abono de Família para Crianças e Jovens

CEDO – Complemento Especial para Doentes Oncológicos

COMPAMID – Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos

COSI – Childhood Obesity Surveillance Initiave

CRP – Complemento Regional de Pensão

CS – Centro de Saúde.

CSI – Complemento Solidário para Idosos

ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

IDEF - Inquérito às Despesas das Famílias

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISSA – Instituto da Segurança Social dos Açores

M - Mulheres

RA – Região Autónoma

RAA – Região Autónoma dos Açores

RAM - Região Autónoma da Madeira

RMG – Rendimento Mínimo Garantido

RMMG – Remuneração Mínima Mensal Garantida

RSI – Rendimento Social de Inserção

SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores

SREC – Secretaria Regional da Educação e Cultura

USI – Unidade de Saúde de Ilha

Bibliografia

Beck, Ulrich (2001), *World Risk Society*, Cambridge, Polity Press.

Costa, António Firmino; Mauritti, Rosário, Martins, Susana Cruz, Machado, Fernando Luís e Almeida, João Ferreira de (2000), "Classes sociais na Europa", *Sociologia: Problemas e Práticas*, nº 34, pp. 9-43.

Diogo, Fernando (2007), *Pobreza, Trabalho, Identidade*, Oeiras, Celta.

Diogo, Ana e Diogo Fernando (2013), *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições, contextos*, Lisboa, Mundos Sociais.

Diogo, Fernando (2013), *Activos altamente desqualificados e insucesso do sistema de ensino* in Diogo, Ana e Diogo Fernando, *Desigualdades no sistema educativo: percursos, transições, contextos*, Lisboa, Mundos Sociais, pp. 45-69.

Diogo, Fernando Palos, Ana Cristina, Diogo, Ana, Tomás, Licínio e Silva, Osvaldo (2016), *Juventude Açoriana e Mundo do Trabalho (2014-2016)*, Relatório apresentado ao Governo Regional dos Açores.

Diogo, Fernando Palos, Ana Cristina, e Silva, Osvaldo (2017), *A escolarização nos Açores: tendências recentes*, comunicação apresentada ao *XI Encontro de Sociologia dos Açores*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.

Dubar, Claude (1997), *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*, Porto, Porto Editora.

Dubet, François (2000), *Les inégalités multipliées*, Paris, Ed. L'aube.

Lalanda Gonçalves, Rolando (Coord.), Diogo, Ana, Palos, Ana Cristina, Diogo, Fernando e Caldeira, Suzana, *Os jovens açorianos: percursos escolares e profissionais, Relatório final,* Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (2010).

Palos, Ana Cristina (2012), *Educação* in Rocha, Gilberta, Palos, Ana Cristina, Diogo, Fernando e Tomás, Licínio, *Dinâmica demográfica, educação, emprego e desigualdades sociais nos Açores - 2014 a 2020*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais, pp. 48-101.

SREC (2015), *ProSucesso, Documento Enquadrador*, acedido em 19/maio/2017, disponível em http://www.edu.azores.gov.pt/projectos/prosucesso/Documents/ProSucesso_doc_enquadrador.pdf

Pedrosa, Anabela Fernandes Araújo, *Gravidez e Transição para a Maternidade na Adolescência - Determinantes individuais* e psicossociais da ocorrência de gravidez e da adaptação. Estudo com adolescentes da Região Autónoma dos Açores. Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação,2009.